

FRONTEIRAS BORRADAS

MOVIMENTOS FEMINISTAS E
DE MULHERES E POLÍTICA
ANTIGÊNERO NO BRASIL

FRONTEIRAS BORRADAS: MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES E POLÍTICA ANTIGÊNERO NO BRASIL

Realização: Observatório de Sexualidade e Política (SPW), Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG) e Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

Projeto gráfico: Agência FW2 / www.fw2.digital

ISBN nº: 978-65-87854-20-5

O Observatório de Sexualidade e Política (SPW) é um projeto da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA): Av. Presidente Vargas, 446, 13º andar – Rio de Janeiro/RJ – 20.071-907 – Brasil



APOIAM ESTE RELATÓRIO:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fronteiras borradas: movimentos feministas e de mulheres e política antigênero no Brasil [livro eletrônico] / realização Observatório de Sexualidade e Política, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da Universidade Federal de Minas Gerais, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2025.

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-87854-20-5

1. Feminismo - Aspectos sociais 2. Gênero e sexualidade 3. LGBTQIAPN+ - Siglas 4. Mulheres - Aspectos sociais 5. Política - Aspectos sociais 6. Transexuais I. Observatório de Sexualidade e Política. II. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da Universidade Federal de Minas Gerais. III. Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

25-311242.0

CDD-304.62

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero e sexualidade : Aspectos sociais : Sociologia 304.62

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

Apresentação	4
Capítulo I - Achados Principais	8
Breve Cronologia	8
Análise de redes sociais	24
Analisando as entrevistas	38
Capítulo 2 - Estudos de caso	70
Ataques ao Ministério das Mulheres	70
A missão da Relatora Especial para Violência Contra as Mulheres e seu adiamento	77
A modo de conclusão	83
Referências Bibliográficas	96
Anexo	99
Metodologia	99

APRESENTAÇÃO

Desde a metade dos anos 2010, assistimos à erupção de ciclones antigênero que, junto a outros fatores, vem insuflando giros à ultradireita que estão alterando profundamente os cenários políticos das Américas e da Europa. E o Brasil ocupa um lugar importante nessa geografia. No começo dos anos 2000, pela primeira vez, registrou-se o recurso à categoria acusatória “ideologia de gênero” num discurso político no Congresso Nacional, e poucos anos mais tarde essa terminologia estava circulando por canais católicos e redes sociais. Mas foi no começo dos anos 2010 que, nos debates do Plano Nacional de Educação 2014-2024, ganharia corpo uma vigorosa campanha contra gênero nos currículos educativos. Em 2018, essa onda se transmutou em fantasmagorias que assombraram a eleição de 2018 que elegeu Jair Bolsonaro¹. A partir de 2019, a ideologia antigênero seria transportada para a gramática do Estado e para as políticas públicas, em especial nos campos dos direitos humanos, educação, saúde e política externa².

Nesse mesmo período, multiplicaram-se, no país, vozes e coletivos feministas que cada vez com mais vigor também se posicionariam contra o conceito de gênero e em especial contra os direitos das pessoas trans. Assim como em outros países, o adensamento e maior visibilidade dessas correntes não podem ser dissociados do ambiente político mais amplo de repulsa ao “gênero” nutrido pelo ultraconservadorismo religioso e pela ultradireita.

Esta publicação apresenta os resultados sintéticos de um estudo preliminar que analisa a composição e dinâmica dos campos em que se movem essas correntes feministas. Examina, por um lado, sua imersão e interação no universo feminista mais amplo. Por outro, identifica sua confluência com os atores situados à ultradireita do espectro político que, desde o começo dos anos 2010, têm propagado os repertórios da ideologia

1 Para uma descrição sucinta dessa trajetória, leia o verbete “Ideologia de Gênero” no *Pequeno Dicionário sobre os Termos Ambíguos do Debate Político Atual* em: <https://sxpolitics.org/spwprojects/pequenodicionario/uploads/pequeno-dicionario-2ed.pdf>

2 O relatório “Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social” resume esse processo, fazendo um balanço das ofensivas antigênero no Brasil entre 2019 e 2021. Ver: Relatório “[Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social](#)”

antigênero no país. Assim como suas conexões com os circuitos do feminismo antigênero e com formações da extrema direita secular e religiosa que operam na esfera transnacional.

O estudo analisa antecedentes históricos, estratégias usadas por essas correntes feministas, seu alcance em termos de articulação política e, sobretudo, seus efeitos no âmbito das lutas feministas e pelos direitos LGBTQIA+ e, mais especialmente, seus impactos sobre os direitos das pessoas trans. A pesquisa dialogou com a literatura transnacional sobre essa dimensão peculiar das políticas antigênero dos tempos atuais (Cabral *et al.*, 2023; Fondo Lunária, 2023; GATE, 2022; Leveille, 2023. AllorNone, 2023). Foi iniciado, de maneira exploratória, entre dezembro de 2022 e abril de 2023, para em seguida se desenvolver de maneira mais sistemática.

Os procedimentos metodológicos combinaram recursos diferenciados. Além de uma breve revisão de literatura com vistas a reconstruir a genealogia dessas correntes no plano internacional e no contexto brasileiro, foram realizados três estudos empíricos que se complementam: análise de redes sociais feita com o software Gephi, a partir de dados coletados em redes sociais digitais e outras fontes públicas; observação de redes sociais para monitoramento de situações específicas; entrevistas com ativistas feministas e acadêmicas/os do campo de estudos de gênero para captar sua percepção sobre as correntes feministas antigênero no Brasil³.

O *timing* da coleta de dados empíricos variou segundo os componentes. A compilação dos registros para elaboração do mapa de redes foi encerrada no início de 2024, ao passo que a observação de redes para elaboração de análises específicas continuaria sendo feita até setembro do mesmo ano. Esse marco temporal implica que as alterações ocorridas no campo estudado após essa data não foram observadas de maneira sistemática. Os conteúdos apresentados na análise que se segue que se referem a fatos e processos não registrados nessas etapas da pesquisa vêm de fontes secundárias.

Esse corte temporal também tem implicações no que diz respeito à inserção do estudo no contexto político do país e do mundo, assim como no referente à dinâmica

3 O Anexo 1 oferece maiores detalhes sobre a metodologia.

transcorrida no campo estudado. Entre outros aspectos a sublinhar, a configuração do campo feminista essencialista se alterou muito desde 2024, por efeito do surgimento de uma nova plataforma institucional, a *Mátria Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil*, cuja visibilidade e incidência política amplificaram-se substantivamente desde sua constituição como entidade da sociedade civil sem fins lucrativos em outubro de 2023. Outra dimensão incontornável de mudanças no contexto foi sem dúvida o retorno de Trump ao poder nos Estados Unidos, o que, entre muitas implicações políticas e geopolíticas, significa hoje o cumprimento da promessa, feita na campanha, de que seu novo governo iria combater com vigor a “ideologia de gênero”.

Finalmente, cabe um esclarecimento quanto à nomenclatura utilizada. Historicamente, as correntes analisadas neste relatório se autodefiniam como “feministas radicais”, sendo essa inclusive a terminologia predominantemente usada pelas pessoas entrevistadas na pesquisa. Já a nomenclatura *Trans Exclusionary Radical Feminists* (TERF), que se traduz como ‘feministas transexcludentes’ (feministas que excluem as pessoas trans), surgiu em 2008⁴. Muito mais recentemente, parte dessas correntes passou a se denominar como “críticas do gênero”⁵.

Em razão dessas alterações semânticas, mas também porque consideramos que isso cria confusão com outras correntes radicais do feminismo que não têm posições transexcludentes, não usamos “feminismo radical”, exceto quando o termo aparece na voz das pessoas entrevistadas. Também evitamos o acrônimo TERF, que, desde que criado, assumiu contornos acusatórios ou ofensivos que ao nosso ver devem ser evitados. Usamos alternadamente feminismos “antigênero”, “transexcludentes” ou “transfóbicos” mas também a nomenclatura “feminismos essencialistas”, que denota, com maior precisão, o cerne da confluência político-ideológica entre essas correntes feministas e as ofensivas antigênero mobilizadas pelo ultraconservadorismo e a ultradireita.

Os resultados obtidos por cada um dos componentes da pesquisa acima mencionados são apresentados no primeiro bloco deste documento. Nele, a primeira seção oferece

4 Williams, Cristan. (2013) TERF: Where the term comes from. The Terfs. Disponível em: <https://theterfs.com/2013/10/11/terf-where-the-term-comes-from/>

5 Ver o capítulo 5 de *Quem tem medo do Gênero?* de Judith Butler, publicado pela Boitempo.

uma *Breve Cronologia* da presença e atuação das correntes feministas essencialistas no Brasil. A segunda seção, como diz o nome, traz os resultados da *Análise de Redes Sociais*. Em seguida, em *Analisando as Entrevistas*, são examinados os conteúdos das entrevistas qualitativas sobre percepções acerca dos feminismos antigênero e os efeitos de suas ações no campo feminista mais amplo. O bloco seguinte, *Estudos de Caso*, comporta duas análises de episódios ilustrativos de questões e tensões apontadas nas seções anteriores. Por fim, *A Modo de Conclusão* traz elaborações sobre essa primeira cartografia de onde estão, quem são e como atuam as correntes feministas antigênero/transfóbicas/essencialistas brasileiras e como se situam no cenário político mais amplo de desdemocratização, crescimento e consolidação do ultraconservadorismo e da extrema direita no país.

Boa leitura!

CAPÍTULO I - ACHADOS PRINCIPAIS

Este capítulo está organizado em três partes. A primeira delas corresponde a uma breve cronologia do surgimento e da amplificação das correntes feministas essencialistas no Brasil. A segunda e a terceira traduzem os resultados da pesquisa. Primeiro, apresentamos os resultados da análise de redes sociais que traça o mapa da presença e conexões dos feminismos essencialistas, especialmente no universo digital e analisa os perfis de figuras, coletivos, instituições que compõem essa cartografia e rastreia suas conexões mais significativas. Por fim, a terceira parte examina e interpreta o material coletado em 15 entrevistas feitas com ativistas e acadêmicas/os/es.

Breve Cronologia

Para captar melhor as análises desenvolvidas nas seções subsequentes, é produtivo revisitar, ainda que de maneira breve, a trajetória dos feminismos antigênero e antitrans no Brasil. A moldura temporal adotada para reconstruir esses percursos está organizada em quatro fases: os anos anteriores a 2013, o período 2013-2018, os anos 2019-2022 e, finalmente, os dois primeiros anos do governo Lula (2023-2024). A seção também inclui uma cronologia sintética sobre os antecedentes de aprovação da Lei de Alienação Parental (Lei 12.318/2010) que constitui um campo prioritário de atuação das correntes feministas essencialistas e um bloco sobre avanços da visibilidade e dos direitos da pessoas trans no Brasil.

Antes de 2013

Antes de 2013, havia no Brasil correntes feministas que se opunham ao trabalho sexual (também conhecidas como abolicionistas) que, entretanto, não manifestavam, de maneira sistemática, posições transfóbicas. Como analisam Corrêa e Olivar (2021), no campo feminista mais amplo havia relutância e ambivalência em relação ao trabalho sexual, mas não hostilidade aberta. E assim como havia posições abertamente contrárias ao trabalho sexual, sendo disso exemplo a seção brasileira da Marcha Mundial das Mulheres, também havia vozes francamente favoráveis aos direitos das prostitutas (ibid). Mas a partir do final dos anos 2000, os contornos desse campo, como área de pesquisa e de debate

político, foram significativamente reconfigurados e nesse processo despontam sinais de absorção e propagação de posições transfóbicas. Uma dinâmica que ficaria cada vez mais nítida a partir de 2013.

Nesse contexto de análise, é importante destacar também que, entre os anos 1990 e 2000, existia um sólido diálogo entre os movimentos de mulheres lésbicas e o movimento trans, inclusive para contestar a hegemonia dos homens cis gays no movimento que ainda viria a ser chamado LGBT. Essa afinidade e convergência pode ser ilustrada pelo ambiente da conferência global da ILGA, então presidida por uma lésbica⁶, que aconteceu no Rio, em 1995, junto com a maior edição [até então] do “Encontro Nacional de Travestis e Liberados”. Nessa confluência, a sigla T seria incorporada ao movimento de gays e lésbicas⁷.

Nos meados dos anos 2000, porém, essa “política da amizade” se rompeu sendo disso um marco o VI Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), realizado em 2006⁸. Nas deliberações do encontro, ficou decidido que mulheres trans lésbicas não seriam aceitas/ incluídas ou reconhecidas como tal, e as participantes trans convidadas enfrentaram violências, hostilidades e coerção, já evidenciando, portanto, sintomas fortes de transfobia. O SENALE se seguiu ao Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC-2005), realizado em Serra Negra, no Brasil, quando uma votação ocorrida na plenária final decidiu que mulheres trans já não poderiam participar mais desses eventos feministas.⁹ Como relatam Adrião, Toneli e Maluf (2011), algumas feministas brasileiras presentes no EFLAC se alinharam a essa posição. Essa regra excludente só seria definitivamente superada no EFLAC 2023, que aconteceu em El Salvador.

6 A holandesa Silvia Bohem.

7 Para ler mais sobre essa história: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/13/cotidiano/2.html> ; <https://midianinja.org/jovanna-baby-a-historia-do-movimento-trans-e-travesti-no-brasil/>

8 Na ocasião, uma palestrante trans, convidada a participar de uma mesa justamente sobre alianças com outros movimentos, inclusive o de transexuais e travestis, foi desconvidada das demais mesas do evento após reclamações de algumas participantes. A tensão, não resolvida, está registrada na memória do evento: https://senale.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/relat_rio_senalefinal1.pdf

9 Ver <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/publicacoes/feminismos-essencialistas-um-desafio-para-a-luta-antipatriarcal-2/24567>

2013 - 2017

Em 2013, eclodiram as Jornadas de Junho, o primeiro sintoma forte de que clivagens estavam em curso na paisagem política brasileira (Nobre, 2013; 2022). Essa ebulição coincidiu com os primeiros ataques amplos e sistemáticos contra o gênero na educação por parte tanto de setores religiosos ultraconservadores, como também de vozes seculares de ultradireita. Esses ataques coincidiram com erupções semelhantes na Europa e em outros contextos da América Latina. Foi então que, na França, a *Manif pour Tous* tomou as ruas para atacar a lei do matrimônio igualitário e, no Equador, o então presidente Rafael Corrêa fez uma vigorosa diatribe contra a teoria de gênero em uma de suas sabatinas semanais. Em seguida, no Brasil, as mobilizações antigênero instaladas no campo educacional se amplificariam a passos rápidos, em especial depois do impeachment de Dilma Rousseff. A partir daí, ciclones antigênero converteram-se em combustível da tormenta perfeita que levaria Bolsonaro ao poder em 2018 (Prado & Corrêa, 2018; Corrêa e Kalil, 2020; ABIA-SPW *et al.*, 2021).

Curiosamente, foi também em 2013 que posições abertamente transfóbicas se fizeram visíveis nos feminismos brasileiros. Em setembro, no *Fazendo Gênero*, em Florianópolis, três jovens ativistas autoidentificadas como “feministas radicais” tentaram obstruir os trabalhos de um Simpósio Temático sobre Mercado do Sexo. Fizeram discursos em série associando a abolição da prostituição e repúdio à transgeneridade. Seus argumentos replicavam a tese central dos escritos de Janice Raymond (1979)¹⁰, segundo a qual mulheres trans não existem: são homens convertidos em mulheres pelo sistema heteropatriarcal prostituinte (Corrêa *et al.*, 2021). No ano seguinte, irrompeu na UNICAMP a primeira “guerra dos banheiros”, quando pichações foram feitas nos banheiros femininos da universidade clamando pela proibição de seu uso por pessoas trans¹¹. Entre 2014 e 2015, foram criados ao menos dois grupos feministas radicais de maior visibilidade que se

10 Em *The Transsexual Empire (O império transexual)*, Janice Raymond afirma que transexuais são produtos da sociedade patriarcal e “desejam mudar seus corpos com o objetivo de recuperar o poder e a energia criativa das mulheres”. Ver mais em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qvMKX837sK6RSrdPp4b4zbd/>

11 Mais detalhes em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/12/08/banheiros-da-unicamp-sao-pichados-com-mensagens-contra-transexuais.htm>

manteriam ativos nos anos seguintes¹².

Essas “novidades” transcorriam enquanto os feminismos brasileiros estavam num franco processo de transformação, ou mais precisamente de pluralização. A Marcha das Vadias, que tomou as ruas em 2011, desdobrando-se posteriormente na chamada Primavera Feminista, é uma das ilustrações mais significativas dessa mutação (Castro Gomes, 2017). Nessa dinâmica de reconfiguração irromperam fortes tensões entre feministas ou lésbicas e mulheres trans. Em 2014, em São Paulo, como menciona uma das pessoas entrevistadas no estudo, houve uma “guerra” em torno da participação de uma mulher trans na caminhada de lésbicas e bissexuais¹³. Em resposta a esse primeiro tumulto, a organização da marcha adotou uma posição transinclusiva que é mantida até hoje. No Rio de Janeiro, no contexto das Olimpíadas de 2016, um conflito aberto ocorreu na Casa Nem (um espaço de apoio a pessoas trans em situação de vulnerabilidade) que, como analisa a nota publicada pelo SPW à época, foi flagrantemente motivado pelo repúdio cruzado à prostituição e à transgeneridade¹⁴.

No mesmo período, e não casualmente, as posições manifestadas pelas correntes feministas transfóbicas começaram a ser replicadas por vozes e veículos da ressurgente ultradireita brasileira. Em 2016, a ex-psicóloga evangélica Marisa Lobo vociferou no seu canal do YouTube contra a difusão da ‘multiplicidade de gênero e sexual entre crianças pequenas’ alegando que isso provocaria confusão mental¹⁵. No ano seguinte, o Instituto Plínio Correia de Oliveira (IPCO, herdeiro da TFP¹⁶) publicou um artigo sobre a “guerra dos banheiros”. O texto repudiava os banheiros inclusivos, mas também diferenciava a posição do IPCO, calcada na moralidade da diferença sexual, da visão feminista essencialista

12 GARRa Feminista e Brasil contra SAP.

13 Esse caso é até hoje ativado pelas redes de feministas essencialistas contra pessoas trans.

14 A descrição completa do episódio está disponível em: <https://sxpolitics.org/we-recommend/news-and-analysis/trans-and-prostitute-activists-under-attack-in-rio-de-janeiro/27078/>. Esse fato inspirou a realização de uma Mesa Redonda no *Fazendo Gênero* de 2017 de que participaram algumas das pessoas então agredidas. Uma audiência significativa participou do debate quando curiosamente não houve controvérsias ou ataques.

15 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=hLFB9cHFhJg>

16 Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Nos anos 2000, o IPCO teve papel central na propagação da categoria acusatória “ideologia de gênero” (Castro Gomes, 2020).

centrada na violência “masculina” das mulheres trans¹⁷. E, no início de 2018, a Gazeta do Povo republicou em português alguns artigos sobre o “problema trans” de autoria de Walt Heyer e Ryan T. Anderson, originalmente lançados pela *Public Discourse*¹⁸, revista do campo ultraconservador norte-americano que atua em sintonia com a *Heritage Foundation*¹⁹.

No que diz respeito a conexões transnacionais, é importante mencionar também que, em 2014, a Routledge havia publicado o livro *Gender Hurts*, de Sheila Jeffreys, professora na Universidade de Melbourne, na Austrália, parceira de Janice Raymond na produção acadêmica de iniciativas de advocacy global contra a prostituição. No livro de 2014, contudo, Jeffreys fez uma franca inflexão antigênero tornando-se uma referência nodal das atuais correntes feministas antigênero e transfóbicas²⁰. A publicação do livro foi criticada em carta pública assinada por estudiosos de gênero, inclusive vários nomes brasileiros²¹.

2018 - 2022

Em 2018, a eleição de Bolsonaro alterou drasticamente o cenário político do país, instalando uma lógica de erosão democrática permanente e transportando a ideologia antigênero para a gramática do Estado e das políticas públicas²². Em 2019, quando seu governo mal começava, foi lançada, globalmente, a Declaração pelos Direitos das Mulheres Baseados no Sexo, da qual Sheyla Jeffreys é uma das iniciadoras. O documento,

17 Disponível em: <https://www.ipco.org.br/59497-2>

18 Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/finalmente-a-verdade-o-que-ha-de-errado-com-a-ideologia-transgenero-484dsdwjw64lqdq5etvtxko/> e <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/as-manobras-da-ideologia-de-genero-para-ensinar-mentiras-a-seu-filho-4gx181lu5g4qnmaagfgpjhci9/>

19 A *Heritage Foundation* é um *think tank* ultraconservador criado em 1974 com sede em Washington, DC, com ampla influência no mundo todo. Desde anos 1980, tem vínculos orgânicos com o Brasil, pois um de seus fundadores, Paul Weyrich, colaborou amplamente com Plínio Correia de Oliveira, fundador da TFP.

20 Nele a autora elabora o enquadramento da chamada “ideologia transgênero”.

21 As 22 assinaturas brasileiras da lista principal estão disponíveis em: <https://feministsfightingtransphobia.wordpress.com/signatures-by-country/>. Mas outros nomes podem ser identificados numa segunda lista nomeada como *Not Specified*.

22 Sobre isso, ver: capítulo Brasil da publicação Políticas Antigênero na América Latina (em espanhol) <https://sxpolitics.org/GPAL/>; o relatório mencionado na nota de rodapé 1; Apresentação de Marco Aurélio Máximo Prado https://www.youtube.com/watch?v=dx_wq4gz5A; Manual de defesa contra a Censura nas escolas: <https://centrodeformacao.acaoeducativa.org.br/cursos/manual-defesa-contracensura-nas-escolas/>; Sonia, C. & Prado, M. A. M. (2024) A “ideologia familista” nas ofensivas contra gênero na educação: conexões conservadoras transnacionais. Revista Educação & Sociedade. Dossiê Especial: O lugar da educação no fortalecimento da democracia”. Unicamp.

rapidamente traduzido para 16 línguas, deu origem à rede WDI (Women's Declaration International)²³. Em 2023, a Declaração contava com a assinatura de mais de mil pessoas e organizações brasileiras²⁴.

A circulação da Declaração se intensificaria a partir de 2020, estimulando mobilizações dos feminismos essencialistas nas redes sociais e também a criação de capítulos nacionais da WDI em vários países (inclusive no Brasil). Concomitantemente, o confinamento decorrente da pandemia de Covid-19, que amplificou geometricamente o uso das redes sociais, parece ter contribuído para a maior capilaridade das redes e coletivos feministas ditos críticos do gênero e a difusão de suas posições. Entre 2020 e 2022, no Brasil, multiplicaram-se *lives* e *podcasts* enfatizando a diferença sexual biológica, a maternidade e o repúdio aos direitos trans. Também começa a haver registro de colaboração e participação de figuras e coletivos brasileiros, autodefinidos como “radfems” ou “críticos do gênero” em eventos online internacionais.

Nesse mesmo período, vozes e coletivos transexcludentes também ganharam visibilidade nos cenários digitais de outros países, como é o caso do México e da Colômbia (AllorNone, 2023; Fondo Lunaria, 2023). Simultaneamente, celebridades internacionais de alto calibre, como J.K. Rowling e figuras relevantes do feminismo espanhol, como Lydia Falcón e Amélia Valcácer, passaram a vocalizar maiores restrições e posições extremas contra os direitos trans. Foi também nesse período que, no Reino Unido, consolidou-se uma plataforma de gays, lésbicas e bissexuais transexcludentes, a Aliança LGB, que, desde muito cedo, estabeleceu conexões com o Brasil. Quando este relatório estava sendo diagramado, em setembro de 2025, foi criada a LGB Alliance International²⁵.

23 A WDI possui filiais em vários países. O perfil do braço brasileiro da organização é o que tem, com folga, maior número de seguidores no Instagram, superando os 10 mil (dados de setembro/24).

24 A lista de signatários individuais tem mais de 37 mil nomes. Entre as organizações, as brasileiras são 18: Observatório da Clínica, Coletiva Time, Femitep, Coletiva Feminista Maria Angélica Ribeiro, GARRa Feminista, União Brasileira de Mulheres, Marcha Mundial das Mulheres, Coletiva Sociedade Matriarcal (SO.MA), Ação Anti-Sexista, Sangra Coletiva, No Corpo Certo, Coletiva Mariz, Frente Feminista Autônoma de luta anticolonial, Coletiva Autônoma Feminista de apoio às Mulheres na luta pela terra, Coletivo de Mulheres Feministas de Raiz de Santa Catarina (Raízes Feministas); Arte Editora; Direito Novo; Podcast Sapataria. Ver em <https://www.womensdeclaration.com/pt/>

25 Ver <https://lgballiance.org.uk/lgb-international-meet-the-chair/>

No contexto nacional, surgiram então plataformas que ganhariam maior visibilidade a partir de 2022, como é o caso da WDI Brasil²⁶ e o site No Corpo Certo, coordenados pela mesma pessoa. Em 2021, a Escola Superior do Ministério Público da União (MPU), então alinhada com a ideologia antigênero do governo Bolsonaro, organizou dois webinários voltados para a crítica do direito à identidade de gênero, ministrados por duas pessoas que representavam a WDI Brasil (então chamada WRHC Brasil): “Reflexões sobre as implicações legais da aplicação do conceito de Identidade de Gênero sob a forma de tratamentos de ‘transição de gênero’” (Abril)²⁷ e “As políticas de identidade de gênero e a proteção legal de mulheres e crianças: colisões de direitos” (novembro)²⁸. Em seguida, na edição 57 da publicação “Boletim Científico” do MPU²⁹ contou com artigo da coordenadora de No Corpo Certo e da WDI Brasil. No mesmo período, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), nodo principal de articulação da política antigênero no governo Bolsonaro³⁰, também estabeleceu parcerias com iniciativas vinculadas ao campo feminista essencialista³¹.

Também podem ser mencionados vínculos de No Corpo Certo e WDI Brasil com atores transnacionais situados à ultradireita do espectro. Em novembro de 2019, No Corpo Certo republicou, em português, entrevista com Sasha Ayad, da *Society for Evidence-Based*

26 A matriz da WDI está sediada no Reino Unido.

27 Ver mais em: <https://www.youtube.com/live/tBch1idiB6w?si=-L86y8HtWxy8Q92U> // <https://escola.mpu.mp.br/a-escola/comunicacao/tv-esmpu/atividades-de-extensao/webinar-reflexoes-sobre-as-implicacoes-legais-da-aplicacao-do-conceito-de-identidade-de-genero201d>

28 Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=cqMG3KrLY8w>

29 Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-57-julho-dezembro-2021/historia-das-politicas-baseadas-em-201cidentidade-de-genero201d-no-brasil-e-no-mundo>

30 Esse Ministério, por exemplo, incluiu “a promoção da ideologia de gênero por qualquer meio ou forma” como violação de direitos humanos, passando inclusive a constar nos parâmetros do Disque 100. Ver mais em: <https://apublica.org/2021/12/ideologia-de-genero-no-disque-100-pode-criminalizar-professores-diz-pesquisador/>

31 Por exemplo, o MMFDH desenvolveu um aplicativo de educação sexual em parceria com a Unicef, Fundação Abrinq, a *Childhood Brasil* e a Editora Caqui. Ver: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/aplicativo-sabe-facilita-o-acesso-de-criancas-e-adolescentes-aos-direitos-humanos> A editora é propriedade de uma educadora sexual de considerável influência nas redes sociais e que, em varias oportunidades, manifestou posições antigênero e antitrans. Ver, por exemplo: https://www.instagram.com/p/CwflG98LNpu/?img_index=1 / https://www.instagram.com/p/CvZrvCuNN09/?img_index=1 (acesso em 22 de outubro de 2025)

Medicine (SEGM)³², que colabora com a organização americana AC Peds, considerada pelo *Southern Poverty and Law Center*³³ como um grupo que incita ódio às pessoas LGBTQIA+. Em 2022, a fundadora do site participou como especialista em gênero de uma live organizada pela Nova Resistência (NR) para discutir “ideologia de gênero”. A NR é uma plataforma brasileira alinhada com o pensamento de Alexander Dugin, em geral alcunhado como o Olavo de Carvalho russo.³⁴

2023-2024: tempo de recrudescimento

No processo eleitoral de 2022, o bolsonarismo não acionou sistematicamente a categoria acusatória “ideologia de gênero” como havia feito em 2018. Nos circuitos das redes sociais, WhatsApp e Telegram da ultradireita, embora seu alvo principal tenha sido o aborto, à medida que a campanha avançou, o “uso de banheiros” seria também alvejado. Segundo as narrativas propagadas nesses circuitos, caso eleito, Lula adotaria uma política compulsória de banheiros unisex. Como se sabe, tão logo o governo Lula assumiu o poder, aconteceu a insurgência de 8 janeiro de 2023. A Praça dos Três Poderes ainda estava em escombros quando uma política antitrans vigorosa se materializou, contando com a firme contribuição das correntes feministas essencialistas.

No final de fevereiro, aconteceu em Washington, nos EUA, mais uma edição da *Conservative Political Action Conference* (CPAC)³⁵. Vários políticos brasileiros de extrema direita participaram do evento, entre eles Eduardo Bolsonaro e Nikolas Ferreira, os quais, em suas falas, anunciaram que a questão dos direitos trans seria prioridade das suas novas legislaturas, em especial o problema da “infância trans”. Na mesma época, a Assembleia Legislativa de São Paulo instalou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para averiguar os critérios e procedimentos do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade

32 Disponível em: <https://nocorpocerto.com/psicologa-questiona-o-tratamento-a-criancas-e-adolescentes-identificados-como-trans/>

33 Renomada instituição de monitoramento da ultradireita nos EUA. Ver: <https://www.splcenter.org/>

34 Pode-se assistir à live em <https://www.youtube.com/live/tBch1idiB6w?si=-L86y8HtWxy8Q92U>. Para saber mais sobre a Nova Resistência, recomendamos artigo recentemente publicado na Revista Badaró <https://www.revistabadaro.com.br/o-neofascismo-com-cara-de-esquerda/>

35 Para saber mais sobre CPAC ver <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/artigos/cpac-brasil-2024-a-ultradireita-transnacional-em-santa-catarina/26321>

de Gênero e Orientação Sexual, do IPq-HCFM/USP (AMTIGOS), que oferece atenção especializada em saúde para crianças e adolescentes trans. Veio então o Dia Internacional da Mulher, quando, para marcar a data, Nikolas Ferreira fez, da tribuna da Câmara Federal, uma paródia transfóbica e grotesca, usando uma peruca loira e afirmando que agora era mulher.

Em abril, reportagem publicada pela Folha de S.Paulo³⁶ identificou 69 projetos de lei em todos os níveis legislativos visando proibir “propagação de ideologia transgênero” nas escolas, uso de linguagem neutra ou inclusiva nos mais variados contextos, participação de mulheres trans em várias modalidades esportivas e restrições aos serviços de atenção a crianças e adolescentes trans. A atualização da investigação³⁷, publicada em janeiro de 2024, identificaria quase 300 projetos de lei com esse mesmo teor, dos quais mais de 70 já haviam sido aprovados, em sua maioria sobre educação e linguagem neutra.

Antes disso, em setembro de 2023, quando o Conselho de Direitos LGBTQIA+, sediado no MDHC, publicou nota sobre respeito à diversidade sexual na educação, Nikolas Ferreira mais uma vez entrou em cena. Via X (ex-Twitter), acusou, falsamente, o Presidente Lula e o então ministro Silvio Almeida de terem assinado um decreto impondo o estabelecimento de banheiros unissex em todas as escolas públicas do país³⁸. Uma ação judicial contra injúria e desinformação foi interposta contra ele pela Advocacia-Geral da União³⁹.

Não surpreende que, nesse contexto de acirramento, ofensivas dos feminismos essencialistas contra ativistas tenham se intensificado. Foram abertas novas frentes de ataque contra parlamentares trans, cujo número vinha crescendo desde 2013, assim como contra o Ministério das Mulheres e o governo Lula, de maneira geral, como será analisado

36 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>

37 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/brasil-tem-pelo-menos-77-leis-antitrans-em-vigor-em-18-estados.shtml>

38 Ver em <https://www.instagram.com/nikolasferreiradm/reel/CxgnCRBJWpZ/>

39 Ver <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/ministro-silvio-almeida-aciona-agu-contradeputado-nikolas-ferreira-por-espalhar-fake-news-de-que-governo-teria-permitido-banheiros-unisex-no-brasil>

em detalhe no bloco final deste relatório.

A Lei de Alienação Parental: uma história cruzada

A partir de 2017, conexões entre o campo antigênero ultraconservador e as correntes feministas antigênero e transfóbicas no Brasil seriam catalisadas por um outro debate: as mobilizações pela revogação da Lei de Alienação Parental (LAP - Lei nº 12.318/2010). Vale dizer que, em outros países, em anos recentes, também se consolidaram conexões entre feminismos antigênero e redes e coletivos de mães, como é o caso da aliança estabelecida no Reino Unido com a *Mum's Network*. Mas, em nenhum outro contexto nacional, a Lei de Alienação Parental aglutinou essas forças como aconteceu no Brasil. O fato de que o Brasil seja o único país do mundo onde uma lei com esse teor está em vigor explica em parte essa inusitada química política.

Para entendê-la, é preciso refazer brevemente a genealogia da Lei nº 12.318/2010. Em 2008, a Lei nº 11.698/2008, alterou o Código Civil (CC) para regulamentar a guarda compartilhada por efeito de uma demanda feita pela APASE (Associação de Pais Separados). O objetivo da APASE e outras associações que mobilizavam essa pauta era assegurar a igualdade de direitos e deveres de ambos os genitores nas situações de guarda compartilhada. E a reforma teve como ponto de partida dois projetos apresentados muito antes, em 2002⁴⁰. Curiosamente, à medida que esses dois PLs tramitavam, a questão da igualdade seria gradualmente alijada e o muito contestado conceito de Síndrome de Alienação Parental (SAP - Souza & Brito, 2011) se converteu em bússola do processo legislativo⁴¹. Inclusive, porque depois que a Lei da Guarda Compartilhada foi aprovada (2008), registrou-se uma vasta propagação de discursos sobre o “problema da SAP” nos meios de comunicação.

40 O PL 6315/2002, de autoria do Deputado Feu Rosa (PSDB/ES) e o PL 3350/2002, apresentado pelo Deputado Tilden Santiago (PT/MG).

41 O conceito de SAP – Síndrome de Alienação Parental – vem de uma corrente da psiquiatria norte-americana que tem como uma de suas vozes principais, Richard Gardner. Gardner pretendia que sua tese sobre essa suposta síndrome fosse incluída na próxima revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V, pela Associação Americana de Psiquiatria, o que não conseguiu. Mas isso não impediu que ela fosse traduzida para propostas legislativas. No Brasil, a SAP nunca foi objeto de estudos da psiquiatria, ou mesmo da psicologia, que deem sustentação ao conceito nem tampouco à tese de programação ou lavagem cerebral de crianças descrita nos textos de Gardner. Ver mais detalhes em: Sousa, A. M., & Brito, L. M. T. (2011). Síndrome de alienação parental: da teoria norte-americana à nova lei brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 268-283. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200006>

No bojo dessa agitação, o juiz Elizio Perez, do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, elaborou um anteprojeto da Alienação Parental que se converteria no PL 4053/2008, do Deputado Régis de Oliveira (PSC/SP), cuja relatoria ficou a cargo da Deputada Maria do Rosário (PT/RS) na Câmara e do Senador Paulo Paim (PT/RS) no Senado. A Lei de Alienação Parental seria aprovada também em 2008 e sancionada por Lula em 2010, sendo notável o papel do PT na tramitação e aprovação de uma lei que se mostraria tão problemática.

Na justificativa da lei, prevaleceram elaborações, não comprovadas, sobre os traumas emocionais e psicológicos de crianças que seriam vítimas da alienação parental, afirmando-se que eles comprometem a saúde mental na idade adulta. Além disso, no debate público sobre a lei, ganhou corpo a narrativa de que a dita alienação da criança seria motivada por sentimento de vingança por parte da ou do genitor guardião que, por ter sido abandonado/a ou traído/a, sempre desqualificaria o ex-cônjuge, impedindo ou dificultando a visitação das crianças.

A lei, como era de se esperar, causou efeitos colaterais graves de imediato. O mais dramático deles é que muitas mulheres que se separam em razão de violência doméstica, são acusadas por ex-maridos ou ex-companheiros agressores de estarem sendo vingativas e proibindo o contato com os filhos. Ademais e lamentavelmente, muitos juízes decidem em favor dos homens usando argumentos baseados na LAP, restringindo o direito das mulheres à visitação e em muitos casos suspendendo seu direito de guarda compartilhada. Esse efeito deletério foi detectado muito cedo por advogadas e organizações feministas que atuam no campo do direito de família e da violência contra mulheres. Entretanto, a mobilização contra a lei só ganhou corpo na segunda metade dos anos 2010, à medida que as correntes feministas “radicais” fizeram dela uma pauta prioritária, ampliando a visibilidade dos problemas que a lei provoca.

Dois projetos propondo a revogação da LAP estão tramitando no Congresso, e suas origens refletem a natureza mais que paradoxal da lei. O primeiro deles foi apresentado à Câmara em 2022 pelas deputadas feministas Fernanda Melchionna e Sâmia Bonfim, do PSOL⁴². Muito significativamente, o segundo foi levado ao Senado por Magno Malta, do PL,

42 Ver <https://www.camara.leg.br/noticias/935610-projeto-em-analise-na-camara-revoga-lei-da-alienacao-parental/>

no começo da legislatura de 2023, tendo sido aprovado preliminarmente pela Comissão de Direitos Humanos em agosto do mesmo ano⁴³. Essas duas iniciativas legislativas que, intrigantemente, alinham polos opostos do espectro político são reivindicadas pelas correntes feministas essencialistas como resultado de suas mobilizações, e se materializaram exatamente quando as ofensivas contra a “ideologia transgênero” e os direitos trans ganhavam tração.

O problema da LAP no Brasil tem hoje projeção internacional. Em particular, porque sua revogação e a crítica a propostas de lei do mesmo teor é prioridade da Relatora Especial para Violência contra Mulheres e Meninas, cuja atuação será analisada no bloco final. Além disso, em julho de 2023, a pedido de uma coalizão feminista que agregava tanto coletivos feministas essencialistas quanto organizações feministas inclusivas, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou uma audiência sobre o problema da LAP no Brasil.⁴⁴ Nessa ocasião, os representantes do Estado brasileiro se comprometeram com a revogação da lei.

Contudo, apesar dos projetos de lei em tramitação e da promessa feita pelo Estado brasileiro à CIDH, até setembro de 2025 a LAP não havia sido revogada. Essa lentidão dava combustível para as mobilizações contra a lei, francamente hegemonizada pelas correntes essencialistas. Embora os efeitos deletérios da LAP afetem sobretudo mulheres vítimas de violência doméstica, a LAP também tem sido eventualmente acionada contra genitores/as trans. Desde 2017, têm circulado nas redes casos de mulheres trans vítimas da LAP, tendo a lei sido aplicada contra elas para impedir seu contato com filhos e filhas no caso de separações ocorridas após suas transições de gênero.

Mobilização e Visibilidade Trans (2013-2024)

Apesar do recrudescimento da violência e o fortalecimento da agenda antitrans, na última década, seja no âmbito transnacional, seja no Brasil, registra-se um avanço significativo na participação política de pessoas trans e travestis no país. Desde 2012, têm

43 Ver <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/16/lei-da-alienacao-parental-e-revogada-pela-cdh>

44 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?si=SHlvWSx0E7ffXmGN&v=zbd9kJXgEQw&feature=youtu.be>

sido eleitas diversas parlamentares trans, seja nas câmaras municipais, seja nas assembleias legislativas ou no Congresso Nacional - a exemplo das deputadas Duda Salabert e Érika Hilton -, rompendo com a histórica invisibilização e reivindicando um projeto político que coloque vidas trans no centro das decisões. Esse avanço é resultado de uma árdua luta coletiva, mas também do reconhecimento de que representatividade não é suficiente se não está acompanhada de incidência real na formulação de políticas públicas.

Esse crescimento da presença trans na arena política se dá em paralelo à crescente visibilidade de pessoas trans e travestis não só no âmbito da produção musical e audiovisual, mas também na literatura, no direito e na ciência, o que redefine a forma como essas identidades são representadas e percebidas socialmente. Não mais limitadas a representações estereotipadas, papéis caricatos ou estigmatizados, as histórias trans estão sendo contadas com mais profundidade, sensibilidade e protagonismo. Livros, revistas, pesquisas, documentários, séries, novelas e filmes que contam trajetórias reais de pessoas trans — em especial, quando dirigidos, roteirizados ou protagonizados por pessoas da própria comunidade — têm contribuído para romper com estereótipos históricos e abrir novos caminhos de reconhecimento social.

Esse movimento de visibilidade política e cultural também reflete a crescente inserção de pessoas trans nas universidades, das quais estavam excluídas por barreiras estruturais da precarização e exclusão social, do racismo, da transfobia. A ampliação de políticas afirmativas, como cotas para pessoas trans, e a ampliação de projetos de permanência estudantil têm possibilitado que mais pessoas trans ingressem e permaneçam no ensino superior. A presença de corpos trans nos espaços acadêmicos também suscita novos debates, pauta pesquisas, questiona saberes hegemônicos e contribui para transformar parâmetros de produção de conhecimento, rompendo com o transepticídio que, durante anos, invalidou a produção intelectual de pessoas trans. No plano das mobilizações da sociedade civil, o protagonismo das pessoas trans tem se alinhado, de forma assertiva, a lutas históricas dos movimentos feministas, antirracistas, na luta pela terra, justiça climática, trabalho digno e pela geração de renda para todas as pessoas, além de sustentar vínculos com os movimentos sociais populares.

Em arenas internacionais também têm sido constantes e efetivas as mobilizações em torno aos direitos trans, especialmente na Comissão Interamericana de Direitos

Humanos e na Corte Interamericana de Direitos Humanos, às quais casos de violação de direitos humanos das trans têm sido apresentados e positivamente julgados.⁴⁵ Essa presença também se registra na Assembleia Geral da OEA, na Cúpula das Américas, na RAADH (Mercosul) e em espaços da ONU - como o Fórum Permanente de Pessoas Afrodescendentes⁴⁶, a CEDAW, a CSW, assim como a própria Comissão de Direitos Humanos e o Comitê de Infância – que cada vez mais contam com a participação ativa de pessoas trans, travestis e de gênero diverso.⁴⁷

Essas mudanças e dinâmicas decorrem da luta persistente das pessoas trans que vêm se consolidando há mais de três décadas no país e que tem também têm significado avanços na garantia de direitos, com decisões judiciais e políticas públicas que, apesar de resistências conservadoras e de grupos transexcludentes, têm reconhecido a dignidade das pessoas trans, como o direito à retificação de nome e gênero nos documentos sem necessidade de laudos ou cirurgia, a inclusão de pessoas trans no acesso integral à saúde pelo SUS e a criminalização da transfobia pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse marco, pode-se listar um conjunto importante de marcos jurídicos que reconhecem violações de direitos e estabelecem parâmetros para responsabilização do Estado assim como de atores privados:

- **“Princípios de Yogyakarta +10⁴⁸** - Marco internacional da defesa e promoção dos direitos humanos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo e de diversas expressões de gênero. Em 2017, a atualização dos princípios originais ampliou significativamente o escopo da proteção, incorporando dimensões

45 Como por exemplo, em 2021, o julgamento do caso Vicky Hernández VS Estado de Honduras. Ver <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-29/corte-interamericana-condena-honduras-por-morte-de-mulher-trans.html>

46 Tanto na 1ª Sessão do Fórum Permanente de Pessoas Afrodescendentes, quanto na 69ª Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher da ONU (CSW), pessoas trans estiveram efetivamente representadas e participando desses espaços com direito a fala pela primeira vez — representações essas da ANTRA. O Brasil tem se destacado como um dos poucos países a incluir pessoas trans em suas comitativas oficiais, demonstrando não apenas articulação interseccional, mas também um compromisso concreto com diversos movimentos sociais e populares, como o de mulheres negras, por exemplo.

47 Nesse contexto, uma questão a ser considerada é a crescente associação de empresas à pauta LGBTQIA+ em especial em datas especiais. Embora esse investimento seja bem-vindo, é importante não perder de vista o significado do Pink Money (quando a pauta LGBTQIA+ é instrumentalizada para fins comerciais) e os riscos do Pinkwashing (quando empresas ou instituições usam uma imagem de apoio à diversidade para encobrir práticas discriminatórias ou violações de direitos humanos).

48 https://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2017/11/A5_yogyakartaWEB-2.pdf

fundamentais como as **características sexuais, expressão de gênero, e o direito à autodeterminação**

- **Recomendação Geral 28 do Comitê CEDAW⁴⁹** – Enfatiza que os Estados devem reconhecer e adotar políticas e programas para prevenir e eliminar formas interseccionais de discriminação, incluindo explicitamente aquelas baseadas na identidade de gênero, além de proibir nos seus instrumentos jurídicos essas formas interseccionais de discriminação. Esse alargamento foi fundamental para garantir que todas as mulheres, independentemente de sua identidade de gênero, sejam protegidas contra a discriminação.
- **Mudança de Nome e Gênero em Documentos Oficiais** – Em 2018, o STF autorizou que pessoas transgênero alterassem seu nome e gênero em registros civis sem a necessidade de cirurgia ou autorização judicial, reconhecendo a autodeterminação e a identidade de gênero como direitos fundamentais.
- **CID-11** – Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou a 11ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-11)⁵⁰, que substituiu a categoria disforia de gênero por incongruência de gênero e retirou a transexualidade da categoria de transtornos mentais e transportou-a para o capítulo de “Condições Relacionadas à Saúde Sexual”. Na tradução brasileira, feita pelo Ministério da Saúde, “incongruência” foi traduzida por “dissidência” de gênero.
- **Criminalização da Homofobia e Transfobia** – Em 2019, o STF decidiu que atos de homofobia e transfobia deveriam ser enquadrados na Lei do Racismo, tornando tais práticas crimes inafiançáveis e imprescritíveis. Em 2023, a Corte equiparou ofensas contra pessoas LGBTI+ ao crime de injúria racial.
- **Inclusão de Pessoas Trans no Sistema Prisional** – Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução que permite que pessoas trans escolham ser

49 Disponível em: https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/rec_geral_28_obrigacoes_fundamentais_dos_estados_partes.pdf

50 <https://icd.who.int/browse/2024-01/mms/pt>

alocadas em unidades prisionais de acordo com sua identidade de gênero, visando garantir sua segurança e dignidade e, em seguida, a Resolução Conjunta CNPCP-CNLGBTQIA+⁵¹ estabeleceu diretrizes para o respeito à identidade de gênero, à orientação sexual e à diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário brasileiro.

- Acesso a Cuidados de Saúde pelo SUS – Em 2021, o STF determinou que pessoas trans têm direito a todos os tratamentos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), independentemente de sua identidade de gênero, reforçando o princípio da universalidade do sistema de saúde brasileiro. E determinou o reconhecimento de pessoas intersexo nos registros de nascimento⁵².
- Proteção contra Discriminação em Escolas – A Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2021, do Ministério da Educação (MEC), estabelece o direito ao uso do nome social por travestis, mulheres e homens trans e demais pessoas trans nos registros escolares das instituições de ensino vinculadas ao MEC. Além disso, o STF decidiu que escolas públicas e privadas devem combater a discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero⁵³ promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso para todos os estudantes.
- Proteção da Lei Maria da Penha para mulheres trans – Decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada a casos envolvendo mulheres trans e travestis para garantir direitos e enfrentar a violência de gênero no Brasil. Na decisão, o STJ afirma que a identidade de gênero deve ser respeitada e que a violência baseada no gênero atinge também mulheres trans.
- Proteção de mulheres trans pela Lei da Violência Política de Gênero – Considerando o entendimento do STJ, o TRE/RJ aplicou a Lei de Violência Política de Gênero em um caso envolvendo a veredadora Benny Brioly, o que representa um avanço

51 <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/53532>

52 <https://www.cnj.jus.br/novas-regras-permitem-registrar-criancas-com-o-sexo-ignorado-na-dnv/>

53 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/06/29/escolas-devem-combater-bullying-machista-e-homotransfobico-decide-stf-ghtml>

fundamental no reconhecimento das múltiplas formas de discriminação enfrentadas por mulheres trans no espaço político.

Esses avanços explicam, em parte, a amplificação das ofensivas ultraconservadoras, mas também dos feminismos essencialistas contra as pessoas trans e seus direitos. Compreender a história, perfil e modos de ação dessas novas plataformas antigênero e transexcludentes é, portanto, fundamental para conter a erosão desses tantos e a fabricação de novos empecilhos legais e políticos para impedir a legitimação de direitos ainda não assegurados à população trans brasileira.

Análise de redes sociais

Como dito na introdução, a análise de redes sociais foi um componente central do estudo, pois permitiu identificar as principais figuras e coletivos do campo feminista essencialista, suas conexões com outros campos políticos e o lugar que essas formações ocupam nas dinâmicas da política antigênero e antitrans no Brasil. Nas páginas seguintes, usaremos a categoria genérica “atores” para nomear indivíduos, coletivos, organizações que sustentam movimentos e articulações no ecossistema analisado. A análise foi baseada numa coleta de dados prévia nas redes sociais que foi posteriormente processada pelo software Gephi⁵⁴. Nas próximas páginas, as informações sobre o conjunto de “atores” que aparecem no mapa resultante dessa análise de redes sociais estão organizadas em seis grupos ou *clusters*:

- Feministas radicais “originais”;
- Movimentos de mães, sobreviventes e feministas essencialistas;
- Neoliberais e ultraconservadores religiosos (principalmente católicos);
- Ultradireita secular, bolsonarismo, Partido Liberal;
- Redes transnacionais;
- Nodos principais de articulação.

Antes de avançar nessa leitura, é preciso fazer algumas observações sobre o mapa

54 A explicação mais detalhada desta metodologia está descrita ao final da publicação, na seção Metodologia.

que vem a seguir. Nele, os círculos maiores representam os atores com maior número de conexões e relacionamentos captados pelo estudo. Isso não significa, porém, que os atores com menos destaque não sejam significativos. Como mostra a análise dos grupos 4 e 5, muitas vezes o são. Há também perfis que, de fato, na vida política aglutinam públicos muito diversos, mas cujas conexões não aparecem no mapa. Dito de outro modo, o mapa não mostra conexões que não pudemos captar ou comprovar. Para entender isso, é preciso ter em conta que a metodologia privilegia conexões virtuais, pois, ainda que as campanhas e alianças possam ocorrer no mundo offline, o que captamos são seus vestígios digitais.

Um mapa de redes é uma fotografia feita num certo momento de um ecossistema complexo que se altera continuamente. Há coletivos e figuras identificados no início do estudo que ou já não existem, ou perderam relevância, assim como novas formações surgiram no curso do estudo, sendo que ao menos uma delas ganhou enorme relevância na dinâmica dessa ecologia complexa quando a observação de campo já estava encerrada (ver Conclusões). Por essa razão, um dos parâmetros mais importantes para a interpretação do mapa é a permanência de atrizes e atores, e o surgimento eventual de formações mais institucionalizadas. Por isso, examinamos basicamente não só grupamentos mais relevantes como, sobretudo, os mais permanentes.

A cartografia mapeia atores que movem ações antigênero e/ou antitrans no contexto brasileiro e, mais raramente, em espaços transnacionais aos quais estão conectados. Vale dizer, inclusive, que nem sempre há fronteiras nítidas entre os contextos nacional e transnacional. O mapa identifica atores que constituem nodos principais de discursos e ações contra a “ideologia de gênero” ou que manifestam posições transfóbicas muito flagrantes. Mas também inclui atores que estão ligados a essas campanhas apenas tangencialmente ou que se envolvem apenas em campanhas cujo tom é mais “ameno” ou “indireto”. Especialmente nas bordas do mapa, há atores que não se engajam abertamente em campanhas antigênero/antitrans, mas têm com elas vínculos, ainda que difusos. É importante tê-los em conta, pois em geral estão conectados a movimentos políticos de maior alcance que extrapolam a cartografia aqui apresentada.

É pouco provável que os atores individuais identificados na cartografia tenham clareza completa sobre as redes sociais e políticas mais amplas das quais também fazem parte. Não se deve inferir, portanto, que as conexões identificadas implicam sempre uma

associação consciente e deliberada de colaboração ou aliança com outros atores presentes na cartografia. Ou seja, não devemos “totalizar e cristalizar” as visões políticas desses atores, mas sim ler a cartografia como um método para visualizar com maior precisão o cenário das ofensivas antigênero e antitrans no Brasil, a multiplicidade e heterogeneidade de atores envolvidos, a complexidade das teias que os conectam nesse ecossistema e o lugar que nele ocupam os feminismos transexcludentes.



- **GRUPO 1.** Feministas radicais “originais”
- **GRUPO 2.** Movimentos de mães, sobreviventes e feministas radicais
- **GRUPO 3.** Neoliberais e ultraconservadores religiosos (principalmente católicos)
- **GRUPO 4.** Ultradireita secular, bolsonarismo, PL
- **GRUPO 5.** Redes transnacionais
- **GRUPO 6.** Nodos de articulação (atores pivot ou facilitadores)

Grupo 1 – As feministas radicais “originais”

Compõem o Grupo 1 (verde limão) figuras conhecidas do abolicionismo antiprostituição, cuja atuação se fez mais robusta a partir dos anos 2010. Mas estão aí também vozes que adentraram mais recentemente o ecossistema e também repudiam com vigor o “gênero” e os direitos das pessoas trans. As ações e conexões dos atores desse *cluster* têm muitas sobreposições com o Grupo 2, tanto que são lidas pelo software Gephi como sendo parte de um único *cluster*. Contudo, há diferenças importantes a sublinhar. Os coletivos e pessoas situadas no Grupo 1 não participam com intensidade das plataformas contra a Lei de Alienação Parental ou das conexões com o movimento de mães (ver abaixo). Por outro lado, muitos dos coletivos e figuras individuais desse cluster participaram do I Fórum Nacional Mulher e Infância, que aconteceu em 2022, onde houve painéis sobre violência médica contra mulheres e crianças e o papel da mídia na educação de mulheres e crianças – temas típicos das plataformas “maternas”. Essa presença poderia se explicar pelo fato de que houve no Fórum muitas discussões sobre lesbianidade e feminismo, maternidade negra, capitalismo e meio ambiente, questões que atraem muito os coletivos e pessoas que se situam no Grupo 1. Inclusive porque nele há muitas pessoas envolvidas com ativismo lésbico, assim como coletivos alinhados com posições anticapitalistas, materialistas ou marxistas. Os coletivos e figuras mais notáveis desse *cluster* se situam no campo do feminismo negro ou do feminismo lésbico negro e estão posicionados na fronteira com o Grupo 2.

Muito significativamente, alguns nodos importantes desse *cluster*, que existiam quando começamos a pesquisa no final de 2022, desapareceriam ao longo de 2023 - por exemplo, os coletivos GARRa Feminista e o QG Feminista, que parecem ter encerrado suas atividades em novembro de 2022⁵⁵ e outubro de 2023⁵⁶, respectivamente.

55 Ver: <https://www.instagram.com/p/CmJfF26uxoO/>

56 Ver: https://www.instagram.com/p/Cyd5wS5sUOQ/?img_index=1

Grupo 1: Exemplos de posts e posições

GARRa Feminista

*'A Marcha das Vadias é um movimento liberal, que defende sistemas de exploração do sexo feminino – como a prostituição e a pornografia – como trabalhos comuns ou até mesmo formas de “empoderamento”, sem um questionamento profundo da dominação dos homens sobre as mulheres na sociedade’.*⁵⁷

I Fórum Nacional Mulher e Infância

*“Um evento completamente pensado, produzido e apresentado por mulheres interessadas em estimular, difundir, conscientizar e engajar o público nos debates sobre as questões da mulher e da infância na atualidade”.*⁵⁸

QG Feminista

*“Nos despedimos... cheias de gratidão e orgulho por tudo que fomos, somos e seremos: feministas radicais, incansáveis na luta pela libertação das correntes de todas as mulheres”.*⁵⁹

Grupo 2 - Movimentos de mães e sobreviventes + feministas “críticas do gênero”

O Grupo 2 predomina nessa parte do mapa e, como dito, tem muitas conexões com o Grupo 1. É formado por uma extensa gama de grupos de direitos/proteção das mulheres, proteção das mães e das crianças. Suas prioridades de ação são a luta pela revogação da Lei de Alienação Parental (LAP) e por medidas estatais de proteção para mulheres e crianças contra a violência e o abuso masculino. Alguns desses grupos têm compromisso com agendas do campo feminista mais amplo, como o direito ao aborto, outros são predominantemente alinhados com correntes feministas essencialistas ou críticas do gênero. Mas também se contabilizam aí coletivos e figuras individuais, para quem as pautas feministas mais amplas são secundárias frente às demandas de proteção das mães

57 Julho de 2015: <https://garrafeminista.wordpress.com/2015/07/>

58 Ver em: <https://forummulhereinfancia.org>

59 Outubro de 2023: <https://qgfeminista.org/feminismo-em-revista/>

e das crianças, ou seja, priorizam propostas e respostas para os problemas enfrentados no exercício da maternidade.

Adicionalmente, alguns desses coletivos são compostos por mulheres que se identificam como “sobreviventes da violência masculina”, seja nos espaços domésticos, seja nas disputas legais pela guarda dos filhos e filhas; mas também no mundo do trabalho e em outros espaços da vida cotidiana.⁶⁰ Finalmente, muitos dos coletivos e ativistas do Grupo 2 têm conexões e compartilham agendas com o Grupo 6, onde estão situados o que estamos chamando de “nodos de articulação principal” do ecossistema antigênero e antitrans no Brasil (veja abaixo).

Grupo 2: Exemplos de atores e posts

Coletiva SOMA

“A Coletiva SO.MA é uma coletiva autônoma de mulheres feministas Radicais que tem por base o compromisso com a luta antipatriarcal e antipedofilia”⁶¹.

Women’s Declaration International - WDI

“A Women’s Declaration International (WDI) é um grupo de mulheres voluntárias de todo o mundo dedicadas a proteger os direitos das mulheres com base no sexo”.

CPI Voz Materna

“O Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna é uma organização autogerida por mulheres e sem fins lucrativos que lutam pela proteção dos direitos das mulheres-mães, crianças e adolescentes”⁶².

60 A WDI Brasil é um dos nodos mais importantes do Grupo 2, e esse alinhamento pode ser verificado em posts como: <https://www.instagram.com/wdibrasil/p/CSF2X3YnsBd/> / https://www.instagram.com/p/C4jFadCvGDI/?img_index=1 / https://www.instagram.com/p/C_tYT7ld4N/?img_index=1 / https://www.instagram.com/p/C_ykCw3tve5/?img_index=2

61 Ver em: <https://www.facebook.com/coletivasociedadematriarcal/videos/246942367146693>

62 Ver em: <https://www.cpivozmaterna.com>

Grupo 3 - Neoliberais e ultraconservadores religiosos (principalmente católicos)

No Grupo 3, misturam-se *think tanks* neoliberais, profissionais do direito, da medicina e da mídia, assim como ativistas ultraconservadores e de ultradireita. Há muitas instituições e figuras ultracatólicas francamente antigênero e antiaborto, especialmente algumas associadas às campanhas contra “gênero” e “ideologia” na educação e com o Escola sem Partido. Predominam brasileiras e brasileiros, com algumas exceções internacionais (ver quadro abaixo).

O ator mais proeminente desse *cluster* é o jornal Gazeta do Povo, nodo eclético que articula muitos grupos e pessoas dos Grupos 3, 4, 5 e 6. A Gazeta é o *pivot* mais importante do lado direito do mapa. Outra zona relevante do grupo 3 é composta por redes e figuras que orbitam em torno da família Gandra Martins. O arranjo Gazeta/família Gandra tem vínculos amplamente reconhecidos como Opus Dei, assim como sólidas conexões com o bolsonarismo⁶³. Trata-se de agrupamento mais que conhecido pelas ofensivas que promove contra o direito ao aborto e a “ideologia de gênero”.

Mas nesse mesmo *cluster*, se identificam outras formações de ultradireita, como o Movimento Brasil Livre ou o Escola Sem Partido. Nessa parte do mapa, também estão as campanhas por educação domiciliar que, embora focadas no lobby pelo ensino domiciliar, também comportam vozes abertamente hostis aos direitos trans, aos LGBTQIA+ e, mais amplamente, à igualdade de gênero. Estão aí também três redes norte-americanas (HSLDA, GHEX e a *Alliance Defending Freedom (ADF)*), além da plataforma espanhola CitizenGO. Muitas das organizações e figuras desse Grupo foram deflagradores das campanhas contra o gênero na educação que irromperam no país no começo dos anos de 2010.

Grupo 3: Alguns atores relevantes

Mídia. Gazeta do Povo, Antagonista.

63 Entre as muitas evidências da vinculação dos Gandra com essa plataforma ultracatólica, pode-se mencionar, por exemplo, o artigo do jurista Ives Gandra Martins publicado pela Folha de São Paulo em 1998, em comemoração ao 70 anos da Opus Dei, acessível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz02109809.htm>. No caso da Gazeta, essas conexões foram bem mapeadas numa matéria do *Intercept* de 2018, acessível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/585389-como-a-gazeta-do-povo-do-parana-deu-uma-guinada-a-direita-e-virou-porta-voz-do-brasil-de-bolsonaro>

Think Thanks: Instituto Monte Castelo, Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, Burke Instituto Conservador, Instituto Brasileiro de Direito e Religião, Instituto Liberal.

Redes e atores da educação domiciliar: Regiane Cichelero, Alexandre Magno Fernandes Moreira, Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), *Home School Legal Defense Association* (HSLDA), *Global Home Education Exchange* (GHEX).

Atores ultracatólicos: Ives Gandra, Angela Gandra, *Family Talks*, Mães Direitas, ADEF (Associação de Desenvolvimento da Família).

Plataformas e redes transnacionais - *CitizenGo*, *Students for Liberty*, HSLDA, GHEX, ADF

Grupo 4 - Ultradireita secular, bolsonarismo, Partidos Liberal e Republicanos

Estão nesse grupo os Partidos Liberal e Republicanos, especialmente suas redes de mulheres e jovens e algumas figuras notáveis, como Ana Caroline Campagnolo e Nikolas Ferreira. O Partido Liberal (PL) é o segundo nó mais robusto do setor à direita do mapa, só sendo superado pela Gazeta do Povo. Em seguida ao PL, identificam-se outros dois nodos significativos: a CPAC, Conferência de Ação Política Conservadora (10ª posição na ordem de importância no mapa) que, no Brasil, está associada ao Instituto Conservador Liberal criado por Eduardo Bolsonaro, peça crucial da convergência entre o campo bolsonarista e a direita transnacional. A terceira posição é ocupada pela Editora CEDET, cujo campeão de vendas é Olavo de Carvalho⁶⁴. Seu modelo de negócios e influência se apoia numa ampla rede de influenciadores digitais que promovem seus títulos e os de suas muitas subsidiárias e afiliadas⁶⁵.

Na quarta posição está a Jovem Pan (JP), que, embora tenha perdido espaço no debate político mais amplo, continua propagando ideias e agregando público em torno de temas de gênero, sexualidade, aborto e pautas centrais da ultradireita. Esse *cluster* também abriga a plataforma Brasil Paralelo, outros veículos, *think tanks*, influenciadores digitais,

64 Ver <https://www.intercept.com.br/2021/08/28/cedet-vendas-sites-olavo-de-carvalho-extrema-direita/>

65 Ibid.

jornalistas, autores e figuras associadas ao bolsonarismo. Não menos importante, nele também se movem várias figuras identificadas como gays/trans (ou “ex”-gays/trans) “da direita”.

Quando a cartografia foi feita, o PL, o CPAC, o Cedet e a Jovem Pan dominavam a produção e circulação de repertórios acusatórios contra gênero e direitos trans através de *podcasts*, vídeos, *lives* e postagens em mídias sociais. Como se sabe, essa infraestrutura é desde muito sustentada por modelos avançados de negócios e estratégia comunicacional de alto impacto (que também gera receitas significativas), assim como por apoios internacionais nem sempre facilmente rastreáveis.

O conjunto de atores situado no Grupo 4 é veementemente antifeminista e antigênero, porém muitas de suas vozes mais proeminentes vêm adotando a linguagem dos direitos das mulheres ou da equidade entre homens e mulheres, condenando a violência de gênero (sem usar o termo), valorizando o papel das mulheres na esfera do cuidado e enunciando propostas para a “conciliação” trabalho-família. Sobretudo, enfatizam e valorizam a participação política das mulheres como estratégia para disseminação de valores ultraconservadores e captura de votos femininos. Esse reposicionamento abre uma ampla janela de diálogo e articulação com o campo de “defesa dos direitos das mulheres”, que se situa do lado esquerdo do mapa em relação a esses vários temas e demandas, em particular a pressão para revogação da LAP, que, como já dito, está sendo também puxada por figuras icônicas do ultraconservadorismo religioso - como o senador Magno Malta.

Atores principais

Partidos políticos - Partido Liberal, Republicanos.

Campanhas/eventos - Brasil Sem Doutrinação, CPAC Brasil.

Figuras políticas - Eduardo Bolsonaro, Nikolas Ferreira, Ana Caroline Campagnolo, Dom Lancellotti, Jair Bolsonaro, Chris Tonietto, Gustavo Gayer

Mídia e plataformas digitais, editoras - Cedet, Jovem Pan, Revista Oeste, Brasil Paralelo, Brasil Sem Medo, Senso Incomum.

Influencers, jornalistas e comentaristas. Marco Antonio Costa, Paulo Figueiredo,

Think tanks. Instituto Conservador Liberal, Instituto Formação de Líderes.

Grupo 5 - Redes transnacionais

O Grupo 5 abrange uma gama muito ampla de redes, iniciativas e conexões transnacionais. Na extremidade esquerda, está, por exemplo, o grupo feminista lésbico britânico *Get the L Out*⁶⁶. Também estão no *cluster* figuras e coletivos ligados ao WDI USA e FiLiA, que, em outros mapas feitos sobre os feminismos essencialistas, também se situam à “esquerda”. Na extrema direita, por outro lado, estão presentes as principais plataformas ultra neoliberais da ultradireita e do ultraconservadorismo cristão dos EUA, como a *Atlas Network*, a *Heritage Foundation*, a *Alliance Defending Freedom* (ADF), as Fundações *Koch*, a *Public Discourse* e a *Promise to America's Children* e suas redes.

Grupo 6 - Nós de articulação ou Facilitadores

O Grupo 6, que está no centro do mapa, é, possivelmente, o achado mais relevante do estudo. Isso porque a característica principal de figuras, coletivos e iniciativas nele situadas são suas posições ambíguas e contraditórias, as quais lhes permitem cruzar, com facilidade, a forte polarização entre “esquerda” e “ultradireita” que caracteriza o mapa. É crucial mencionar que a maior parte das conexões que passam por esses nós facilitadores só foram identificadas após a posse de Lula, ou seja, os dados sugerem que essa “comunidade” se formou ou se consolidou a partir de janeiro de 2023.

A partir desse *cluster* são propagados discursos e promovidas campanhas em que conteúdos antifeministas e de ultradireita se confundem com discursos feministas e de esquerda. Muitas das figuras femininas situadas no grupo 6 colaboram abertamente com a ultradireita e, quando não há colaboração direta, flagrantes afinidades ideológicas podem ser rastreadas entre os *Clusters* 6 e 4. Mas, no Grupo 6, há também vários subgrupos que se sobrepõem ou se juntam com coletivos e figuras abrigadas nos Grupos 2, 3 e 4.

66 Sobre o grupo, em português, ver: <https://biapagliarinibagagli.medium.com/o-que-a-bbc-n%C3%A3o-mostra-a-pesquisa-feita-pelo-get-the-l-out-57a2e823ccc3>

Para ilustrar esse jogo complexo, vejamos como se movem seus componentes. Por exemplo, uma ativista ou coletivo que luta pelos direitos das mulheres e das mães a partir de uma perspectiva conservadora, mas que também usa recursos discursivos, imagéticos e digitais típicos do feminismo situado à esquerda do mapa. Uma outra figura icônica do *cluster* seria uma política profissional de ultradireita que atua no campo da proteção da infância, geralmente formada em psicologia, direito ou justiça criminal. Há também “empreendedores” digitais de ultradireita que convocam e visibilizam vozes “diversificadas” – “feministas”, psicólogos/as ativistas ultraconservadores – para atacar direitos trans. Finalmente se contabilizam “supermães” ou “mães militantes”, que podem ou não usar repertórios feministas, embora sejam socialmente conservadoras.

Sobretudo, para efeito dos objetivos do estudo, é importante notar que, de um lado, os atores do Grupo 6 e suas interações iluminam com muita acuidade os canais através dos quais as forças da ultradireita têm estabelecido alinhamentos ou mesmo coalizões (cuja solidez é variável) com pedaços do campo “feminista” tradicionalmente alinhados à esquerda do espectro político. Por outro lado, há, no mesmo grupo, figuras e iniciativas do campo feminista que se definem como situadas à “esquerda” que aceitam ou buscam relações com a ultradireita em defesa de suas pautas prioritárias. Ou seja, essas figuras e coletivos configuram uma constelação instável e complexa, mas com enorme potencial de impacto político, exatamente em razão de sua “pluralidade intrínseca”. Identificamos quatro perfis principais dos subgrupos que habitam e interagem no Grupo 6, a saber:

Figuras e coletivos dedicados à proteção e defesa dos direitos das mulheres e das mães

As componentes desse subgrupo estão dispostas a colaborar diretamente ou indiretamente com forças situadas à direita ou mesmo ultradireita. Participam de debates públicos convocados por figuras políticas do Partido Liberal ou do Republicanos. Da mesma forma, não hesitam em escrever ou ser entrevistadas pelos veículos da ultradireita como a Gazeta do Povo e O Antagonista. São exemplos: No Corpo Certo, Movimento Infância Plena e mais especialmente a Mátria, que se consolidou como maior plataforma do *cluster*, quando o trabalho de campo estava sendo finalizado.

Figuras e iniciativas do campo de proteção a crianças

O foco principal desse subgrupo é proteger crianças e jovens dos “males modernos”, em especial situações relacionadas à sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. Essa agenda é motivada por ansiedades sociais mais amplas, como o uso excessivo de Internet, “modas que podem ‘desviar as crianças’”, como não binarismo e inteligência artificial. Indivíduos e iniciativas desse subgrupo também compartilham uma visão de proteção de mães e crianças, frente à ameaça do “mundo de fora” que está repleto de perigos - como sexualização precoce, e exploração e abuso sexual.

Essa agenda converge com as pautas do subgrupo que vem a seguir, mas o tom de seus discursos é mais ameno ou “liberal”. Algumas vozes desse subgrupo rejeitam explicitamente formas punitivas de disciplina e promovem abordagens positivas e de escuta na criação de filhas e filhos. No entanto, no *cluster* 6 circulam também narrativas que retratam mães e pais como a última linha de defesa das crianças frente a um mundo perigoso, desordenado e imprevisível.

Esses temores se mesclam com a fantasmagoria do “apagamento das mulheres e do sexo biológico” propagada pelas forças antigênero, em especial pelas feministas essencialistas. As conversas desse *subcluster* também comportam narrativas segundo as quais “ser trans está na moda” ou que crianças não podem ser expostas a imagens de identidades de gênero diversas que circulam nas redes sociais. Seus discursos tendem a borrar, com insistência, diferenças políticas e posições ideológicas, como bem ilustra um post do coletivo Encontro Parental: “Entre a direita e a esquerda, eu fico com a defesa das crianças e da infância!”⁶⁷

As vozes ‘objetivas e científicas’ (psicologia/psicanálise, direito e comunicação)

Esse subconjunto comporta profissionais da psicologia/psicanálise, do direito e justiça criminal e também da comunicação. Seu traço principal é tratar das questões de gênero, sexualidade e transgeneridade a partir de uma posição de objetividade e de uma

67 Ver em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=313727614382769&set=a.216472844108247>

suposta neutralidade científica, mas que, no frigar dos ovos, termina por reiterar normas e arranjos dominantes. Para muitas das vozes desse subgrupo, as pessoas trans e o que elas nomeiam como “suas ideologias ou dogmas” são perigosas, prejudiciais ou opressivas com relação a mulheres e crianças, mas sobretudo devem ser questionadas porque “desrespeitam o regime de verdade da ciência”. Um dos argumentos mais usados por esses perfis é que a maioria da sociedade brasileira contemporânea teria sido capturada por excessos liberais, esquerdistas ou mesmo subversivos. Algumas dessas figuras não têm credenciais acadêmicas ou profissionais para abordar os temas de que falam. Outras têm credenciais, mas abordam questões que estão para além de sua área de especialização, usando, portanto, seus títulos acadêmicos ou profissionais para legitimar visões ultraconservadoras.

Nesse bloco há muitos profissionais, por vezes acadêmicos, que recorrem ao conhecimento científico para legitimar, justificar e explicar as normas sociais do sistema de gênero e sexualidade, reiterando o caráter determinante da biologia. Algumas dessas vozes posicionadas à esquerda do espectro mobilizam argumentos supostamente marxistas sobre a inequívoca materialidade dos corpos.

Cruzadistas de ultradireita

Os atores desse subgrupo são basicamente políticos profissionais que convocam várias linhas de força ultraconservadoras para atacar instituições, projetos, ativistas, parlamentares e, sobretudo, discursos e políticas governamentais nomeados por elas/eles como de esquerda, liberais, subversivos ou “ideológicos”. Vários focam na transmissão de valores ou ideias liberais conservadoras para formar as gerações futuras. Mas, ainda que seus discursos possam parecer “liberais”, quando se olha mais de perto, de fato, se alinha a pautas ultraconservadoras e de extrema direita, como: a suposta “desintegração das famílias”, a “perigosa influência dos valores liberais nas crianças”, teses tortuosas sobre violação da liberdade religiosa, magnificação dos problemas criminais e da “desordem social”, ou mesmo clamores por securitização, policiamento e mais poder aos militares. Em alguns casos, essas vozes combinam o repúdio contra as pessoas trans, que ganhou tração mais recentemente, com as mensagens anteriores de demonização da “ideologia de gênero”. Mas o mais importante é que, cada vez mais, usam a linguagem dos direitos baseados no sexo e discursos científicos sobre sexo biológico que correlacionam as diferenças de sexo com as funções paternas e maternas.

Os cruzadistas e seus discursos

Franciane Bayer (Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul pelo partido REPUBLICANOS)
*'A deputada da FAMÍLIA GAÚCHA em Brasília. Cristã. Esposa. Mãe. Bacharel em Direito. Defesa da infância, da liberdade e contra o aborto'*⁶⁸.

Ricardo Arruda (Deputado estadual do Paraná pelo PL)
*'Ligado à Igreja Mundial do Poder de Deus... missionário... Um deputado conservador, de direita e veemente contra a esquerda comunista... a defesa da família, cidadão de bem armado, contra a legalização do aborto... e contra a ideologia de gênero.'*⁶⁹

Tenente Coimbra (deputado estadual de São Paulo pelo PL)
*'1º Tenente do Exército. Pai... Deputado Estadual... O Deputado das Escolas Cívico-Militares em SP.'*⁷⁰

Delegada Sheila (Deputada estadual de Minas Gerais pelo PL)
*'Mãe... delegada de Polícia Civil... suas principais bandeiras são: a valorização das forças de segurança, a defesa das mulheres, o combate à pedofilia, a luta contra o trabalho escravo e o crescimento econômico da Zona da Mata.'*⁷¹

Organizações e figuras emergentes

Como já mencionado, algumas figuras e iniciativas que não aparecem com destaque no mapa ganharam visibilidade depois que as observações do estudo foram completadas. Hoje, algumas delas exercem considerável influência nos debates públicos sobre gênero e transgeneridade, ampliaram sua capacidade de incidência política e litígio e, sobretudo, têm atraído novas audiências. Sua emergência e implicações de sua atuação serão tratadas mais de perto na seção de conclusões.

68 Ver em: <https://www.instagram.com/fran.bayer/?hl=en>

69 Ver em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/ricardo-arruda>

70 Ver em: https://www.instagram.com/tenente_coimbra/?hl=en

71 Ver em: <https://www.almg.gov.br/a-assembleia/deputados/deputado/?id=26164>

Analizando as entrevistas

As entrevistas realizadas pelo estudo visavam elucidar questões e situações que não estavam claras ou disponíveis em canais públicos e, sobretudo, aferir as percepções do campo feminista mais amplo sobre as correntes antigênero e transfóbicas. No total, quinze pessoas foram entrevistadas: dez mulheres cisgênero, duas mulheres trans, uma entrevistada autoidentificada como sapatão e dois homens cisgênero. Oito dessas pessoas são ativistas, cinco estão na academia, uma no campo político-partidário e uma trabalha em comunicação. Esses perfis não são tão delimitados na prática dessas pessoas, pois ativistas também fazem comunicação, assim como acadêmicas/os e comunicadoras/es podem ser ativistas ou estar inseridas no campo político-partidário.

A análise que se segue não esgota o imenso volume de informações captado pelas entrevistas. No conjunto, o material reflete perspectivas muito diferenciadas sobre os feminismos essencialistas. Feitas essas ressalvas, a análise que se segue ilumina tensões e conflitos na interseção entre o campo feminista mais amplo e as correntes antigênero/antitrans e também identifica convergências e consensos sobre essas tensões e conflitos que parecem estar amadurecendo no campo feminista transinclusivo. A seção está organizada em oito tópicos que resumem os achados mais significativos, a saber:

- Fronteiras Borradas
- Longevidade, rejuvenescimento, lideranças
- Estratégias adotadas pelas correntes essencialistas
- Maternidade, proteção da infância e LAP
- Interseções complexas e tensas;
- Efeitos;
- “Confusionismo” e fratura potencial;
- Respostas possíveis

Fronteiras borradas

Vozes ativistas

"Elas estão entre a gente. Não estão com a gente, mas estão entre nós".

"Na minha cabeça [está] muito ligado a esse movimento de mulheres mães e também ligado a influencers nas redes sociais. (...). O campo da infância para mim é inegável, e o campo da infância é ligado à alienação parental, de pessoas que não eram organizadas e agora são para tratar dessas pautas. (...) Eu já tive muito contato com esses coletivos e todas elas se dizem feministas e se dizem feministas justamente porque a ideia é que a forma, a opressão a partir da alienação parental é uma opressão de gênero, né?.. Eu já percebi uma diferença em relação ao feminismo em que eu acredito, me parece que elas são um pouco mais ligadas a um feminismo um pouco mais liberal... São mulheres que estão assumindo um discurso um pouco mais... um pouco mais ligado à direita."

"(...) Alguém (da nossa organização) republicou um post de uma ativista negra desse campo, um post que não era antitrans. Eu falei "acho que essa menina é uma radfem". Ela reagiu "Nossa, não sabia, vou apagar". Eu já entrei várias vezes no perfil dela. Ela tem postagens antitrans, mas ela não fala só dessa pauta... Acho que ela é muito sutil."

Voz do campo comunicacional

"Não são pessoas que de repente viraram grandes mobilizadores... Já tinham uma expertise antes, já sabiam como mobilizar. Elas já tinham uma expertise de comunicação e foram levando isso para outras pautas. (...) [E usam] causas que geram identificação de alguma maneira e acho que elas souberam muito bem mobilizar essa base."

Vozes acadêmicas

"Esses mundos [antigênero] convergem, mas são muito diferentes. (...) Às vezes brigam entre si. (...) Algumas se identificam com a esquerda, mas por conta das várias transformações ideológicas e políticas, ficaram meia perdidos entre esquerda/direita. (...) E há as híbridas, com o liberal conservador, (...) ou pessoas de esquerda conservadoras. Já as

feministas radicais é outro mundo do ativismo antigênero (...) mais centrado na identidade 'mulher'. Elas se articulam numa lógica de dissidência. Já foram feministas mainstream, já foram feministas liberais. Foram excluídas e atacadas. (...) As primeiras radicais são bastante duras, geralmente são as que mais se aproximam do campo de direita. Mas tem um meio de campo bem grande. (...)”

“Acho que já estão muito organizadas dentro dos partidos políticos, e obviamente isso se expande para movimento de base. Alguns movimentos religiosos e tal, mas tenho visto dentro do movimento feminista algumas frentes. E movimentos de mulheres que não se colocam como feministas também. Mulheres conservadoras, muitas vinculadas a partidos, mas tem outros que são grupos religiosos, que se colocam “contra a ideologia de gênero”. Dentro do movimento lésbico inclusive (...)”

“Tinham reflexões sobre o que é o corpo, o toque, a sexualidade. E aí começa um dos primeiros embates aqui na universidade de pessoas trans com essas feministas lésbicas, né? Homens trans querem participar. Daí começa essa discussão do que é o homem, patriarcado e estudantes trans. Ativistas trans, mulheres, também começam a polemizar. Mas naquele momento era uma coisa, um âmbito de um certo ativismo muito juvenil, sabe? (...)”

“.. A gente tinha que arrumar um jeito dessas feministas não entrarem em uma proposta de um curso, porque teria tudo a ver elas entrarem no nosso curso como professoras. Era um curso de gênero e sexualidade, mas não com uma visão essencialista. O jeito que a gente arrumou foi criar critérios de separação colocando perspectivas queer no título do curso. Quando a gente colocou isso, elas não se candidataram mais (...)”

“Acho que com a ascensão de uma coisa pública mais organizada, ultraconservadora, você começa a ver feministas falando, “grudando” (nessa onda). Aí já uma coisa bem mais conservadora e direitista em nome de um essencialismo de gênero, entendeu? Em nome da pauta de direitos feministas. É como se a esquerda tivesse se destruído um pouco.”

A totalidade das pessoas entrevistadas reconhece a presença e crescente visibilidade e influência dos feminismos antigênero e antitrans no contexto brasileiro. Contudo, o conhecimento sobre suas genealogias, pautas e estratégias se revelou muito impreciso, de fato precário. Em especial, falta clareza quanto às diferenças entre os vários agrupamentos

que compõem esse campo, suas conexões ou sobreposições com outros terrenos políticos, sobretudo com a ultradireita. Isso ocorre mesmo quando várias das pessoas entrevistadas mencionaram figuras nodais desse universo como sendo vozes antitrans, como por exemplo a senadora Damares Alves e o deputado Nikolas Ferreira.

A grande maioria das pessoas entrevistadas destaca a política digital como fator que explicaria a maior visibilidade e influência das correntes feministas essencialistas no Brasil. Boa parte delas lê a cena que se reflete no mapa do estudo como expressão da pluralização do feminismo que ocorreu em décadas recentes. Ou seja, percebem-se sinais das dinâmicas aqui analisadas, mas é um pouco como se as pessoas ouvidas não juntassem os vários indícios identificados de modo a desenhar uma cartografia mais completa, sobretudo no que diz respeito às vinculações como o campo ultraconservador.

Entre as vozes acadêmicas, prevalece a percepção de que essas correntes existem há muito tempo e há consenso sobre seu alcance e influência nos dias de hoje. Mas em geral essas pessoas enfatizam que, no Brasil, elas não são tão fortes e legitimadas como em outros países, como por exemplo o Reino Unido. Mas reconhecem que os conflitos provocados por essas posições têm sido muito frequentes nos últimos dois anos. Foram mencionados episódios ocorridos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade de Brasília (UnB) em que foram invocados princípios de “liberdade de cátedra” ou “liberdade de expressão” para garantir o direito de manifestação de posições antigênero ou abertamente transfóbicas.

Longevidade, rejuvenescimento, lideranças

Vozes acadêmicas

“Quando fui a Beijing em 1995 eu tive o primeiro impacto...Por acaso, na viagem eu conversei com uma moça que era absolutamente católica, absolutamente cristã, e que participava da rede Womanhood. Eu fiquei curiosa de saber do que estavam falando e fui à reunião delas. Womanhood em português é Mulheridade. Meu impacto foi ver a categoria mulher constituída apenas biologicamente, biologicamente e em função da maternidade.”

“Entre os grupos mais visíveis, acho que há um campo híbrido, inesperado. Meninas jovens que têm no mundo universitário a primeira experiência de afastamento das famílias e engajam numa série de grupos. Acho que o apelo feminista essencialista dá a elas uma certa compreensão para aquela experiência do corpo que não está muito consolidada na sua experiência de vida.. Elas se agregam muito rapidamente. Mas vejo [também] pessoas mais velhas que nunca tiveram nenhuma relação com o campo feminista, de gênero, mas cujo conservadorismo sobre essas questões numa perspectiva de convenção social acaba fazendo com que adotem também discursos essencialistas e antitrans”.

“Elas têm uma atuação forte na rede, têm perfis fakes que usam para bombardear alvos como o Ministério das Mulheres. Mas no Brasil o movimento feminista radical não tem nenhuma figura pública que produza trabalhos teóricos fortes, com vínculo na academia. (...)”

“Por aqui nenhuma das grandes acadêmicas brasileiras abraçou o feminismo radical. E isso enfraquece esses feminismos, já que não conseguiram a adesão de grandes nomes da academia”.

Voz ativista

“Há 18 anos eu participei de um Encontro Feminista Latino. Foi a primeira vez que vi uma discussão sobre se deixavam ou não as mulheres trans fazerem parte do encontro latino-americano. Levei um susto, porque até então eu nunca tinha visto abertamente esse confronto. Feministas latino-americanas muito antigas, muito influentes, se posicionando claramente com uma posição antitrans. Vi ali que existia essa cisão, esse tensionamento. [Antes] eu via esse tensionamento muito mais claro em relação ao trabalho sexual”.

Como mostram as citações, várias das pessoas ouvidas reconhecem que as correntes essencialistas existem e estão presentes no Brasil há muito tempo e identificam seu vínculo com o “combate à prostituição”. Mas, como já dito, não há muita clareza sobre como essa pauta se converteu em ofensivas cada vez mais agressivas contra o gênero, as pessoas trans e seus direitos. Nesse conjunto de reflexões, ressaltam-se também observações sobre perfil geracional e capacidade de liderança dessas correntes.

Foi sublinhado, muitas vezes, o caráter multigeracional do campo feminista “radical”. No que diz respeito às lideranças, prevalece a percepção de que, embora estejam em espaços múltiplos e engajadas em várias frentes de batalha, as correntes essencialistas não contavam ainda com lideranças com capacidade para transportar suas pautas para um outro patamar do debate público. As pessoas ouvidas também observam que essas vertentes ainda não têm no Brasil maior legitimidade acadêmica, como acontece no Reino Unido e na Espanha (AllorNone, 2023; Cabral, House, Verloo, Patternote, 2023). Essas últimas observações são pertinentes, mas há que se considerar que, à medida que os nodos de articulação identificados na cartografia fortalecem essas lacunas e limitações dos feminismos essencialistas, poderão ser superadas. No que diz respeito, especificamente, à presença acadêmica, vale dizer que o estudo identificou indícios robustos de que essas correntes feministas estão investindo com vigor na busca dessa credibilidade.

Estratégias adotadas pelas correntes essencialistas

O conjunto de pessoas entrevistadas tem bastante clareza sobre as estratégias adotadas pelo campo feminista antigênero/antitrans/essencialista. As entrevistas enfatizam três tipos de estratégias: a atuação digital ou nas redes sociais, o conteúdo da semântica das figuras e grupos antigênero, mas também o recurso que fazem a modalidades convencionais de ação política. Esse conhecimento, bastante detalhado, contrasta com as percepções muito menos nítidas sobre a genealogia e complexas conexões dessas correntes com a ultradireita no Brasil e no mundo.

Redes sociais

Vozes ativistas

“Acho que a principal estratégia delas é a mobilização via internet (...)”.

“O que a gente vê é um ataque bastante difuso nas redes sociais. Mas elas são orgânicas, a impressão é que quando uma fala, elas avisam em algum lugar e vem um milhão. A gente não consegue ver a que organizações elas estão ligadas, embora pareçam estar organizadas entre si, porque parece que isso é postado em algum lugar, e aí elas resolvem atacar de uma maneira sistemática (...)”.

Voz do campo comunicacional

"Acho que existe uma articulação entre esses grandes perfis, que postam e repostam, pedem para que as pessoas vejam e comentem. Essa mobilização me lembra muito uma mobilização política mesmo (...)"

"Algumas têm perfil fechado, outras fecham em alguns momentos. Então, sabem jogar bem com essa coisa do escrutínio. Em que momento eu posso ficar aberta? Em que momento eu fecho?"

(...) A gente reviu a nossa política de comentários, deixando um aviso de que comentários transfóbicos seriam excluídos, pois para nós isso não é liberdade de expressão. A gente foi muito criticada por elas: "Ah, estão apagando comentários de mulheres, estão silenciando mulheres (...)"

"Elas estão no debate da alienação parental, elas estão no debate do feminicídio, elas estão no 8M, na Marcha, sabe? Então eu acho que elas têm uma capilaridade, de estarem em muitos lugares, de estarem em muitas pautas (...) Essa é uma estratégia relevante. Pegam temas nos quais as mulheres se sentem vulneráveis. (...) partem de argumentos que parecem válidos e justos e se comunicam muito bem. É um discurso que captura estratégias que, acho eu, são da direita. Eu não sei bem quem alimenta quem".

Vozes acadêmicas

"Muitas não fazem a disputa pública clássica, vivem muito nas redes sociais, com perfil fake ou com um perfil real delas, mas em geral um perfil fechado, bem escondido, que não dá para você saber direito quem é. (...) Parece que existe uma base grande de feministas radicais. Quando precisa na rede social, aparecem muitas (...)"

"Há feministas radicais em vários lugares, mas que não dizem que o são."

É quase unânime a percepção de que as redes sociais são o principal campo de atuação dos feminismos essencialistas. Seu ativismo digital têm muita expertise no uso das ferramentas das redes, não somente em perfis de referência no Twitter e Instagram, mas também em grupos fechados de Facebook e Telegram. Também se mencionam as muitas *newsletters*, *blogs*, *lives*, *podcasts*. No ambiente digital, as feministas transexcludentes organizam boicotes, abaixo-assinados, moções de apoio ou repúdio, pressionam

autoridades e são muito eficazes quando atacam massivamente alvos específicos.

Considera-se que abordam muitos assuntos ao mesmo tempo – como violência contra as mulheres, aborto, revogação da LAP – misturando essas pautas com o ataque ao gênero e aos direitos trans. Muitas vozes avaliam que é por isso que são bem-sucedidas. Pode-se dizer que são estrategicamente “interseccionais” mesmo quando, como se verá a seguir, repudiam a moldura feminista e antirracista de interseccionalidade. Essa pauta “misturada”, assim como suas características intergeracionais, facilita a agregação de públicos heterogêneos, um fator crucial de sucesso em tempos de política digital.

Uma hipótese levantada em algumas entrevistas é que o número de pessoas aliadas ou simpáticas às causas dos feminismos essencialistas seria, na verdade, maior do que parece. Segundo essas vozes, como o custo político de assumir-se publicamente “antigênero e antitrans” ainda é muito alto no Brasil, muitas pessoas que compartilham dessa visão se recolhem ao ativismo privado (perfis fechados, comunicação por canais fechados etc.), o que borra ainda mais as fronteiras entre o campo feminista em geral/ direitos humanos e o campo do feminismo essencialista.

Estratégias discursivas

Vozes ativistas

“Fazem uso de pânico morais: ‘Ah, é banheiro’, ‘Ah, é Maria da Penha’, ‘é a lei do feminicídio’, para angariar apoio. (...) Uma outra estratégia que se alinha muito com a esquerda é a acusação de perseguição da produção intelectual. Além disso, estão fugindo um pouco da linguagem que é mais facilmente reconhecida, né? Então elas agora se dizem materialistas”.

“Fazem um discurso de vitimização à luz de uma ideia essencial e natural do patriarcado. (...) Também acionam a ideia de que ‘vamos perder direitos’. Que o que foi conquistado vai morrer, entendeu? Elas pensam que só é possível legitimar o direito das mulheres defendendo uma essência, uma certa natureza da opressão (...)”.

Vozes acadêmicas

“O próprio termo ‘abolicionismo’ não é usado à toa. Elas se dizem abolicionistas de várias

coisas: pornografia, trabalho sexual, prostituição. Falam de abolicionismo do gênero, o que soa menos pesado no debate público”.

“Antes era quase uma oposição, “não vamos usar gênero”. Agora dizem outra coisa, para serem positivas: “vamos defender as mulheres no seu útero, na sua vagina, o que é a mulher de verdade”. Tenho a impressão que essa estratégia vem da movimentação antigênero mais ampla: evitam ser só anti ou contra, se mostram a favor de alguma coisa”.

“(…) por outro lado, (recorrem à) ação mais violenta, que é o linchamento virtual, os cancelamentos, as perseguições. Destruição de reputação”.

Voz do campo político-partidário

“Eu acho que a estratégia principal [do campo antigênero mais amplo] é recorrer ao preconceito, à desinformação. O fascismo interditou os diálogos em certa medida, hoje há uma certa interdição de debate, de diálogo, há campos muito marcados. Então a reflexão está com um espaço muito reduzido, porque as pessoas precisam rapidamente se posicionar. (...) e as redes sociais cumprem esse papel para operar essa estratégia”.

As pessoas entrevistadas também têm bastante clareza sobre as narrativas acionadas pelos feminismos antigênero e transfóbicos. Mencionam o uso extensivo do termo ‘abolicionismo’, a desfiguração da linguagem dos direitos humanos, a incitação de pânico morais, a dominância de uma semântica vitimista sobre a experiência da “mulher verdadeira”, em geral associada ao tropo do homem “naturalmente” violento e estuprador. Também foi mencionado o recurso persistente à fantasmagoria segundo a qual os direitos das mulheres, conseguidos a duras penas, estão sendo ameaçados pelas pessoas trans. Ou seja, a lógica da soma zero: meus direitos contra teus direitos, como se não houvesse espaço suficiente para todes no enquadramento dos direitos humanos.

Adicionalmente, como observa uma das entrevistadas, a narrativa da “mulher verdadeira” permite converter posições negativas contra o gênero numa “pauta positiva”. Uma das acadêmicas ouvidas pontuou a crueldade das estratégias de linchamento e destruição reputacional que são acionadas por essas correntes contra pessoas que as criticam ou que elas consideram como inimigas políticas. Uma única entrevistada, que atua no campo político-partidário, considera que os discursos dos feminismos essencialistas

estão associados à “desinformação mobilizada pelo fascismo”, sugerindo que tais narrativas não têm substância político-ideológica, sendo apenas uma semântica *fake*.

Outras estratégias

Vozes ativistas

“O que eu vi das estratégias de ação delas são as muitas e muitas cartas direcionadas a órgãos, todos os órgãos. Elas chamaram até a Procuradoria-Geral da República. Digamos que elas dão tiros pra todos os lados (...)”.

“Acho que têm uma estratégia de se inserir na institucionalidade. (...) Não sei se é uma estratégia dos feminismos essencialistas ou se calhou dessas pessoas já estarem nas instituições. Mas a partir do momento que isso acontece, elas usam da institucionalidade para fazer valer suas pautas”.

Vozes acadêmicas

“No Brasil, o que une feministas radicais e os ultraconservadores é a ação no campo legislativo. Não vejo essa convergência em manifestação pública ou campanhas. Esses dois campos fazem campanhas diferentes. O Corpo Certo faz muitos subsídios para deputados, fazem advocacy. (...) Esses dois mundos se encontram no campo legislativo”.

“Recentemente uma professora pesquisadora, feminista radical, propôs um minicurso para um Congresso que questionava a categoria gênero. (...) Deu-se todo um debate. Elas acusaram a organização de censura, de violação de expressão [nota: o curso não aconteceu]. Depois, submeteram esse mesmo curso para [outra] associação. Ou seja, estão fazendo uma espécie de blitz nas associações acadêmicas para ganhar lastro científico”.

Há, finalmente, um razoável consenso de que as feministas antigênero, embora lançando mão preponderantemente de recursos políticos discursivos e digitais, cada vez mais adotam outras estratégias de incidência. Fazem advocacy nos espaços do executivo e do judiciário e, ainda com maior vigor, nos espaços legislativos, onde, como já mencionado, verificam-se trocas e confluências com a extrema direita. Essas ações são em muitos casos facilitadas por inserções institucionais individuais.

Uma das entrevistadas acadêmicas relatou um caso que remete ao tema da ausência de vozes acadêmicas reconhecidas no campo feminista essencialista brasileiro. Descrevendo um conflito ocorrido no âmbito de um congresso, observou que essas vertentes têm investido muito para conseguir maior credibilidade acadêmica. Essa percepção é confirmada pelo monitoramento de redes feito pelo estudo ao longo de 2023, que identificou diálogos e alianças com setores acadêmicos, publicação de artigos em revistas de credibilidade e alcance, mas também esforços de estímulo a pesquisas baseadas no enquadramento da diferença sexual e dos direitos baseados em sexo⁷².

Maternidade, Proteção da Infância, LAP

Como já foi extensamente mencionado, a luta pela revogação da Lei de Alienação Parental (LAP, Lei nº 12.318/2010) está no cerne da política feminista essencialista. Coletivos e organizações que trazem em seus nomes os termos “luta”, “proteção”, “maternidade” e “infância” estão basicamente centrados na luta pela revogação da lei. Essas mobilizações são informadas pelas premissas da “mulher verdadeira” e do “gênero como ideologia”, o que implica quase sempre o deslizamento na direção de posições transexcludentes e transfóbicas.

O complicado emaranhado de ideias acionadas pelas campanhas de defesa das mães e pela revogação da LAP foi extensivamente abordado nas entrevistas. A maior parte das pessoas entrevistadas considera que essas iniciativas estão situadas no campo essencialista, mas nem sempre é fácil discernir as diferenças entre coletivos de base e coletivos cuja posição é claramente antigênero e antitrans. Também foi bastante enfatizado como, nesse âmbito de ativismo, os discursos sobre infância mobilizam afetos muito sedimentados e “ideologias de proteção”, mencionando-se que a defesa dos direitos das crianças é o que facilita a confluência entre esse ativismo feminista e a ultradireita.

72 Por exemplo, artigos publicados no “Boletim Científico”, da Escola Superior do Ministério Público da União: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-57-julho-dezembro-2021/historia-das-politicas-baseadas-em-201cidentidade-de-genero201d-no-brasil-e-no-mundo> e <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-56-janeiro-junho-2021/novas-diretrizes-medicas-e-terapeuticas-para-questoes-de-genero-e-o-principio-do-melhor-interesse-da-crianca-e-do-adolescente>; na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/3_2022/pdf/ELOISA_SAMY_SANTIAGO.pdf. Em outubro de 2025, os links do MPU não estão mais disponíveis para acesso público, necessitando login e senha. Já o artigo publicado na EMERJ pode ser recuperado em: https://web.archive.org/web/20221107232748/https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/3_2022/pdf/ELOISA_SAMY_SANTIAGO.pdf

Vozes do campo ativista

"(...) Eu não tinha ciência de que era um campo tão organizado. Eu não tinha muito a noção de quais seriam os nomes ou organizações ligadas a isso. O que eu entendia era que existiam movimentos de mães e coletivos como o Voz Materna e Mães na Luta, contra a alienação parental (...).

(...) Já tive muito contato com esses coletivos que trabalham com questões de alienação parental porque atuei muito tempo no campo da família, Todas elas se dizem feministas e se dizem feministas justamente porque a ideia é que a opressão a partir da alienação parental é uma opressão de gênero".

"Nesse grupo de mães há mulheres que não sabem nada de política, não estão nem aí para política, direita e esquerda. Mas há grupos que são mais de direita. (...) São mulheres que não têm uma trajetória feminista, não entendem de gênero, não têm esse entendimento. É uma ação muito focada na Lei de Alienação Parental, elas não conseguem abrir o leque. Também atuam em violência, porque muitas delas sofreram violência ou então os filhos sofreram a violência, mas fica por aí.

"(...) [O discurso é] que as crianças estão sendo cobaias, que as crianças já são violentadas sexualmente, negligenciadas, agredidas e agora estão sendo obrigadas - sem saber direito, porque são crianças - a mudar de sexo (...)"

"Um campo que para mim é inegável é o campo da infância. E o campo da infância é ligado à alienação parental, de pessoas que antes eram organizadas e são organizadas em coletivos para tratar dessas pautas (...)"

"(...) Acho que a questão das crianças trans é uma coisa que, de alguma forma, mobiliza muito esses setores mais ligados à família, mesmo que sejam a favor da mulher mais autônoma e dos direitos da mulher. Tem uma questão assim da criança trans, de decidir escolher uma identidade de gênero diversa, ter autonomia suficiente para mudar o nome, para tomar algum medicamento.. fazer algum tipo de terapia hormonal".

"(...) Acho que há uma inserção dessa galera, o aproveitamento de pauta, por exemplo, da direita com o movimento de mães lutando pela revogação da alienação parental (...). São

peessoas que estão aproveitando a pauta da direita, estão entrando nesses grupos ou são de fato já radfem que tem um posição excludente. E estão aí colocando que, de alguma forma, o direito das pessoas trans e não binárias ultrapassa o delas, das crianças e dos filhos”.

Voz do campo comunicacional

Ela [influenciadora conhecida no campo dos feminismos essencialistas] era uma pessoa que mobilizava muito a pauta da maternidade. Ela tem 3 filhos, eu acho. Então era muito comum que falasse sobre a questão do cuidado, sobre os desafios da maternidade feminista, enfim, mobilizando muito essas pautas (...). E há muitas mulheres que se identificam com esse papel da responsabilidade e do cuidado extremo. (...) O tema da maternidade tem sido muito mobilizado pelo feminismo essencialista (...).”

As percepções registradas no box chamam atenção para o papel crucial dos coletivos e influenciadoras digitais que priorizam conteúdos sobre a maternidade. Uma das entrevistadas recorre à noção de “maternidade feminista” para elaborar sobre esse eixo aglutinador dos ativismos antigênero. Esse discurso funciona para mobilizar afetos em torno das dificuldades inerentes à maternidade que depois são infletidos no sentido da defesa de posições essencialistas sobre sexo e repúdio às pessoas trans. Algumas dessas elaborações também consideram que a “ingenuidade dos movimentos de mães” facilita a instrumentalização pelos feminismos essencialistas.

Há um razoável consenso de que as mobilizações em torno da LAP são muito heterogêneas no que diz respeito ao recorte de classe, às vinculações com os feminismos e no que diz respeito ao alinhamento político-ideológico. Ao mesmo tempo, contudo, a maioria das pessoas ouvidas avalia que, apesar dessa heterogeneidade e das muitas ambiguidades que cruzam o ativismo anti-LAP, nele, de fato, predominam posições conservadoras ancoradas na primazia da “proteção” da infância. Ou seja, trata-se da visão ideológica segundo a qual é responsabilidade das mulheres mães proteger as crianças não só dos abusos perpetrados por pais violentos, mas também de “perigos” da sexualidade no mundo externo, tais como construídos pelos discursos feministas essencialistas e da ultradireita. Foi mencionado, inclusive, o recurso a narrativas segundo as quais existiria uma “seita trans” ligada à indústria farmacêutica, aos meios de comunicação e à pornografia,

que tem as crianças como alvo principal.⁷³ Proteger as crianças é também impedir que essa “doutrinação” as converta em pessoas trans.

Interseções complexas e tensas

Esta seção examina percepções das pessoas entrevistadas sobre como a interseccionalidade é vista pelos feminismos essencialistas. As respostas à pergunta sobre interseccionalidade apontam para tensões e conflitos que, de fato, uma impossibilidade de diálogo com as correntes feministas em torno de perspectivas interseccionais. Esse conjunto de respostas está organizado em quatro blocos. O primeiro aborda o sentido da interseccionalidade, o segundo examina como as tensões relativas à questão aparecem no âmbito dos feminismos negros, o terceiro trata das interseções entre feminismos essencialistas e a lesbianidade, e o quarto explora a complexidade das interseções com os direitos LGBTQIA+.

Interseccionalidade: uma conversa impossível?

Voz acadêmica

“(...) o movimento feminista brasileiro consolidou o debate interseccional no mainstream. (...) Se você considera as principais acadêmicas feministas, todas abraçaram a perspectiva interseccional... todas talvez não, mas a grande maioria. Essa adesão é muito do Brasil. Mas, na Inglaterra, foi diferente.”

Vozes ativistas

“(...) quando você agrega pautas mais controversas, essas feministas não querem entrar. Elas estão confortavelmente sentadas naquele lugar da violência contra a mulher. Se traz aborto, “não, eu só trabalho com violência”. Ah, “população LGBT? Não, a gente só trabalha com violência”, “educação sexual também não, a gente só trabalha com violência”... Então a violência contra a mulher fica sendo esse lugar do feminismo essencialista.”

“(...) Saúde e dignidade menstrual esbarram na educação, esbarram em justiça social,

73 Essa “tese” evoca as elaborações do livro seminal de Janice Raymond publicado em 1979.

acesso a direitos básicos, água, saneamento, emergência climática. Tem a questão do gênero, tem as questões da população trans não binária (...) Os temas de justiça social, a população de rua, vulnerável... é uma pauta que tá em tudo, sabe? E não é só "a mulher" que tem que estar conversando, né? (...)”

“[Em um congresso feminista] duas feministas (...) puxaram seu currículo de feministas há 40 anos (...) dizendo que não entendiam esse feminismo interseccional (...). Que o feminismo interseccional não levaria a muitos lugares, que é preciso que cada uma vista a sua especificidade (...). O discurso delas está parado nesse mesmo lugar.”

As citações acima, entre outras coisas, informam sobre discrepâncias de percepção entre olhares acadêmicos e ativistas. Uma voz acadêmica distinguiu entre o que acontece em outros países e o que se passa no Brasil, argumentando que aqui não existiriam maiores tensões em relação à interseccionalidade. Em contraste, as ativistas identificam muitas situações nas quais as correntes feministas essencialistas se mostram totalmente avessas ao conceito de interseccionalidade. Segundo essas vozes, essas correntes não enxergam ou desconsideram as manifestações de hierarquia, subordinação e discriminação que não estejam centradas na categoria “mulher”. Uma das entrevistadas menciona que “violência contra a mulher” é o princípio organizador do “feminismo radical”. Outras afirmam que não há diálogo possível com essas vertentes se o assunto não estiver centrado em “mulheres”. Essa diferença de percepção não deve ser lida, porém, como antagônica. Resultam de olhares sobre o “problema” a partir de angulações distintas, e, por isso, são complementares.

Correntes essencialistas e feminismo negro

Um aspecto muito importante das tensões e pontos cegos em torno da interseccionalidade diz respeito a como as posições essencialistas são vistas e absorvidas pelos feminismos negros. Como se sabe, o enquadramento da interseccionalidade foi elaborado por feministas negras: esboçado por Lélia Gonzalez desde os anos 1980, ganhou visibilidade nos anos 2000, quando o texto clássico de Kimberlé Crenshaw foi amplamente lido, debatido e interiorizado pelas feministas negras brasileiras.

Tendo esse marco como referência, as citações compiladas abaixo mostram que as

peças entrevistadas têm visões contrastantes sobre como a visão essencialista está ou não presente nos feminismos negros. O box que se segue ilustra como, para parte delas, o feminismo “radical” e antigênero não tem maior tração no campo feminista negro.

Voz do campo comunicacional

“Falando especificamente sobre raça, acho que primeiro a gente viu que é um movimento feminista muito branco. Me parece um movimento muito branco (...).”

Voices ativistas

“É questão de privilégio e de manutenção de poder. Quando a gente fala de feminismo essencialista e antigênero, é o racismo patriarcal ou cisheteronormativo, são pessoas brancas, homens e mulheres padrão, dentro da norma, que não querem abrir de forma alguma possibilidade das pessoas que são diferentes de ter algum direito”.

“Acho que esse discurso radical é um discurso da branquitude, um discurso racista, inclusive baseado em conhecimentos da sexologia que são racistas, porque foi desenvolvido em cima dos corpos das pessoas negras. Então historicamente e politicamente esse discurso é racista, isso não quer dizer que não tenha um engajamento de algumas pessoas (...).”

Essa percepção replica, em linhas gerais, visões que prevalecem no plano transnacional, segundo as quais os feminismos transexcludentes são predominantemente brancos e do norte global. Essa interpretação não é equivocada, pois de fato são brancas e do norte global as principais autoras que até hoje inspiram os feminismos ditos críticos do gênero, a maioria sendo do mundo anglo-saxônico, mas havendo também espanholas e francesas⁷⁴. Também é branca a celebridade icônica que aderiu com vigor a essa agenda, a escritora J.K. Rowling. Essa marca “branco e de classe mais alta” também foi identificada num estudo recente feito na Colômbia⁷⁵. Segundo sua coordenadora, Diana Granados, os coletivos feministas essencialistas colombianos surgiram principalmente em cidades pequenas, onde os níveis de violência de gênero são muito altos, e suas participantes são predominantemente estudantes universitárias brancas que têm pouca consciência ou conhecimento sobre como o feminismo interage com outras lutas político-sociais.

74 Amelia Valcacer, Lydia Falcon, Marina Subirats, no caso espanhol, e a francesa Elizabeth Roudinesco.

75 Ver em: <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/publicacoes/feminismos-essencialistas-um-desafio-para-a-luta-antipatriarcal-2/24567>

No Brasil, entretanto, como mostram as citações que se seguem, algumas das ativistas e acadêmicas ouvidas pelo estudo consideram que um padrão diferente está se desenhando.

Vozes acadêmicas

"(...) No movimento negro é complexo (...) porque nos movimentos das mulheres negras também há feministas radicais. E há um corte de classe.... em geral as mulheres negras que apoiam (essas posições) são mulheres da classe média... São mulheres negras da classe média, média alta. (...) Acho que essa pauta (antitrans) seduz por conta da política da respeitabilidade. (...) Essas mulheres estão em processo de ascensão econômica e profissional e não querem ser identificadas com a 'barraqueirinha favelada'".

"Por efeito do discurso dos grupos essencialistas de gênero há hoje uma posição sobre interseccionalidade naturalizante e anti-interseccional. No caso das pautas raciais, por exemplo, a interseccionalidade tende a ser lida como uma cadeia de vitimizações, não como uma série de articulações contingentes".

"O artigo da Djamila é relevante porque foi a primeira voz acadêmica de peso, de uma mulher negra, anunciando uma certa adesão [a pautas do feminismo essencialista] exatamente no momento em que o tema trans iria virar, já estava virando, a bola da vez".

Vozes ativistas

"Eu já vi muitas mulheres negras [com essa posição] e quando eu tentei dialogar com elas a resposta é 'mas eu concordo com a Djamila'. Aí fica um pouco mais difícil. Eu já ouvi pessoas dizendo que essa posição tem maior permeabilidade com mulheres negras e que esse discurso, embora vindo de mulheres intelectualizadas, está atingindo o feminismo negro popular".

"Olha o artigo da Djamila, foi um, foi um boom, né? (...) Veja a postura dela e silêncio em torno a isso. Só as ativistas trans gritaram, as outras ficaram em silêncio. Porque há uma concordância com essa transfobia e isso me incomoda".

"Acho que, se a gente tensiona demais, acaba dando razão e força para que outras pessoas também se posicionem tal qual Djamila. Acho que foi isso que aconteceu. Teve a galera que foi contra, teve gente que não falou nada... Ela é um nome consagrado, que tem muito respeito. Circulando entre os grandes nomes negros do Brasil. Não só no Brasil."

O fato mencionado por algumas citações foi a coluna da filósofa e feminista negra, Djamila Ribeiro, publicada na Folha de São Paulo em dezembro de 2022 em que ela criticou a expressão “pessoas que menstruam” como um reducionismo para nomear as mulheres. O artigo foi recebido com muitas críticas por parte do movimento trans e teve outros impactos.⁷⁶ Como visto, várias pessoas entrevistadas leram esse episódio como um indício forte de que há posições essencialistas firmadas no campo feminista negro brasileiro. Algumas delas consideram inclusive que, em razão da credibilidade intelectual de Ribeiro, isso poderia estar sinalizando um novo patamar de legitimação do enquadramento “crítico do gênero” nesse campo.

Contudo, para algumas das feministas negras entrevistadas, o artigo não representa a visão ético-política defendida pelos feminismos negros de maneira mais ampla. Essas vozes argumentam que, para além do marcador ou identidade racial, a posição profissional, econômica e de prestígio social são fatores que podem explicar como as mulheres negras se posicionam em relação ao essencialismo de gênero. Não menos importante, várias entrevistas consideram problemático o silêncio dos feminismos e do feminismo negro, em particular, com relação ao artigo e sua reverberação.

Feminismos lésbicos

O estudo não podia não averiguar como as correntes antigênero e transexcludentes se situam no campo feminista lésbico brasileiro, já que foi nesse campo que, no mundo anglo-saxônico, essas vertentes tomaram corpo nos anos 1970-1980, um traço que persiste quando consideramos que algumas das lideranças do feminismo “crítico de gênero” são lésbicas, como Sheila Jeffreys ou Kathleen Stock. Da mesma forma, como analisado num debate regional recente (2022), na América Latina, essas correntes também surgiram no campo cis-lésbico.⁷⁷

76 Em resposta às críticas, a Folha convidou Bruna Benevides, Secretária Executiva da ANTRA na época, para uma entrevista na TV Folha. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/2023/01/21/djamila-ribeiro-compilacao-da-repercussao-de-artigo-sobre-pessoas-que-menstruam/>. Também abriu espaço para um artigo da escritora trans Amara Moira na seção Tendências e Debates do mesmo jornal. Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/autores/amara-moira.shtml>

77 Ver em: <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/publicacoes/feminismos-essencialistas-um-desafio-para-a-luta-antipatriarcal-2/24567>

Nesta subseção, as percepções captadas nas entrevistas estão organizadas em três blocos. O primeiro compila visões sobre se o feminismo transexcludente é ou não dominante no campo lésbico brasileiro. O segundo examina o “problema da identidade” como um nó a ser desatado para entender as tensões hoje instaladas em torno da questão trans. O terceiro recupera conteúdos e interpretação acerca de um caso de conflito que aconteceu, no feminismo lésbico, ao final de 2021.

Essencialismo lésbico?

Voz acadêmica

“(...) desde 2005, mais ou menos, na universidade o ativismo feminista e feminista lésbico (...) começou a tensionar muito fortemente com pessoas trans”.

Vozes ativistas

“Está cheio de lésbica radfem (...). Eu vejo crescer muito no movimento de lésbicas... Algumas lésbicas até um tempo atrás eram muito mais simpatizantes com as trans do que são hoje. (...)”

“No Conselho Nacional nós temos lésbicas que não aceitam mulheres trans, não pactuam com elas (...). O movimento feminista tem uma ala muito radical em relação às mulheres trans e há muita feminista lésbica que tem essa mesma postura”.

“Dentro do movimento organizado de que a gente faz parte, não. Mas obviamente existem lésbicas que são transfóbicas, assim como existem gays transfóbicos e héteros transfóbicos. Mas dentro do movimento organizado político, não tem não”.

“O movimento onde vemos mais isso é no movimento feminista, onde há uma ala muito radical em relação às mulheres trans. E muitas feministas lésbicas têm essa mesma postura. Isso vem daí para dentro do nosso movimento, onde muitas mulheres lésbicas não são feministas. (...) Quando se deu a aproximação maior do movimento de lésbicas com o movimento feminista é que eu vi a transfobia crescer”.

Como informam as citações acima, a sobreposição entre a política lésbica e posições feministas essencialistas é um fato e, segundo parece, cresce o número de lésbicas que

manifestam posições transexcludentes. Várias entrevistadas atribuem essa expansão à política digital e à atuação dessas correntes nas redes sociais. Mas, para outras pessoas, posições transfóbicas não são dominantes no campo lésbico. Segundo essas vozes, a maioria das lésbicas não se identifica com discursos transfóbicos, mas aquelas que o fazem recorrem a teses da militância lésbica para fundamentar sua transfobia. Para algumas ativistas lésbicas/sapatão entrevistadas, as perspectivas feministas “radicais” estão isoladas no campo dos feminismos políticos lésbicos. Mas, para outras, mesmo que tais posicionamentos não sejam dominantes, eles têm alcance e repercussão.

Uma elaboração intrigante feita por uma das pessoas entrevistadas é que, no movimento lésbico brasileiro, não existiam posições transexcludentes, as posições transfóbicas teriam ganhado corpo a partir do momento em que as lésbicas se aproximaram dos feminismos. Há aí uma pista interessante para investigações futuras. De fato, as alianças entre movimento lésbico e movimento trans eram palpáveis e sólidas até os anos 2000 (ver mais na seção de Cronologia), mas em seguida isso começa a se alterar e, nos anos 2010, as posições transexcludentes ganharam mais espaço. Ou seja, antes da amplificação dos feminismos essencialistas, havia no Brasil um padrão muito diferente daquele registrado em outros contextos, em especial no mundo anglo-saxônico.

O “problema das identidades”

Vozes ativistas

“A grande maioria de nós, hoje, briga para não ser obrigada a assumir uma feminilidade cis heteronormativa. Para ninguém cobrar essa coisa de que você tem que ser feminina (...). Ninguém questiona o meu lado biológico. Mas no movimento feminista radical elas questionam [a identidade] das mulheres trans e dos homens trans”.

“De acordo com o argumento delas [feministas radicais], mulheres lésbicas não podem ser masculinas porque masculinidade é um instrumento de homens e um instrumento de violência, e quando você propõe que lésbicas se reconheçam enquanto masculinas você está dizendo que lésbicas querem ser homens”.

Voz acadêmica

“Circula essa ideia de que os homens trans seriam lésbicas extremamente masculinizadas

que foram convertidas para se tornarem homens trans, como se tivessem passado por uma cura gay. Ou seja, uma lésbica masculina teria sofrido uma cura gay para virar um homem transexual”.

Várias pessoas entrevistadas afirmam que as posições transexcludentes do movimento lésbico se nutrem da questão das “identidades”. Segundo essas vozes, essa posição deriva de uma concepção de identidade lésbica colada na categoria “mulher”. Essa visão, que concebe a “lésbica” como a única encarnação possível da superação do patriarcado, repudia, com vigor, as experiências trans, travestis e não binárias. Essa repulsa, que está na origem das “guerras do banheiro” nos dias atuais, incita ataques cada vez mais pesados às mulheres trans.

Mas as entrevistas também apontam para o rechaço, por parte das correntes feministas essencialistas, das experiências lésbicas que se aproximam do polo masculino do espectro binário, ou seja, as “lésbicas masculinas” e os homens trans. A “identificação com o masculino” das lésbicas *butch* é vista por essas correntes como apagamento da mulher (pois para elas “mulher” e lesbianidade são sinônimos). Argumentos equivalentes são usados contra as transmasculinidades, mesmo quando, em alguns casos, os homens trans sejam mais “tolerados”: são vistos como lésbicas cooptadas pelo patriarcado, ou pelo “lobby trans”, que podem e devem ser “resgatadas”.

O conflito do Lesbocenso

Voz ativista

“(...) elas tornaram o documento público, responderam publicamente que estavam se retirando e que não só não iam responder como iam fazer um boicote. E aí se organizaram nas redes e, de fato, a gente começou ali a ter uma série de ataques (...). Fizeram três lives, eu acho, para explicar “Por que não respondemos o Lesbocenso” e trouxeram toda a questão política”.

Um episódio marcante ocorreu no período analisado pelo estudo: o boicote ao Lesbocenso promovido pelos feminismos antigênero e transexcludentes⁷⁸. O Lesbocenso é uma pesquisa censitária lançada em 29 de agosto de 2021, coordenada pela Liga Brasileira de Lésbicas, em parceria com a Associação Lésbica de Brasília - Coturno de Vênus. Seu objetivo é mapear a realidade lésbica (cis e trans) e sapatão brasileira, a partir de uma perspectiva transinclusiva. Após a divulgação do questionário correspondente à primeira etapa do estudo, o perfil oficial do Lesbocenso Nacional no Instagram foi atacado por inúmeros comentários de teor transfóbico, acusando a iniciativa de estar “submetida” à agenda trans e de servir para silenciar as “lésbicas verdadeiras”⁷⁹.

Segundo conversas informais com algumas pessoas envolvidas na condução do Lesbocenso, o boicote teve muitos impactos negativos, no plano emocional e pessoal das organizadoras, que foram perseguidas digitalmente. Mas também se registraram efeitos no âmbito da realização do estudo. As vozes ouvidas pensam que, caso o ataque não houvesse ocorrido, o número de respondentes teria sido superior a quase 20 mil pessoas que completaram o preenchimento do questionário na primeira etapa.

Intersecção com a pauta LGBTQIA+

Vozes ativistas

“(…) no início era uma coisa generalizada em relação à homossexualidade, como se falava na época, né? A terminologia que se usava na época. E aí, depois que a gente se dividiu em gavetinhas, piorou. É mais fácil pegar os alvos nas gavetinhas”.

“A pauta sempre foi vinculada aos direitos humanos e não ao feminismo. A pauta LGBTQIA+ não estava no feminismo. Tá agora, faz um tempo, mas não era assim, era vinculada aos direitos humanos. Agora adentrou, porque existem mulheres trans e homens trans, e tanto homens trans quanto mulheres trans fazem parte do feminismo. Estão fazendo parte do feminismo”.

78 Iniciativa de coletivos e redes nacionais lésbicas que realizaram uma ação política censitária para o mapeamento da realidade lésbica e sapatão brasileira. A primeira fase contou com um questionário, disponibilizado nos canais oficiais do projeto, que foi alvo de ataques por conta do posicionamento transinclusivo assumido pela equipe do projeto Lesbocenso. <https://lesbocenso.com.br/>.

79 O perfil do Lesbocenso no Instagram chegou a ser derrubado, mas a organização da pesquisa conseguiu recuperá-lo.

"(...) o movimento LGB nunca deu importância às trans. Elas sempre foram aquelas que viviam na calçada, que faziam prostituição, não tinham cultura, elas não tinham nada. Porém, isso mudou. Hoje estamos com doutoras (...) isso ninguém pensava - nem os gays, nem as lésbicas - porque as trans sempre foram aquelas tidas num terceiro plano. Sou muito sincera com você. (...) Mas elas construíram um movimento fortalecido (...) você tem uma ANTRA fortalecida e trabalhando para se tornar a instituição mais potente do movimento LGBT".

Vozes acadêmicas

"Um dos campos do movimento feminista radical são os grupos LGBs. (...) LGB Alliance, do Reino Unido. Eles não existiriam se não fosse o feminismo radical".

"Esses movimentos ultraconservadores e ditos liberais encontram nos ataques à população LGBT – aí incluídas as pessoas trans – uma forma de se fortalecer frente à opinião pública".

A presença e influência crescente dos feminismos essencialistas também parece ter aberto espaço para uma nova forma de ver a relação entre feminismos e ativismos LGBTQIA+. Segundo as entrevistadas, não havia até recentemente, nos feminismos brasileiros, uma ampla abertura e discussão sobre a agenda LGBTQIA+. Essa percepção é muito intrigante, pois as feministas e os chamados grupos de liberação homossexual foram parceiros nos primeiros momentos da redemocratização. Além disso, as lésbicas estiveram presentes desde muito nos feminismos e, como já dito, tinham um forte diálogo com o movimento trans. Mas essa história e memória não são conhecidas pelas novas gerações. Como visto na citação, hoje predomina a percepção de que a relação entre feminismos e movimento LGBTQIA+ ocorreu sob impacto das políticas trans.

Finalmente, ao refletir sobre os efeitos dos feminismos transexcludentes e antitrans no campo LGBTQIA+, algumas pessoas chamaram atenção para a questão da hierarquia interna e a marginalização persistente das pessoas e pautas trans no movimento LGBTQIA+. Ou seja, o problema da dominância dos homens gays. Outras reflexões sublinharam a relevância do ativismo trans brasileiro, sugerindo que seu crescimento e sucesso, em grande parte, explica a fúria contra os direitos trans, hoje instalada no cenário da política sexual brasileira. Mas há quem observe, com razão, que não são apenas os feminismos que estão sendo fraturados pela crescente influência das posições essencialistas e

transexcludentes, já que uma cisão semelhante está em curso no campo LGBTQIA+, por efeito da agenda LGB, que também defende direitos sexuais com base no sexo biológico.

Efeitos

Há bastante clareza entre as pessoas entrevistadas quanto aos efeitos negativos crescentes da consolidação, visibilidade e influência política das correntes feministas essencialistas no Brasil. Foram nomeados efeitos de duas ordens: os impactos nos feminismos em termos de tensões e conflitos e as repercussões nos planos político, ideológico e institucional. Comentários sobre fraturas nos feminismos vêm mais do campo ativista, enquanto as vozes acadêmicas enfatizam sobretudo os impactos institucionais e implicações ideológicas.

Efeitos sobre os feminismos

Voz do campo comunicacional

"Paralisa um pouco a gente, né? É o famoso "estou preocupada com isto, mas podia estar preocupada com outras coisas".

Vozes ativistas

"Acho que o objetivo delas já foi alcançado: botar a gente para brigar entre si".

"Isso está dividindo um movimento [lésbico] que já foi invisibilizado por anos".

"Acho que tem promovido algumas dissidências evidentes no movimento. A plenária da Frente [pela legalização do aborto] é um exemplo (...). Uma pauta que gerou um grande racha foi o uso do termo "crianças" em lugar de "meninas". Não se chegou a um acordo, manteve-se em "meninas".

"(...) Acho que esse conflito evidencia dissidências que vinham de antes, com as quais a gente às vezes tenta se conformar, sabe? (...). Elas já trabalhavam com a temática da infância, já eram mulheres com as quais tínhamos dificuldade de dialogar, mas tentávamos nos conformar em nome de pautas específicas. Hoje acho que não há interesse nenhum no diálogo, tenho tranquilidade para falar isso. A gente vai romper com o que precisar romper. Cada organização vai ter uma escolha".

Vozes acadêmicas

"Estão aí há muitos anos (...). Algumas das mais antigas contam que, no início dos anos 2000, já estavam em atividade, articulando em Brasília com faixa contra gênero, contra o feminismo, contra sapatão, contra a população LGBT. Não é novidade, era uma tragédia anunciada. A gente não pode fechar os olhos, achar que surgiram do nada. O governo Bolsonaro só abriu o bueiro e autorizou: "tá liberado! Vocês agora estão liberadas para falar o que quiserem".

"Elas conseguiram rachar a caminhada [lésbica]. São grupos organizados, muito mais organizados na internet do que na vida real. Mas têm uma atividade prática que é organizar a caminhada lésbica e isso acabou esvaziando a caminhada, (...)"

Como mostram as citações, a atuação dessas correntes tem provocado uma multiplicação de conflitos que se manifestam tanto em disputas semânticas quanto em fraturas organizacionais. As pessoas entrevistadas usam predominantemente palavras como "racha", "fissura" e "embate" quando falam desses efeitos. Algumas vozes, contudo, lembram que, embora as tensões tenham ficado mais agudas, elas vêm de longe. E há muito mais a considerar. Por exemplo, essas diferenças de visão e sentimentos de mal-estar na maioria das vezes são minimizados, em nome da coesão em torno a outras pautas, em especial o combate à violência contra as mulheres. Segundo uma das entrevistadas, assiste-se hoje a uma tragédia anunciada. Não menos importante, nem todas as pessoas ouvidas interpretam os conflitos e rachas de agora com maus olhos. Para muitas delas, a crise de agora é positiva, pois esclarece posições e delimita os lados, ou seja, deixa explícito com quem é possível tecer alianças e com quem isso já não é viável.

Efeitos institucionais e ideológicos

Vozes ativistas

"Acho que porque se dizem feministas conseguiram entrar na institucionalidade. Elas são entendidas como feministas pelo Ministério das Mulheres. Mas, por outro lado, também atacam o governo quando lhes interessa, para impedir avanços na pauta trans. Esses ataques têm como objetivo fazer com que o governo, especialmente o Ministério das Mulheres, sinta-se acuado. Aumenta o custo político de um posicionamento mais progressista. É o mesmo que os ultraconservadores fazem com a questão do aborto."

"O debate dessa galera não mudou não, a única coisa que mudou é que o governo atual tem um presidente que não dá ok para esse tipo de coisa. Mas tem gente do lado dele que dá!"

Voz do campo político-partidário

"Eu acredito que esses setores têm até mais diálogo na esquerda. Tentam disputar a sua visão, mas nós não fazemos o enfrentamento."

Voz do campo comunicacional

"A direita é muito boa para capturar as fraquezas do movimento. Aqui tem um racha, é aqui que eu vou pegar. Não acho que foi coincidência o Nikolas [Ferreira] ter feito aquele discurso... aquilo não saiu da cabeça dele. Ele estava bem atento ao que essas mulheres estavam falando antes de levar aquilo para o plenário. Seria infantil da nossa parte, irrazoável até, pensar que movimentos de contranarrativa ao feminismo estariam desatentos a isso."

Vozes acadêmicas

"Agora, supostamente temos aliados no poder. Mas, por outro lado, temos guerras de trincheiras. No fim das contas as pautas da extrema direita nunca saem de cena, retornam de outra maneira. Agora a gente não tem mais as bizarrices, mas tem as feministas radicais atuando. Com as mesmas pautas, só que com outras estratégias e outros elementos. Nos quatro anos de Bolsonaro, pouco vi as feministas radicais. Elas reaparecem com o novo governo, porque o clima facilita a atuação delas, mesmo que apoiem projetos da extrema direita. No contexto de agora, o que conta é palavra 'feminista', não é? Que pra extrema direita sequer existe (...) "

"A tática que elas usam agora é ser a favor da mulher-mulher, nascida e não criada, nascida biologicamente e posta como tal, mulher de família. Eu acho que essa estratégia é que está ganhando espaço na direita e quem sabe até na esquerda, que não se sabe o que é esquerda ou centro ou sei lá onde..."

"Acho [que essas correntes] fortalecem o conservadorismo da direita e da esquerda, porque o campo conservador se sobrepõe a essa divisão. E a esquerda brasileira nunca abriu mão do conservadorismo religioso, não é mesmo? É, por exemplo, muito curioso,

que, numa entrevista, a ministra [Cida] diga: "Ah, essa pauta aí (dos direitos trans) é do Ministério dos Direitos Humanos, não é com a gente". (...) Acho que esse conservadorismo está sendo recriado, reinventado com muita força. Coisas muito antigas estão se reatualizando, não há nada mais antigo do que essa ideia essencializada do corpo. Penso que seria uma sacada a gente escapar da dicotomia esquerda e direita enquadrando esse problema num registro mais amplo dos conservadorismos profundos (...)."

As percepções captadas quanto aos efeitos institucionais e implicações ideológicas das pautas feministas ditas radicais são robustas e instigantes. Mapeiam, a partir de vários ângulos, as fronteiras borradas e contradições que caracterizam a topologia e modos de atuação dessas correntes no Brasil. Algumas pessoas as veem como estando mais situadas à extrema direita do espectro político, enquanto outras as situam no interior ou próximas à esquerda. Há também quem analise a confusão que essas posicionalidades contraditórias e suas ações provocam.

É especialmente iluminadora a elaboração citada que articula a eficácia política dos feminismos essencialistas com o conservadorismo inercial de gênero, que atravessa o espectro político como um todo. Ou seja, existe conservadorismo amplo e disperso com relação ao binarismo sexual que essas correntes conseguem incitar de maneira muito eficiente. A pergunta "Como você define uma mulher?", constantemente acionada por essas vozes deixando as pessoas progressistas perplexas, é a ilustração mais flagrante de como esse incitamento opera.

"Confusionismo" e fratura potencial

Vozes acadêmicas

"(...) Eu acho que a visão antigênero dominou a direita, as lideranças políticas evangélicas. Quando se acaba com o conceito de gênero, surgem os movimentos que trazem a mulheridade como biologia. Quando para nós, feministas, gênero sempre foi uma construção social. (...) Essa novidade veio crescendo na direita. Mas as radfems não são totalmente de direita, elas se dizem feministas (e de esquerda)."

"São as figuras da extrema direita que, no contexto do Brasil, marcam mais o feminismo antigênero. Na verdade, nem sei mais se é feminismo. Acho que há uma inserção,

aproveitamento de pauta, por parte da ultradireita, do movimento de mães lutando pela revogação da alienação parental. A gente se pergunta: esses grupos estão aproveitando a pauta da direita? Ou são as radfem excludentes que colocam os direitos de mães e de crianças em oposição aos direitos das pessoas trans e não binárias?"

"Elas se posicionam dentro do campo progressista, mas ao mesmo tempo formam alianças com a extrema direita. O problema é que elas não são a extrema direita. Esse é o problema. Elas têm capilaridade nos movimentos progressistas. Elas estão no PT, estão no PSOL, estão no campo progressista. Estão dentro dos movimentos feministas (...)

"(...) Elas são, por exemplo, favoráveis ao aborto, à identidade lésbica. Inclusive elas imaginam a identidade lésbica como estando ameaçada pelo movimento trans. Só que além da identidade lésbica, além do aborto, eu vejo pouca prioridade em pautas que seriam tradicionalmente da esquerda. Assim sendo, faz sentido, taticamente, esses grupos se aliarem com a extrema direita."

"(...) Apesar das feministas radicais estarem dentro do governo, também há pessoas trans no governo, também há prostitutas falando no governo. (...) É uma disputa política. É isso, mas ela acontece, o que num governo de direita, isso seria impossível."

"Nas redes sociais, atacam. Mas isso não necessariamente se reverte em articulação política. Por exemplo, o ataque ao Ministério das Mulheres não se reverteu numa discussão entre elas sobre o governo Lula. Então, as vejo um pouco perdidas em relação a como lidar com o governo Lula. Elas querem tanto atacar como influenciar o governo."

"(...) A minha avaliação é que não há um elo forte e pessoal entre elas mesmas. (...) eu vejo conflitos que são mais de ordem pessoal do que das ideias. Talvez o governo Bolsonaro tenha feito um mal ao movimento feminista radical no Brasil, porque (...) a pauta de "ideologia de gênero" foi queimada porque estava vinculada ao bolsonarismo. E por isso as feministas radicais não conseguiram emplacar algumas discussões com fluidez, elas estavam associadas ao bolsonarismo e perdiam força das pessoas que elas queriam trazer pra dentro. A direita já abraçou isso e vai sempre abraçar. O que elas querem é trazer pessoas de esquerda."

Voz político-partidária

"No parlamento, não enxerguei, até o momento, nenhuma expressão no campo da esquerda, ou no campo progressista, desse discurso antigênero. Pelo menos não se explicitou. Até porque as parlamentares trans que se elegeram têm feito um trabalho muito destacado de afirmação. Então quando elas são atacadas, elas são atacadas pela extrema direita. E há solidariedade a elas no campo progressista."

O tema das "fronteiras borradas" foi recorrente nas conversas com as pessoas entrevistadas. Nesta seção trazemos algumas elaborações, sobretudo de vozes acadêmicas, sobre o que isso significa no plano da política institucional. De maneira geral, essas vozes consideram que a movimentação essencialista e transexcludente fortalece a ultradireita e o conservadorismo. Mas não há consenso, nas entrevistas, acerca de como essas correntes se alinham com a direita político-partidária. Uma franca divergência que emerge das entrevistas se dá em torno das seguintes questões: esse alinhamento com a ultradireita é deliberado ou inconsciente? Seriam essas pessoas e coletivos enganados e manipulados pela direita⁸⁰? Ou, ao contrário, são elas mesmas manipuladoras, vestindo pautas e jargões associados ao feminismo para na verdade impulsionar posições drasticamente antifeministas? Também é significativo que a única pessoa do campo político-partidário que foi ouvida pelo estudo não visualize a presença e penetração das correntes essencialistas no campo da esquerda, ou ao menos da esquerda institucional.

Contra esse pano de fundo, a análise de redes realizada pelo estudo ilumina como o ecossistema dos feminismos ditos radicais está em todos os quadrantes do espectro político. Por exemplo, a WDI, que lidera o movimento dos "direitos das mulheres com base no sexo" no plano transnacional, está explicitamente alinhada a grupos de ultradireita em vários países. Um relatório recente, já citado, mostra, por exemplo, como, nos EUA, fizeram uma aliança com a *Heritage Foundation*⁸¹. Mas, entre as organizações brasileiras que assinaram a carta da WDI, estão a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), assim como a União Brasileira de Mulheres (UBM), mesmo que, segundo várias pessoas entrevistadas,

80 A tese de que pautas conservadoras jamais poderiam estar presentes em nenhum setor ou grupo que se diz de esquerda ou feminista aparece mais de uma vez nas entrevistas, apontando para a dificuldade de diferenciar posição ideológica explícita e concepções conservadoras submersas sobre gênero e sexualidade.

81 Ver: <https://allornone.world/2023/05/26/rights-for-me-not-for-thee-how-anti-trans-feminists-took-their-advocacy-to-the-united-nations/>

essas organizações não se posicionem de maneira pública e coesa contra direitos trans. Contudo, como foi apontado em várias entrevistas, a Marcha, desde sempre, compartilha com as correntes alinhadas à WDI a posição abolicionista quanto ao trabalho sexual.

Ou seja, no feminismo essencialista há coletivos e figuras situados na esquerda e na direita, e há também ausência de posicionamento definido, ou pessoas e organizações que se definem como sendo “nem de direita nem de esquerda”. Há quem reivindique um feminismo (essencialista) popular, antirracista, anticapitalista e anticolonial. Há quem participe sem pudor de audiências públicas convocadas pelo PL.

Quando seus discursos são examinados mais de perto, verifica-se que algumas vozes essencialistas, sejam feministas “radicais”, sejam “materialistas”, reivindicam que os “direitos baseados no sexo” deveriam ser abraçados pela esquerda. Outras vozes, porém, argumentam que a pauta deve “caminhar sozinha” e que é lamentável que não esteja sendo absorvida pelas forças progressistas. Por outro lado, há nesse campo quem não se incomoda em dar entrevistas para veículos de ultradireita ou em reproduzir falas antigênero de pessoas notadamente ultraconservadoras, mas há também quem se recuse a fazer isso. No entanto, como o mapa deixa claro, muitas feministas antigênero que afirmam tomar distância da ultradireita podem ter convergências com o campo ultraconservador em momentos críticos do jogo político, especialmente quando a disputa se dá no plano político-institucional.

Comentando essa heterogeneidade e confusão, uma das pessoas ouvidas levantou a hipótese instigante de que esse “caldo complicado” poderá levar a uma fratura no campo. Ou seja, o adensamento das conexões com a ultradireita poderá levar a uma recusa explícita de colaboração e ação conjunta por parte de alguns coletivos. Essa possibilidade não garante, porém, que as pautas hoje sedimentadas pelos feminismos essencialistas no cenário político brasileiro vão desaparecer, inclusive porque já compõem a agenda da extrema direita e poderão ser absorvidas, sem maior interrogação, por atores e instituições que se situam à esquerda do espectro político - e esse talvez seja o maior trunfo potencial da atuação cada vez mais vigorosa dessas correntes.

Respostas Possíveis

Voz do campo da comunicação

"Elas dizem 'olha, nessa categoria aqui, na categoria mulher, você não entra'. (...). Isso se repete sem que haja uma contranarrativa. É perigoso. Eu lembro das discussões quando o Bolsonaro ainda era só um deputado, e a gente dizia 'será que a gente fala ou ignora esse fenômeno?'. Eu acho que estamos nesse mesmo nível frente aos feminismos 'radicais'. Eu me preocupo, porque o Bolsonaro foi eleito. Acho que o jornalismo feminista tem hoje uma missão importante: fazer essa contranarrativa (...), criar a sensação de pertencimento para as pessoas trans. O mesmo vale para o plano institucional, uma travesti que é Secretária Nacional LGBTIA+ tem o mesmo efeito."

Vozes acadêmicas

"A maioria das e dos pesquisadores acadêmicos não se coadunariam ou não se coadunam com a transfobia desse movimento, então devemos reconhecer que elas/eles existem (...) E políticas de aliança devem ser feitas com essas pesquisadoras/es(...). Por outro lado, o movimento trans deve tomar cuidado para não projetar a imagem de autoritário. Acho que produzir essas nuances talvez seja o mais desafiador hoje (voz acadêmica trans)."

"Acho que o Judiciário também tem atores dando boas respostas. A discussão intersexo no judiciário está ganhando espaço. Isso é interessante, pois toca exatamente na interseção sobre biologia e a cultura. Acho que o tema da intersexualidade deveria ser tomado por nós como um caminho de reflexão crítica sobre o feminismo essencialista."

Voz do campo político-partidário

"Nós temos uma fragmentação de narrativas, isso dificulta o enfrentamento com a extrema direita, que tem cinco pontos. Sobre esses cinco pontos, elas batem o tempo inteiro. É o aborto, é a questão LGBT, é comunismo... E nós temos essa fragmentação de pautas, de agendas (...)."

Vozes ativistas

"Acho que, enquanto organizações, pelo menos feministas, temos respondido pouco. Acho que não temos respondido. Vou ser honesta. O máximo que fazemos é usar a linguagem transinclusiva e lutar para que isso seja discutido dentro dos nossos espaços. Eu não vejo ninguém fazendo frente aos feminismos essencialistas. Frente no sentido de disputar. (...)"

Quem está respondendo são as organizações de pessoas trans, ou seja, as mais vulneráveis e atacadas."

"A estratégia que a gente adotou, de ficar dando resposta, não está sendo eficaz. Eu sei que dá muita raiva. A gente assina tudo que o movimento trans manda pra gente, a gente apoia, vai pra rua, faz advocacy, lobby, tudo. Mas eu ainda penso que não é uma estratégia eficaz. Estamos repudiando, porém isso não vai fazer com que parem. A gente tinha que desenhar uma estratégia política mais incisiva. Por ora, o que me vem à cabeça como estratégia de defesa, é criar um cordão de isolamento político."

"Acho que a gente tem que respirar fundo, acho que a gente tem que fazer o trabalho chato de conhecer melhor, de observar para poder agir. A gente tem que saber quem está no meio do caminho, quem é que está perdida e quem é que está sendo cooptada."

Há entre as pessoas entrevistadas amplo reconhecimento de que, hoje no Brasil, a presença, influência e os efeitos dos feminismos essencialistas são flagrantes, quando não abertamente deletérios. As visões quanto a respostas também são bastante consensuais: pouco tem sido feito, e o que se faz parece não ter efeito. No âmbito do pouco que se faz, há muita clareza de que o ativismo trans está respondendo sozinho aos efeitos e ameaças crescentes que decorrem do crescimento das correntes feministas transfóbicas. Mas também se mencionaram estratégias de reconhecimento e valorização dos direitos e da participação política das pessoas trans como uma resposta possível e que tem tido resultados positivos. Por outro lado, reconhece-se que não têm sido oferecidas respostas mais robustas para além das estratégias de ampliação da representação. Várias vozes enfatizaram a necessidade urgente de criar contranarrativas, para não cair na armadilha de responder a essas vozes de maneira dogmática ou autoritária. Também se considera urgente estabelecer novas alianças em torno do problema.

Nesse contexto, a visão da pessoa do campo partidário destoa um pouco do conjunto, pois se limita a replicar o que tem sido um mantra da esquerda político-partidária, segundo a qual a direita tem bem estabelecidos seus alvos para atacar sempre, enquanto no campo progressista há "fragmentação". Essa visão parece ecoar o ataque ao "identitarismo" que vem se espalhando na esquerda brasileira. Por outro lado, a reflexão mais instigante coletada nas entrevistas é, ao nosso ver, a proposta de "respirar fundo" e compreender melhor o que está acontecendo para poder responder de maneira eficaz.

CAPÍTULO II - ESTUDOS DE CASO

Neste capítulo, são analisados dois episódios transcorridos entre janeiro de 2023 e maio de 2024, que ilustram bem a amplitude, alcance, *modus operandi* e efeitos das ações implementadas pelas correntes feministas essencialistas no Brasil. Os dois “casos” estão correlacionados, mas têm características peculiares. O primeiro examina ataques feitos ao Ministério das Mulheres entre janeiro de 2023 e maio de 2024, sendo esse um corte temporal considerado significativo porque, ao se encerrar nos episódios registrados durante a revisão do Brasil na CEDAW, ilustra o escopo de incidência internacional dos feminismos essencialistas brasileiros. O segundo caso revisita de maneira concisa a complexa dinâmica que se desenrolou em torno ao adiamento da missão ao Brasil da Relatora Especial da ONU para Violência contra Mulheres e Meninas, programada para julho-agosto de 2023.

Ataques ao Ministério das Mulheres

O “Dossiê Assassinatos e Violências contra as Travestis e Transexuais Brasileiras” de 2025⁸² analisa como, entre 2022 e 2024, o campo feminista essencialista amplificou e diversificou seu arco de incidência⁸³, recorrendo a estratégias múltiplas. Por exemplo, atuação em processos no Supremo Tribunal Federal e outras instâncias judiciais contra leis e decisões que, na sua perspectiva, “ferem direitos de mulheres e crianças” como, por exemplo, medidas que eliminam espaços separados por sexo. Campanhas contra a substituição do marcador sexo por gênero em diretrizes de políticas públicas e incidência junto a órgão do Estado e ao setor privado (especialmente a imprensa) para denunciar “os problemas causados pelas políticas de identidade de gênero”. Essa ação é complementada por pedidos de informação via Lei de Acesso à Informação (LAI) a órgãos oficiais sobre políticas de respeito à identidade de gênero, e questionamentos dos dados sobre a violência letal e estimativas de expectativa de vida da população trans.

82 Disponível em <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>

83 Embora essas ações sejam muitas vezes feitas colaborativamente, a Associação Mátria, que se consolidou no período em que o campo estava estudado é, hoje, o polo mais importante de mobilização dessas ações de advocacy e litigância de alto nível.

Nesse mesmo período, à medida que se ampliava a presença de mulheres trans nos parlamentos, multiplicaram-se episódios de violência política de gênero contra essas legisladoras, especialmente as deputadas federais Erika Hilton e Duda Salabert. Não menos importante, vem crescendo a presença de vozes essencialistas brasileiras em arenas transnacionais, tanto nas Nações Unidas quanto no Sistema Interamericano. A ofensiva contra o Ministério das Mulheres deve ser situada nesse cenário mais amplo. Começou no final de janeiro, três semanas depois da posse e duas após a insurgência de ultradireita que destruiu a Praça dos Três Poderes. Desde então, ganhou envergadura e virulência. Esta seção compila e analisa momentos-chave dessa ofensiva.

Antecedentes e o primeiro ataque

Em 22 de dezembro de 2022, durante o período de transição entre governos, Lula nomeou a especialista em Gênero e Violência Contra a Mulher, Aparecida Gonçalves, para comandar o Ministério das Mulheres (MM). Com um histórico de atuação em políticas públicas para o enfrentamento à violência de gênero, Cida Gonçalves já havia ocupado cargos altos em governos anteriores do PT e assumiu a pasta dois dias depois da posse de Lula.

Três semanas mais tarde, no dia 26, um grupo de travestis e mulheres trans representando a ANTRA foi recebido pela ministra para fazer a entrega do “Dossiê Assassinatos e Violências contra as Travestis e Transexuais Brasileiras” daquele ano. O ministério fez uma postagem sobre a visita em sua conta oficial no Instagram⁸⁴, com fotos da ministra recebendo o grupo e o dossiê com a legenda: “O ministério é ‘das mulheres’ porque elas são diversas e são plurais. E está à disposição e será parceiro na execução de políticas públicas para pessoas trans e travestis e em combate ao preconceito”.

Instantes após a publicação, deflagrou-se uma avalanche de comentários transfóbicos e ataques ao ministério. Passado mais de um ano, o post original contabilizava 2434 curtidas e 2855 comentários⁸⁵. Os comentários, em sua esmagadora maioria,

84 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cn48l8yO7G0/>

85 Verificação realizada em 18 de março de 2024.

repudiam o posicionamento do Ministério das Mulheres em favor da inclusão de pessoas trans e travestis nos seguintes termos:

- A “mulher” é “a fêmea da espécie humana” e a materialidade biológica de seu corpo é a base para o exercício de direitos, e não o gênero ou a identidade;
- O ministério estaria silenciando e “apagando mulheres” ao negar sua realidade material e histórica como “classe sexual”;
- Uma ofensa frequente é que o órgão federal tinha se tornado o “Ministério dos Homens”;
- Posições segundo as quais direitos LGBTs deveriam ser debatidos apenas pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e não no MM;
- Vários apelos para que as mulheres recorressem à Plataforma Fala.BR solicitando acesso legal à informação para indagar qual a definição do Ministério das Mulheres sobre o que é uma “mulher”;
- Deslegitimação e desqualificação individualizada das ativistas trans que haviam estado com a ministra.

No dia seguinte, foi criada na plataforma Change.org uma petição online com o título “Por um Ministério das Mulheres Exclusivo das Mulheres”, cuja justificativa mencionava a visita do dia anterior e clamava por um ministério exclusivo das mulheres cisgêneras. No último acesso que fizemos à petição (1/02/2023), ela havia sido assinada por 1056 pessoas.

Decorridos quatro dias do ataque, o perfil oficial do MM fez uma nova postagem⁸⁶ sobre a decisão da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da ONU de 2001, que condenou o Brasil por omissão e negligência em relação à violência doméstica, e que levaria à aprovação da Lei Maria da Penha. A postagem não provocou tanto engajamento quanto a anterior, mas a maior parte dos comentários replicou o tom da “avalanche”, comemorando o fato de o ministério estar “finalmente abordando uma pauta de meninas e mulheres”. Alguns desses comentários, com a tag #RevogaLAP, exigiam que o MM explicitasse sua “definição de mulher”.

86 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoDpbFwgR39/>

A Ministra das Mulheres se reúne com coletivos essencialistas

No dia 29 de maio de 2023, a ministra Aparecida Gonçalves se encontrou virtualmente com um grupo de feministas, maioritariamente alinhadas às correntes antigênero e transexcludentes no âmbito das redes sociais, inclusive pessoas e coletivos que haviam feito comentários ofensivos e transfóbicos nas postagens de janeiro.⁸⁷ A reunião, segundo o perfil de Instagram do Ministério, tinha como objetivo discutir a sub-representação das mulheres e a violência política de gênero. O coletivo que chamou a reunião fez um *print screen* da reunião virtual com a seguinte legenda:

“Em um encontro com a Ministra @cidagmulher, tivemos a oportunidade de contar um pouco a respeito do que mulheres comuns, bem como mulheres feministas radicais e mulheres críticas de gênero têm passado, desde que políticas de autoidentificação de gênero têm sido implementadas e suplantadas nas políticas públicas e acordos coletivos para as mulheres”.⁸⁸

Brasil sem Misoginia

Em 25 de outubro, o MM lançou a iniciativa Brasil sem Misoginia, convocando vários setores – governos, empresas, sociedade civil, ONGs, times de futebol e torcidas organizadas, universidades, grupos religiosos, entre outros – para lançar uma campanha de enfrentamento ao problema. A iniciativa também contou com uma ampla mobilização digital de *influencers*, figuras políticas, coletivos, celebridades publicando em suas redes sociais um vídeo com a hashtag #BrasilSemMisoginia. Quando a ANTRA, que é parte da plataforma, publicou a *hashtag* em suas redes, registrou uma reação virulenta por parte do campo feminista transexcludente. Um desses coletivos reagiu com o seguinte post⁸⁹: “Antro de lobos adere a iniciativa Brasil sem Misoginia do Ministério das Ovelhas”, e as *tags* usadas eram #hipocrisia, #MinistérioDeTodas, #mulhernãoésentimento e #sexonãoégênero.

87 Participou dessa reunião, por exemplo, uma influenciadora digital proeminente que inclusive responde a um processo por transfobia <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/06/ministerio-publico-de-sp-denuncia-influenciadora-feminista-por-preconceito-contr-trans-e-travestis.shtml>

88 Segundo divulgação do Ministério a reunião seria com a “Rede Feminista de SC”. Mas o nome do coletivo na sua a página do Instagram era então “Raízes Feministas SC”, hoje apenas Raízes Feministas.

89 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cy1zpXTt1Dn/>

Prêmio “Tia Lydia”

No início de janeiro de 2024, um dos perfis identificados pelo estudo lançou uma série de enquetes digitais etiquetadas como “Oscar TERF⁹⁰ 2023”. O concurso definiu várias categorias a serem votadas e premiadas: “melhor página TERF do Instagram em 2023”, “melhor influenciadora TERF”, “pior página quanto aos direitos das mulheres em 2023” e “Tia Lydia Brasil em 2023⁹¹”. Para cada uma das categorias, se faziam votações para quatro nomes selecionados pelas organizadoras, sendo oferecidos perfis que justificavam a indicação.

Na categoria “pior página quanto aos direitos das mulheres em 2023”, a página da ANTRA foi a mais votada, seguida pela página do Ministério das Mulheres. Já na categoria “Tia Lydia Brasil em 2023”, havia quatro “candidatas”: Fernanda Melchionna⁹²; Vera Iaconelli⁹³; Sonia Corrêa⁹⁴; e a ministra Cida Gonçalves, descrita como uma “frustração”, pois havia “se recusado a definir o que é uma mulher” e “aberto as portas do ministério à influência da instituição misógina da ANTRA”. A ministra ganhou o prêmio por ampla margem de votos.⁹⁵

Abril de 2024: “Vídeo-denúncia” contra o Ministério das Mulheres.

No dia 29 de abril um ataque ainda mais feroz foi registrado contra o Ministério das Mulheres. Um perfil individual, que à época possuía mais de 100 mil seguidores no Instagram, publicou uma gravação de áudio não autorizada de um debate no qual uma assessora de gabinete da ministra diz “(...) a mulher trans é mulher, isso não é discutível: nós somos o ministério que respeita todas as mulheres”. O perfil exigia a exoneração

90 Abreviação para “feminista radical trans-excludente” (do inglês: trans-exclusionary radical feminist).

91 Referência à personagem do romance “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood. Tia Lydia é quem controla as mulheres que servem de aias – mulheres cuja função social se limita a suas capacidades reprodutivas.

92 Deputada federal pelo PSOL do Rio Grande do Sul, descrita como uma aliada do “transativismo e das políticas identitárias”.

93 Psicanalista, indicada por sua participação em “seminários de ‘identidades trans e travestis’”

94 Feminista e pesquisadora, descrita como “antropóloga que ajudou na elaboração do Princípios de Yogyakarta, o que deu base ideológica para que o translobby agisse em políticas públicas em todo o mundo”.

95 Post sobre a categoria disponível em: https://www.instagram.com/p/C1kLFeNNOqG/?img_index=1

tanto da assessora (com a divulgação de seu nome completo) quanto da ministra.⁹⁶ Até o momento da última observação (30/06/2024), o vídeo havia recebido 32 mil curtidas e cerca de 2790 comentários. Muitos comentários marcaram perfis no Instagram dos principais jornais do país, figuras políticas, o Partido dos Trabalhadores e as contas oficiais do presidente Lula e da primeira-dama Janja da Silva.

Maio de 2024: O GT - Enfrentamento à violência política de mulheres LBTs

No dia 30 de abril de 2024, foi publicada a Portaria do Ministério das Mulheres nº 83, designando as representantes do Ministério e da Sociedade Civil para um Grupo de Trabalho para Elaboração de Estratégias para o Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Trans/Travestis.⁹⁷ Entre as pessoas designadas estavam a assessora cuja fala havia sido gravada sem autorização e a presidenta da ANTRA.

O perfil anteriormente mencionado fez novas postagens⁹⁸. Nelas, essas duas pessoas foram qualificadas como “anti-mulher” e a ANTRA, definida como “organização composta por homens que fabrica dados”. O *post* termina com um vídeo que ataca frontalmente o governo Lula: “(Gente de) esquerda, lembre-se disso quando defender o Lula por aí. A esquerda identitária está destruindo os direitos das mulheres com o apoio do presidente Lula”. Na sequência, o perfil passou a fazer ataques pessoais direcionados à presidenta da ANTRA, recorrendo ao “*misgendering*” (ou seja, negando sua identidade e tratando-a intencionalmente com base no gênero designado ao nascer e expondo seu nome anterior à transição nas redes sociais).

Segunda vídeo-denúncia contra o Ministério das Mulheres

No dia 7 de maio de 2024, novos trechos de áudio não autorizados da mesma assessora foram publicados⁹⁹, dessa vez para “revelar” detalhes sobre o adiamento da

96 Ver: <https://www.instagram.com/reel/C6XGtSntLSN/>

97 Portaria publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1303930557/dou-secao-2-02-05-2024-pg-54>

98 Ver: https://www.instagram.com/p/C6j3o-CN_jl/?img_index=1

99 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C6rwyHUtYQU/>

missão da Relatora Especial da ONU para violência contra Mulheres e Meninas. O post também acusou o Ministério das Mulheres de *"reconhecer que homens podem se identificar como mulheres"*, ao mesmo tempo em que afirma que *"as mulheres que pensam assim estariam fazendo discurso de ódio, sendo transfóbicas e de extrema direita"*. Ao final, sublinha que *"ao mesmo tempo em que cancelam a visita da Relatora, recebem a ANTRA... Essa é a forma que a ministra das mulheres decide gastar o seu tempo e os recursos do Ministério das Mulheres"*.

No dia seguinte, a própria Relatora replicou o vídeo em seu perfil X (Twitter) afirmando que, se confirmada a informação, a decisão do governo brasileiro de adiar sua missão ao país extrapolava limites estabelecidos pelos protocolos de comportamento dos Estados-membros em relação às Relatorias Especiais. Também pediu novas explicações ao governo brasileiro sobre o adiamento da missão marcando a demanda no *twitter* oficial da Missão Brasileira na ONU-Genebra.

Revisão do Brasil pelo Comitê CEDAW

Esses ataques sequenciais antecederam a 88ª Sessão do Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw), realizada em 23 de maio, na qual o Estado brasileiro foi objeto de uma revisão periódica. A ministra Cida Gonçalves chefiou a delegação brasileira que contou com a participação de outros oito ministérios. A autoridade estatal de segundo rango na delegação era a Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Symmy Larrat.¹⁰⁰ Também estavam presentes dezenas de organizações da sociedade civil¹⁰¹, inclusive algumas representantes de coletivos significativos identificados na nossa cartografia do campo essencialista que, com seus perfis nas redes sociais, fizeram queixas e denúncias. Acusaram as ONGs brasileiras que haviam coordenado as intervenções da sociedade civil de as terem boicotado. Sobretudo, atacaram de maneira ofensiva a ministra e, especialmente a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que era membro da delegação. Um dos posts publicados definia a ministra como *"uma pessoa que não sabe o que é uma mulher e a secretária como alguém que pensa que é mulher"*.

100 Ver https://www.gov.br/mdh/pt-br/composicao/quem-e-quem/quem-e-quem-curriculos/Curriculum_MDHC_SYMMY_LARRAT.pdf

101 Lista disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=2710&Lang=en

A missão da Relatora Especial para Violência Contra as Mulheres e seu adiamento

Segundo matéria de Jamil Chade publicada em outubro de 2023¹⁰², a Relatora Especial Reem Alsalem foi convidada a fazer uma missão ao Brasil pelo governo de Jair Messias Bolsonaro¹⁰³. Inicialmente programada para ocorrer de 23 de maio a 1º de junho de 2022, a missão foi acordada com o então Ministério da Família, das Mulheres e dos Direitos Humanos, chefiado por Damares Alves. A visita, entretanto, seria adiada por problemas de agenda da equipe da Relatora. Em março de 2023, já no governo Lula, durante a primeira sessão anual do CDH/ONU, a missão foi confirmada, estando programada para o período de 31 de julho a 10 de agosto do mesmo ano.

A atual Relatora Especial sobre Violência contra Mulheres e Meninas, Reem Alsalem¹⁰⁴, assumiu o mandato em 2021 para um período de três anos. Passado um ano e meio de atuação, ela passou a manifestar posições explicitamente alinhadas com as visões do feminismo essencialista¹⁰⁵. Ao final de 2022, quando o Parlamento escocês debatia uma nova Lei de Identidade de Gênero, enviou uma carta aos deputados e deputadas criticando com veemência vários aspectos da lei e reivindicando a validação dos direitos das mulheres “baseados no sexo”¹⁰⁶. Entre outras recomendações, a carta afirma que a autoidentificação para uma nova identidade social de gênero requer salvaguardas, “pois a maioria dos agressores sexuais são homens” e que a definição “mulheres em risco de violência masculina” deveria excluir a violência enfrentada por mulheres trans.

Em fevereiro de 2023, a Relatora deu uma entrevista ao jornal conservador espanhol

102 Ver <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/10/04/governo-adia-visita-de-relatora-da-onu-sobre-mulher-acertada-por-bolsonaro.htm>

103 Essa informação contradiz versões de atores estatais consultados sobre a missão, segundo a qual o governo Bolsonaro teria relutado em receber a visita.

104 Reem Alsalem possui um mestrado em Relações Internacionais pela American University in Cairo (Egito, 2001) e um mestrado em Human Rights Law pela Universidade de Oxford, (Reino Unido, 2003), e teve mandato iniciado em agosto de 2021, com duração de três anos.

105 Essas posições estão expressas, por exemplo, no livro *Gender Hurts*, de Sheila Jeffreys, uma das referências nesse campo; e nas contínuas posições públicas da escritora J.K. Rowling, que financia diversas organizações transexcludentes e antitrans. Para saber mais, ver: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qvMKX837sK6RSrdPp4b4zbd/> / <https://www.glamour.com/story/a-complete-breakdown-of-the-jk-rowling-transgender-comments-controversy>

106 Ver <https://spcommreports.ohchr.org/TMResultsBase/DownloadPublicCommunicationFile?gld=27681>

El Mundo¹⁰⁷, criticando a lei espanhola de identidade de gênero e questionando serviços de atenção à saúde de crianças e adolescentes trans. Nessa oportunidade, definiu a identidade de gênero na infância como uma “patologia”, sendo, portanto, “muito perigoso que as crianças possam transformar seus corpos sem nenhuma restrição”¹⁰⁸. Uma vez mais reiterou que “o direito à não discriminação de toda identidade de gênero não significa que não devam existir salvaguardas e critérios objetivos para outorgar ou denegar essa solicitação”.

Ao longo de 2023, o apoio a seu mandato por parte das correntes feministas antigênero e transexcludentes também ficou flagrante. No Festival Fíliá, que aconteceu em Glasgow, em outubro, Reem Alsalem foi ovacionada e, em seguida, J.K. Rowling publicou copiosos elogios a ela no seu perfil no X¹⁰⁹. E cada vez mais ficariam explícitas suas conexões com o campo ultraconservador e de ultradireita, sendo exemplo disso artigo assinado por alto funcionário da rede norte-americana ultraconservadora *Alliance Defending Freedom* (ADF)¹¹⁰ acusando a ONU de estar infringindo a liberdade de expressão de Reem¹¹¹. Como se verá a seguir, sua associação com a extrema direita assumiria contornos muito mais nítidos após o retorno de Trump em janeiro de 2025.

A Missão ao Brasil

Para compreender a relevância da missão programada para o Brasil, em 2023, é importante lembrar que as regras do Alto Comissariado para Direitos Humanos estabelecem que as Relatorias Especiais devem fazer duas missões-relatórios de país por período de mandato (3 anos). Desde 2021, quando nomeada, Reem Alsalem havia feito

107 Ver <https://sxpolitics.org/es/recomendamos/noticias-y-analisis/reem-alsalem-relatora-especial-de-la-onu-es-muy-peligroso-que-los-ninos-puedan-cambiar-sus-cuerpos-sin-ninguna-restriccion/5707/>

108 No Brasil e na maior parte do mundo, apenas as pessoas trans maiores de 18 anos podem realizar cirurgias para afirmação de gênero, não existindo cirurgias ou modificações corporais acessíveis para crianças e/ou adolescentes por meio de cirurgias. Isso é defendido pela maioria das ativistas e instituições trans em todo o país.

109 Fíliá é uma organização britânica, que se define como feminista e crítica de gênero, sendo uma das mais reconhecidas desse campo no país. Em atividade desde 2015, realiza uma Conferência anual. Mais sobre a participação de Reem Alsalem na edição de 2023 pode ser encontrado em: <https://www.youtube.com/watch?v=rBu9l3vCIO4> / <https://twitter.com/UNSRVAW/status/1712538020694601962> / <https://www.thetimes.co.uk/article/jk-rowling-surprise-appearance-feminist-conference-2ws0wg0hr>

110 Alliance Defending Freedom (ADF) é uma associação civil cristã norte-americana de defesa jurídica para a proteção da liberdade religiosa, da liberdade de expressão, do casamento e da família, dos direitos parentais e da santidade da vida, em oposição aos direitos das pessoas LGBTQIA+. Dentre os associados, encontram-se a juíza da Suprema Corte Amy Coney Barret e o ex-vice-presidente Mike Pence.

111 Ver <https://www.newsweek.com/time-for-global-stand-against-censorship-gender-debate-opinion-1805134>

apenas uma missão à Polônia¹¹² e, assim sendo, a missão ao Brasil era crucial do ponto de vista do desempenho do mandato.

Quando do primeiro anúncio da missão (para maio de 2022), obedecendo ao protocolo da ONU, o mandato solicitou subsídios prévios a órgãos governamentais e à sociedade civil. No âmbito estatal, foram mobilizados o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹¹³. Uma ampla gama de organizações da sociedade civil de direitos humanos e defesa dos direitos das mulheres se mobilizou para produzir essas informações, em especial organizações que atuam no âmbito da violência de gênero e na luta pela revogação da Lei de Alienação Parental (LAP).

Como dito, a missão prevista para maio foi adiada a pedido da própria relatora, fato que não causou reação das organizações já mobilizadas para responder às demandas do mandato, nem mesmo das correntes feministas essencialistas. Em contraste, a confirmação da visita em março de 2023 foi recebida com muito entusiasmo pelo campo feminista antigênero brasileiro e também por algumas vozes da ultradireita. Nas redes sociais, coletivos de feministas essencialistas saudaram a visita da Relatora¹¹⁴.

Por outro lado, o anúncio da missão suscitou preocupação nos campos feminista e de direitos humanos comprometidos com a perspectiva de gênero e a defesa dos direitos das pessoas trans no Brasil. Àquela altura, já eram flagrantes as posições da Relatora quanto ao conceito de gênero aplicado à elaboração de normas de direitos humanos, tal como consagrado no comentário geral nº 28¹¹⁵ do Comitê CEDAW e no relatório sobre Identidade de Gênero, Sexualidade e Leis e Práticas de Inclusão e Exclusão¹¹⁶ apresentado em 2021 no Conselho de Direitos Humanos da ONU, pelo então Especialista Independente para Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, Victor

112 Ver <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2023/call-inputs-country-visit-poland>

113 Ver <https://www.cnj.jus.br/cnj-contribuira-com-relatorio-especial-da-onu-sobre-violencia-contra-mulher/>

114 Ver https://www.instagram.com/p/CusG2_lv8cx/

115 Comentário Geral Nº 28 (2010) do Comitê enfatiza que os Estados devem reconhecer e adotar políticas e programas para eliminar formas interseccionais de discriminação, incluindo explicitamente aquelas baseadas na identidade de gênero.

116 Ver <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc4727-law-inclusion-report-independent-expert-sexual-orientation-and>

Madrigal¹¹⁷.

Essa preocupação espelhava o que acontecia no plano transnacional, já que, em fevereiro de 2023, a *Sexual Rights Initiative* havia publicado uma nota rompendo com o mandato¹¹⁸ e, um pouco mais tarde, a AWID publicou uma carta assinada por 551 pessoas e organizações criticando explicitamente as posições transexcludentes de Reem Alsalem¹¹⁹.

As organizações e redes brasileiras que concordavam com essas críticas avaliaram que a presença da Relatora no país poderia potencialmente adicionar combustível a uma atmosfera política que, como se viu, desde a derrota de Bolsonaro, se tornava cada vez mais tóxica com relação aos direitos das pessoas trans. Não menos importante, para as redes e organizações e pessoas preocupadas com a visita, as posições da relatora entram em contradição com definições e normas internacionais de direitos humanos aceitas pelo Brasil. Em particular, a Opinião Consultiva 24/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos – que tem caráter vinculante no caso de Estados parte da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, como o Brasil. Sobretudo, a visão manifestada por Reem sobre o direito à identidade de gênero está a contrapelo das duas decisões do STF sobre a matéria: a ADI nº 4.275, que garante a alteração do prenome e do sexo de pessoas trans diretamente no registro civil¹²⁰; e o julgamento da ADO nº 26 e do MI nº 4.733 pelo STF que equiparam a discriminação motivada pela orientação sexual e/ou pela identidade de gênero ao crime de racismo.¹²¹ Essas preocupações foram encaminhadas ao Itamaraty e ao Ministério das Mulheres.

Como seria previsível, entre março e julho de 2023, foi intensa a mobilização do campo feminista essencialista brasileiro em torno da missão, em particular, em razão da oposição da Relatora ao conceito de alienação parental e sua disposição explícita de contestar a lei brasileira. Contudo, em 14 de julho de 2023, duas semanas antes da

117 Ver <https://undocs.org/es/A/HRC/47/27> e <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n21/192/17/pdf/n2119217.pdf>

118 Ver <https://www.sexualrightsinitiative.org/news/2023-feb/sris-statement-special-rapporteur-vaw-reem-alsalem-harmful-position-gender-identity>

119 Ver <https://www.awid.org/news-and-analysis/nao-ha-lugar-para-agendas-anti-trans-na-onu>

120 Ver <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>

121 Ver <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753957476>

data prevista para início da missão, a Relatora fez um *post* em uma de suas redes sociais lamentando a reprogramação da visita para o segundo semestre de 2024. Em outubro, o jornalista Jamil Chade confirmou, após consultas com fontes oficiais, que a missão estava adiada¹²². A matéria foi a primeira notícia pública sobre a decisão de adiamento tomada pelo Estado brasileiro transmitida em julho ao Alto Comissariado de Direitos Humanos (o que é o protocolo habitual em casos de reprogramação de missões). Em novembro, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ emitiu uma nota pública apontando as divergências entre as posições da Relatora e as normas jurisprudenciais nacionais e internacionais das quais o Brasil é signatário¹²³. Uma posição reiterada em artigo de psicóloga trans publicado no Portal Terra¹²⁴.

Reações

Tão logo informada, Reem Alsalem protestou contra o adiamento recorrendo a procedimentos nada protocolares. De imediato, convocou uma reunião online com movimentos sociais brasileiros¹²⁵ para falar sobre o adiamento e dar espaço a organizações brasileiras para expor suas preocupações em relação à situação dos direitos humanos das mulheres e meninas do Brasil. A reunião ocorreu no dia 24 de julho de 2023, e contou com a participação de 85 a 90 pessoas.

Nessa oportunidade, a Relatora falou sobre aborto, alienação parental e também buscou esclarecer sua visão sobre os direitos das pessoas trans. Repetiu o argumento usado por ela em outras oportunidades de que o direito ao reconhecimento legal da identidade de gênero é legítimo, desde que pautado por uma “abordagem cuidadosa desses direitos”. Essa abordagem requer que se leve em consideração o direito das mulheres que nasceram com sexo feminino aos “espaços reservados para mulheres”. Segundo ela, essa posição “não incita ódio contra nenhuma mulher”. Ao final, lamentou o adiamento da missão ao Brasil, sugerindo que ela feria o seu “direito à liberdade de

122 Ver <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/10/04/governo-adia-visita-de-relatora-da-onu-sobre-mulher-acertada-por-bolsonaro.htm>

123 Ver <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/11236>

124 Ver https://www.terra.com.br/nos/opinioao/antra/a-perigosa-agenda-antitrans-e-sua-instrumentizacao-por-organismos-de-direitos-humanos.83577675d96fddb184b994a0082e9fda81g3efgf.html?utm_source=clipboard

125 Ver https://www.instagram.com/p/CvNDer-Oi0d/?igshid=MTc4MmM1Yml2Ng%3D%3D&img_index=1

expressão". Se, por um lado, a fala da relatora foi cautelosa e diplomática, os comentários no *chat* não seguiram a mesma etiqueta, pois aí prevaleceram repúdio aberto ao conceito de gênero e acusações francamente transfóbicas.

Em seguida, Alsalem tentou mobilizar uma reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos que, contudo, não aconteceu. Em paralelo, multiplicavam-se nas redes sociais protestos contra o adiamento da visita, como uma nota de repúdio assinada por sessenta coletivos do campo essencialista, que interpretava o adiamento como "desinteresse do governo em abordar a questão das violências contra as mulheres e meninas".¹²⁶ Um dos coletivos que lidera a luta pela revogação da LAP também solicitou formalmente esclarecimentos ao governo sobre o adiamento da visita oficial da Relatora, exigindo que uma nova data para a missão fosse definida.¹²⁷ Essas mobilizações ecoavam, em vários aspectos, os argumentos arrolados em uma carta de apoio ao mandato da Relatora intitulada *Let the UN Special Rapporteur on VAWG Deliver her Mandate* que havia sido publicada em junho.

Em outubro de 2023, a Relatora Especial concedeu uma entrevista exclusiva ao jornal de ultradireita Gazeta do Povo, na qual alegou ter sido "cancelada, atacada, difamada". Também afirmou que muitas mulheres com opiniões críticas sobre a "ideologia de gênero" perderam seus empregos e foram, como ela, "seriamente ameaçadas, envergonhadas e humilhadas". Fez uma elaboração extensa sobre as "tensões entre os direitos baseados no sexo e os direitos que podem emanar da identidade de gênero".¹²⁸ Nos meses seguintes, o mesmo veículo publicaria uma "denúncia" sobre a suposta "perseguição política" de Reem Alsalem¹²⁹ por alguns setores da sociedade e também uma sistematização de casos ocorridos no Brasil de perseguição a "mulheres que questionam a identidade de gênero"¹³⁰.

126 A carta com a lista completa de signatários não está mais disponível publicamente, O link a seguir dá mais detalhes sobre a carta, por uma das organizações signatárias: <https://coletivasangra.medium.com/nota-de-repudio-ao-cancelamento-da-visita-oficial-da-relatora-da-onu-sobre-viol%C3%A2ncia-contra-mulher-2a7439597380>

127 Mesmo grupo que se reuniu com o Ministério das Mulheres em 30 de maio de 2023, conforme descrito no estudo de caso anterior.

128 Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/luciano-trigo/a-violencia-contra-mulheres-continua-em-um-nivel-epidemico/>

129 Ver <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/associacao-de-mulheres-denuncia-perseguiacao-de-membros-do-governo-contra-relatora-da-onu/>

130 Ver <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/coletivo-feminista-perseguiacao-mulheres-identidade-de-genero/>

Discursos e ações contra os direitos das pessoas trans vêm se multiplicando no Brasil nos últimos dez anos. Contudo, desde a derrota de Bolsonaro em 2022, registra-se uma franca dinâmica de intensificação dessas ofensivas. Elas, embora mais comumente mobilizadas pela ultradireita, também podem ser identificadas à esquerda do espectro político, onde se manifestam de maneira mais velada, geralmente subsumidas ao repúdio das ditas “políticas identitárias”. Contudo, ao longo da última década — e com muito maior intensidade desde 2023 — ofensivas vigorosas contra o direito à identidade de gênero e contra as pessoas trans vêm se manifestando de maneira cada vez mais contundente por figuras e coletivos feministas essencialistas, que se autodefinem radicais ou críticos do gênero.

Essas correntes feministas estão presentes no Brasil há muito tempo e pesquisas adicionais são necessárias para detalhar e refinar a complexa trajetória de amplificação e legitimação no debate político nacional sobre gênero e direitos trans. Feita essa ressalva, os resultados deste estudo captaram primeiros sinais de adensamento desse campo em torno de 2013, ou seja, coincidindo no tempo com as campanhas contra gênero na educação. Como se sabe, essas campanhas foram a antessala do giro à ultradireita que estava por vir. A partir de 2019, o governo Bolsonaro transportou a ideologia antigênero para a gramática estatal e abriram-se linhas de colaboração entre alguns coletivos e figuras desse campo e algumas instâncias federais. Concomitantemente, o lançamento da Campanha Global para os Direitos das Mulheres Baseados em Sexo projetou de maneira inédita as visões dos feminismos essencialistas, ganhando adesão local em muitos países, inclusive no Brasil¹³¹.

Entretanto, o estudo mostra que a dinâmica e capacidade de incidência política dessas correntes feministas mudaram de escala após a derrota de Bolsonaro em 2022. Tão logo o ano legislativo de 2023 começou, os direitos trans se tornaram um alvo principal da

131 A Declaração pelos Direitos das Mulheres Baseados no Sexo é uma iniciativa da Women’s Declaration International (WDI) — à época de sua criação, chamada Women’s Human Rights Campaign (WHRC). Possui nove capítulos e baseia-se em uma leitura da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), de 1979 — leitura esta que já foi atualizada pelo Comitê, que hoje explicitamente reconhece as discriminações baseadas no gênero, e não no sexo.

ultradireita no âmbito parlamentar. Concomitantemente, o ativismo do campo feminista transexcludente ganhou espaço, visibilidade e vigor. Recrudesceram ataques contra a ANTRA, que vinham desde muito antes, e começaram a ser deflagradas ofensivas contra instâncias, figuras e políticas governamentais: o Ministério das Mulheres, e a própria ministra; a Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; as duas parlamentares federais trans eleitas em 2022. Dois anos mais tarde, essa artilharia se voltaria para a nova política de saúde trans, a PAES Pop Trans, lançada em dezembro de 2024 (que até setembro de 2025 não havia, de fato, sido implementada).

No caso das parlamentares trans e da ANTRA, essas ofensivas se destinam a desqualificar a visibilidade e legitimidade da ação e legitimidade política de pessoas trans. No caso do Ministério das Mulheres e da Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o objetivo é minar a legitimidade institucional dos direitos trans, amedrontar ou mesmo coagir atores estatais que apoiam esses direitos e, não menos importante, nutrir a relutância de alguns atores estatais do campo progressista em relação a essa agenda. O ataque à PAES Pop Trans, por sua vez, revelou um alinhamento flagrante com atores da extrema direita nacional e transnacional que confirmou as conexões orgânicas detectadas pelo estudo.

Composição e perfis

Assim como em outros países, até recentemente, no Brasil, as correntes feministas essencialistas eram formadas caracteristicamente por mulheres de classe média, em geral brancas, estudantes universitárias e ativistas no campo da violência contra mulheres. Mas, como a pluralização dos feminismos também caracteriza o campo essencialista, nele também se identificam coletivos e figuras dos feminismos negros e mulheres populares. Uma peculiaridade do contexto brasileiro é, de fato, essa conexão com bases populares que vem se desenrolando, desde 2015, quando alguns coletivos desse campo se envolveram na luta pela revogação da Lei de Alienação Parental. Isso porque, de um lado, os efeitos deletérios da Lei recaem, sobretudo, sobre mulheres mais pobres e, de outro, coletivos e figuras alinhadas com posições antigênero e antiexcludentes, gradativamente, ganharam hegemonia sobre esses espaços de ativismo. Nesse cruzamento, a ênfase nos “direitos maternos” fertilizou diálogos e colaboração com atores políticos do ultraconservadorismo e da ultradireita.

No plano transnacional, há uma forte presença de lésbicas no campo feminista que se define como crítico do gênero. No caso brasileiro, a cartografia de redes também identificou várias vozes lésbicas individuais, algumas muito estridentes. Entretanto, o peso relativo de coletivos e figuras lésbicas na condensação recente do campo não é marcante. Isso se deve talvez ao fato de que no Brasil, antes dos meados dos anos 2000, houve muito diálogo e parceria entre os movimentos lésbicos e trans. Mas sobretudo deve ser contabilizado, como fator explicativo dessa composição, a multiplicação de coletivos ativistas heterossexuais dedicados a lutas pelos direitos de mulheres contra a violência e como mães, mas também voltadas para ações de proteção das crianças. Essas são hoje as atrizes mais relevantes na consolidação de uma política feminista antigênero e transexcludente no país.

As vozes do feminismo essencialista se definem sobretudo como “defensoras dos direitos das mulheres” e justificam seus ataques à população trans alegando que sua existência ameaça diretamente esses direitos. Suas narrativas produzem um imaginário em que as pessoas trans são “falsidades” ou “figuras perigosas” que incitam tanto repulsa quanto medo. Essas imagens se combinam com concepções ou visões ideológicas que definem as mulheres como sendo inexoravelmente reféns da violência masculina e essa violência como sendo insuperável porque estaria ancorada na essência biológica do masculino. Sua presença e influência é especialmente marcante nos campos profissionais da psicologia, educação e direito, em especial nos setores e projetos voltados para a violência contra mulheres e “proteção à infância”.

Esse apego ao essencialismo biológico alimenta a tese de que as “mulheres trans são homens” mobilizando o antagonismo entre mulheres cis e mulheres trans; e alimentando a divisão do mundo em aliados vs inimigos: quem apoia direitos trans é inimigo das mulheres e meninas. As feministas essencialistas repudiam manifestamente o conceito e a teoria de gênero, afirmando que são instrumentos de submissão de mulheres e meninas. Ao fazê-lo, se alinham com as posições ideológico-políticas da ultradireita recorrendo muitas vezes à categoria “ideologia de gênero” que foi fabricada nos anos 1990 no laboratório Vaticano.

Um campo em mutação

Espelhando a dinâmica de pluralização do campo, o estudo mostra que, no Brasil assim como em outros contextos, as posições essencialistas, antigênero e transexcludentes foram historicamente informadas por teorias elaboradas no campo lésbico feminista transnacional, sobretudo anglo-saxônico, as quais continuam sendo influentes. Contudo, em anos recentes, críticas decoloniais ao “gênero” assim como posições antitrans manifestadas por feministas negras, como Chimamanda Ngozie Adichie, compõem o arco de influências intelectuais que nutrem o ativismo essencialista.

Registram-se, sobretudo, mudanças significativas nos modos de ação política dos feminismos ditos radicais hoje autodefinidos como críticos do gênero. Desde o começo dos anos 2010, a digitalização da política é o que possibilitou a difusão e capilarização das posições do campo feminista transexcludente. O estudo identifica, inclusive, sinais de que a intensificação da “vida virtual” durante a pandemia deve ser contabilizada como um fator de consolidação desse campo nas redes sociais brasileiras. Nesse âmbito da ação política, tornou-se especialmente relevante a adesão de “*influencers*” que, desde 2020, se somaram à ação anteriormente feita por pequenos coletivos. As *influencers* não só têm, em geral, mais seguidores como digerem conteúdos para um público mais amplo, disseminam materiais internacionais, promovem abaixo-assinados e mobilizam ações digitais atraentes e criativas que chegam a novas audiências.

Ademais, o estudo informa que, hoje no Brasil, as feministas essencialistas já não estão apenas dedicadas à política digital. Oferecem cursos virtuais e presenciais e são cada vez mais atuantes espaços acadêmicos, participam de seminários, simpósios, colóquios e congressos e publicam em revistas especializadas. Também estão ampliando sua presença na imprensa, seja publicando artigos de opinião, sobretudo na imprensa conservadora, mas também na grande imprensa e, inclusive, em veículos de esquerda. Desde a finalização do estudo de campo em 2024, também se registra um número crescente de colunistas e jornalistas alinhados com suas posições.¹³²

132 Além de Djamila Ribeiro, já mencionada, estão nessa lista: Thais Oyama, Lygia Maria, Luiz Felipe Pondé.

Como já mencionado, esse giro se deu, sobretudo, após o registro da *Mátria Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil* como associação civil sem fins lucrativos em outubro de 2023. A partir dessa institucionalização ganharam uma nova escala a visibilidade, capilaridade e o impacto das posições essencialistas transexcludentes. Muito claramente, figuras e coletivos que, no curso do estudo empírico, se moviam de maneira relativamente dispersa hoje orbitam em torno dessa plataforma, ainda quando não sejam necessariamente vinculadas à ONG.

A *Mátria*, seu entorno e suas modalidades de ação política requeriam, a rigor, um estudo à parte. Porém, com base na observação feitas pelo estudo acerca das dinâmicas ocorridas desde 2023 e também dos eventos compilados pelo *Dossiê Assassinatos e Violências contra travestis e transexuais brasileiras – ANTRA 2024*¹³³, fica evidente que essa nova plataforma já surgiu contando com grande capacidade de *advocacy* institucional e de litigância junto ao Judiciário. E ambas as estratégias têm sido desde então usadas predominantemente para desqualificar as ações da ANTRA e outras manifestações do ativismo trans, e erodir gradualmente os consensos normativos e culturais com relação aos direitos da identidade de gênero. Essa capacidade de ação amplificada, num curto período de tempo, sugere que a *Mátria* conta hoje com apoio financeiro para sustentar um ativismo intenso e mais qualificado.

Estratégias políticas

A estratégia mais recorrente dos feminismos essencialistas, num sentido amplo, continua sendo uma intensa atuação nas redes sociais, no mais das vezes voltada para atacar frontalmente pessoas e instituições, como será visto a seguir. Essa atuação digital comporta táticas de comunicação muito semelhantes às utilizadas pela ultradireita. Uma segunda linha de ação são seminários, reuniões e campanhas intensas pedindo a revogação da Lei de Alienação Parental (LAP), que, desde algum tempo, é o espaço onde as feministas antigênero interagem com o campo feminista mais amplo.

Em anos recentes, porém, os coletivos essencialistas também têm se dedicado

133 Páginas 123-134.

a estimular estudantes e acadêmicas a participar de editais propondo estudos da desigualdade baseada no sexo (e não no gênero). Também têm feito *surveys* digitais para coletar relatos sobre mulheres “perseguidas” porque defendem os “direitos baseados no sexo” ou “direitos das mulheres”. Em 2023, um desses *surveys* mobilizou as redes por alguns meses¹³⁴. Coletivos e ativistas individuais também têm proposto leis ou clamado por reformas legais que restrinjam direitos trans no canal de Sugestões Legislativas do Senado¹³⁵. Também fazem interpelações públicas, em redes sociais e durante campanhas eleitorais, a mulheres candidatas ou que ocupam cargos públicos para que respondam à pergunta: o que é uma mulher¹³⁶.

A Mátria, especificamente, vem implementando uma intensa ação de *advocacy* através do envio de ofícios a órgãos públicos como Procuradoria-Geral da República, Ministérios Públicos Estaduais, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e mesmo o Supremo Tribunal Federal (STF) para cobrar “esclarecimentos” ou repudiar ações favoráveis aos direitos das pessoas trans. A maioria desses ofícios questiona pesquisas e dados, sobretudo produzidos pela ANTRA sobre a violência e expectativa de vida das pessoas trans.¹³⁷ Seu argumento principal é que os dados são falsos, pois não foram produzidos por fontes oficiais. Pedidos de informação e contestação de processos de consulta sobre a política PAES Pop Trans também foram objeto de ofícios enviados ao Ministério da Saúde. A associação também tem sido muito ativa e audaz no âmbito do litígio judicial de alto impacto, apresentando demandas e *amici curiae* ao Supremo Tribunal Federal. Duas ações desse teor, implementadas em 2025, ilustram essa audácia e os traços predatórios de sua

134 Um desses relatórios, “Mapeando a violência e intimidação contra mulheres e defensoras dos direitos baseados no sexo e/ou que não subscrevem à teoria da identidade de gênero”, organizado pela organização Correnteza Feminista, em parceria com o Coletivo Sociedade Matriarcal, foi construído a partir de respostas enviadas em um formulário online. Ele foi entregue a vários veículos de imprensa e, pelo que pudemos apurar, pretendia ser enviado à Relatora da ONU Reem Alsalem. O relatório pode ser acessado em: <https://correntezaefeminista.org/2023/09/26/mapeando-a-violencia-e-intimidacao-contra-mulheres-defensoras-dos-direitos-baseados-no-sexo-e-ou-que-nao-subscrevem-a-teoria-da-identidade-de-genero/>

135 Uma dessas propostas, que pedia a “Proibição de Banheiros “Unisex” e “Por Gênero” em Escolas, Instituições de Ensino, Universidades e Espaços Públicos de Grande Circulação de Pessoas”, foi a mais votada da categoria “Mulheres” em 2023, com 1349 votos. Ela pode ser acessada em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/programas/f/2/proposals/3650>

136 Nas eleições brasileiras de 2022, por exemplo, um perfil no Instagram dedicava-se a divulgar como as candidatas contatadas definiam uma mulher. A criadora dessa iniciativa, que conseguiu a resposta de mais de 300 candidatas pelo Brasil, chegou a apresentá-la em *live* da *Women’s Declaration International* (WDI) para difundir a “boa prática”. Em junho de 2024, a ministra Cida Gonçalves compareceu à audiência na Câmara também mobilizada em torno dessa definição.

137 Essas estratégias estão detalhadas no *Dossiê Assassinatos e Violências contra travestis e transexuais brasileiras* – ANTRA 2024 (páginas 123-134).

estratégia de litígio. O segundo deles também informa que os argumentos feministas transexcludentes não têm trânsito fácil no âmbito do STF.

Em abril, a ANTRA e o IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades) ingressaram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pedindo a suspensão da resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que alterou os parâmetros de atenção à saúde das pessoas trans. A ação foi objeto de 13 pedidos de *Amicus Curiae*, nove dos quais apoiam os argumentos da ADI. A Matria assina um dos quatro *amici curiae* que contestam a demanda e defendem a posição do CFM.¹³⁸

Antes disso, em 2024, a Matria havia enviado um de seus ofícios ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contestando a publicação, no site do órgão, de dados da ANTRA sobre a expectativa de vida da população trans. Como o CNJ indeferiu a demanda, também em abril de 2025, a ONG protocolou no STF a ADO 2.920/DF acusando o órgão de estar veiculando dado inverídico e requerendo uma indenização como “reparação dos impactos sociais causados pela desinformação”. O ministro Dias Toffoli, relator da ação, julgou o pedido tecnicamente improcedente e, no parecer final, explicitou considerar a substância demanda injustificável, porque o pedido “longe de ‘atuar pela promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres’, consubstancia verdadeiro ataque injustificado a grupo social vulnerável (pessoas transsexuais e travestis)”.¹³⁹

Conexões com a ultradireita

A cartografia do campo feminista essencialista brasileiro que emerge do mapa de redes elaborado pelo estudo traz evidências robustas sobre conexões de figuras e coletivos que o compõem, com atores que se situam à ultradireita do espectro político nacional e transnacional.

138 Supremo Tribunal Federal. ADI 7.806. Pedido de ingresso como amicus curiae da Matria. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=787386218&prcID=7235041#>>>

139 Ver Supremo Tribunal Federal. Decisão da AO 2.920/DF. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15376155344&ext=.pdf>>. O indeferimento por razões técnicas se deve ao fato de que a Matria não cumpre os requisitos necessários para apresentação de ADOs, ADIs e ADPFs.

No plano nacional, essas teias de conexão se estendem por *clusters* sobrepostos: o campo ultraconservador religioso, sobretudo católico, onde se situam a família Gandra Martins e o jornal Gazeta do Povo, mas também zonas evangélicas, como por exemplo onde estão as iniciativas de educação domiciliar; campo da ultradireita político-institucional onde estão dezenas de parlamentares do PL e do Republicanos como Damares Alves, Eduardo Bolsonaro e seus irmãos, Nikolas Ferreira, Caroline Campagnolo, Chris Tonietto entre muitas outras e outros que atuam nos legislativos estaduais e municipais; o universo de ativismo comunicacional de extrema direita composto pela Jovem Pan, Brasil sem Medo, Brasil Paralelo, entre outros.

No que diz respeito a organizações e redes transnacionais, aparece no mapa um amplo conjunto, onde estão *Alliance Defending Freedom* (ADF), *Atlas Network*, a *Heritage Foundation*, a *as Fundações Koch*, a *Public Discourse* e a *Promise to America's Children*, mas também a plataforma espanhola CitizenGo, que tem polo comunicacional no Brasil. As relações com essas formações têm densidades distintas, havendo conexões mais orgânicas com ADF e Heritage Foundation.

Nesse registro, também deve ser contabilizada a aliança entre as correntes feministas transexcludentes brasileiras e a Relatora Especial da ONU sobre Violência contra mulheres e meninas. Suas conexões com a ultradireita, apontadas no relatório com base na associação com a ADF, desde então se tornaram mais amplas e evidentes. Em maio de 2025, Reem Alsalem participou da Conferência Pan-Africana para a Família em Nairobi, convocada por parceiros locais da Family Watch International (EUA) e da Political Network for Values (originalmente espanhola), da qual participaram, entre outras figuras, uma deputada do Vox no Parlamento Europeu e um diretor da Ordo Iuris, o *Think Tank* polonês da TFP europeia.

No estudo de redes e observação do campo, essas relações aparecem de várias maneiras. Uma delas é sem dúvida o compartilhamento de conteúdos, mas também a presença em eventos públicos promovidos por atores e plataformas de extrema direita, como seminários antifeministas, audiências públicas legislativas sobre temas diversos, com grande ênfase no “problema das crianças trans”. Nessa circulação em debates, é importante referir-se à presença da WDI e da Matria em eventos promovidos pela Nova Resistência e suas ramificações. Essas são plataformas associadas a Alexandr Dugin, o intelectual russo

tradicionalista, que compartilham posições ideológicas com a extrema direita, em particular com relação a “gênero”, mas se situam politicamente à esquerda do espectro.¹⁴⁰

Assim sendo, não é surpreendente que táticas de comunicação usadas pelos ativismos antigênero e transfóbicos sejam muito semelhantes às que são utilizadas pela ultradireita: recurso ao “spam” de comentários, *profiling* público de pessoas entendidas como “inimigas das mulheres”, deturpação e desqualificação de documentos produzidos por organizações trans ou pessoas e instituições que apoiam direitos trans.

Efeitos, fronteiras borradas e pivots de articulação

Os discursos e ações políticas das correntes feministas essencialistas e transexcludentes têm muitos impactos. O mais danoso é, sem dúvida, ativar camadas profundas de transfobia, incitando aversão política, cultural e social às pessoas trans e seus direitos. Essa incitação sustenta e alimenta variadas formas de violência, inclusive violência letal contra a população trans que, como se sabe, faz do Brasil um campeão mundial de assassinatos. Sua semântica e modos de ação política provocam uma cacofonia constante entre mulherismo e feminismo, o que resulta em tensões e fraturas no campo feminista que dificultam a construção de pontes e alianças necessárias para enfrentamento das forças de ultradireita antigênero, antifeministas e transfóbicas – em suas múltiplas manifestações.

Como visto, correntes feministas essencialistas operam num arco amplo que vai da esquerda à ultradireita do espectro político. No ativismo, na academia e em partidos políticos, há figuras e grupos feministas que se autodenominam radicais (ou críticos do gênero) e se autodefinem como sendo esquerda. Mas há também coletivos feministas ligados aos movimentos de mães e figuras que afirmam não serem de direita ou de esquerda, mas sim “pelos direitos das mulheres e das crianças”. Esse conjunto, em suas falas, com frequência, recorre à semântica dos naufrágios: “mulheres e crianças primeiro”. Há ainda coletivos de “sobreviventes” de violência sexual, iniciativas exclusivamente voltadas para proteção da infância, assim como defensores de direitos LGB (sem o T), cujo posicionamento político é instável, transitando da direita à esquerda e vice-versa.

140 Para saber mais, ver <https://www.revistabadaro.com.br/o-neofascismo-com-cara-de-esquerda/>

Por outro lado, como mostra o estudo, uma parte significativa do campo feminista essencialista brasileiro dialoga e atua em conjunto com a ultradireita, seja ela partidária, ultrarreligiosa ou que faz ativismo comunicacional. O mesmo se verifica em termos das conexões transnacionais, embora, nesse caso, as interações não sejam tão densas e intensas. As ideias propagadas por esse campo feminista acerca da essência biológica imutável da diferença sexual e seu repúdio às pessoas trans, têm sido rapidamente absorvidas por uma gama variada de atores e atrizes da ultradireita nacional. Isso é ilustrado pela pergunta feita, cada vez com maior frequência, a autoridades e candidatas/os a cargos políticos: *“Como você define uma mulher?”* Pergunta essa que foi objeto de audiência na Câmara Federal, chamada pela ultradireita parlamentar em 2024, cujo objetivo principal era confrontar e desconcertar a então ministra Aparecida Gonçalves.

Esse cenário atravessado por confusões evoca a análise desenvolvida por William Callison e Quinn Slobodian sobre como, durante a epidemia de COVID-19, verificou-se um trânsito flagrante entre a extrema direita e a esquerda no que diz respeito ao repúdio às vacinas e medidas de prevenção. Analisando esse paradoxo, esses autores recorrem à moldura do *diagonalismo*, que, ao nosso ver, é também produtiva para interpretar a confusão produzida pela expansão e influência crescente das correntes feministas essencialistas no Brasil. Sua hipótese é que esses trânsitos diagonais entre a ultradireita e a esquerda se assentam em ideologias conspiracionistas compartilhadas nos dois extremos do espectro político.

No caso das fronteiras borradas que decorrem do crescimento e adensamento do campo feminista transexcludente no Brasil, o que parece sustentar o *diagonalismo* é o conservadorismo inercial de “gênero”.¹⁴¹ Ou seja, o profundo enraizamento cultural da dismorfia ou binarismo sexual é muito bem distribuído através do espectro político brasileiro, inclusive no âmbito dos feminismos. Adicionalmente, é salutar reconhecer que o alcance da teoria crítica de gênero, como instrumento de desestabilização dessas camadas socioculturais profundas, continua muito limitado, mesmo no âmbito dos feminismos. Tanto a extrema direita quanto os feminismos antigênero e, por decorrência, antitrans navegam esse vasto mar de desconhecimento do que é o “gênero”.

141 Esse insight foi elaborado por uma das pessoas entrevistadas no estudo.

Examinando esse cenário complexo e mutável, o estudo identificou um *cluster* de figuras e coletivos essencialistas operando como *pivots*. Criam pontes entre esquerda, direita, liberais e ultradireita; entre os feminismos mais amplos, grupos maternalistas e de proteção das crianças, e vozes transexcludentes; conectam redes transnacionais do feminismo crítico do gênero, mas também do campo ultraconservador e cada vez mais se articulam com canais da grande mídia. As personagens que habitam esse *cluster* são gestoras *diagonalistas* da confusão, ou, para usar a linguagem do sociólogo francês Phillipe Corcuff, de um vigoroso confusionismo, que, no frígido dos ovos, termina beneficiando a ultradireita.

O que fazer?

É fundamental elucidar o borramento de fronteiras identificado pelo estudo e desfazer a confusão persistente que o discurso e a ação das correntes feministas têm produzido e sedimentado nos espaços feministas e para além deles, inclusive no âmbito institucional estatal. Para tanto, urge que os feminismos inclusivos e outros atores e atrizes do campo democrático brasileiro ampliem seu conhecimento sobre as correntes feministas essencialistas, suas trajetórias, conexões, estratégias e efeitos, seja no Brasil, seja no mundo. É especialmente urgente que os feminismos que se distanciam dessas posições desenhem e sustentem estratégias de resistência e resposta a elas.

As estratégias cada vez mais agressivas adotadas por essas correntes para atacar ativistas trans, vozes feministas transinclusivas e autoridades estatais são cada vez mais agressivas. Recorrem a métodos eticamente inaceitáveis, como desqualificação, mentiras, desinformação e discursos de ódio. Essas táticas demandam, portanto, respostas institucionais firmes de parte das instâncias governamentais, cujo mandato é a proteção e promoção da igualdade de gênero (no seu sentido amplo) e do respeito aos direitos à identidade de gênero.

Nesse contexto de análise, é preciso superar o amplo desconhecimento que persiste sobre as teorias críticas de gênero e também sobre as complicadas interseções entre gênero, classe, raça, etnia, idade e outras características, que se desdobram em desigualdade e discriminação. E são mais urgentes hoje do que no passado, investimentos tanto na sustentação da produção desse conhecimento, como na sua tradução para

audiências mais amplas de modo a superar o conservadorismo inercial do gênero e conter a persistente desfiguração do conceito de gênero como fantasmagoria ou falácia insuflada tanto pelas forças de ultradireita como pelas correntes feministas essencialistas.

Não menos importante, é também vital dialogar com os campos mais amplos dos direitos humanos e do progressismo, compartilhando o que já sabemos sobre as conexões entre o campo feminista essencialista, o ultraconservadorismo e a ultradireita. Esses atores precisam compreender que as dinâmicas analisadas neste estudo não devem ser reduzidas e desqualificadas como “meros” conflitos intrafeminismo, nem muito menos como situações marginais que afetam exclusivamente as pessoas trans. Elas compõem o instável e sombrio cenário dos tempos de desdemocratização e neofascismo.

Em fevereiro de 2025, quando esse relatório foi finalizado, já não deveria haver dúvidas sobre o significado estrutural das políticas antigênero no projeto político da ultradireita. Desde o dia 20 de janeiro de 2025, o segundo governo Trump vem emitindo centenas de ordens executivas destinadas a demolir, a um só tempo, robustas instituições estatais norte-americanas e lógicas consagradas de respeito a soberania, comércio exterior, cooperação multilateral e política externa. “Gênero” ocupava, e continua ocupando, um lugar nodal nesse vendaval descrito por Judith Butler (2025) como um inesgotável extravasamento de sadismo.¹⁴²

Pois bem, essa “nova desordem mundial” tem uma conexão direta com o campo e dinâmicas analisadas por este estudo. No mesmo dia da posse, o governo Trump publicou a *Ordem Executiva Defender as Mulheres do Extremismo da Ideologia de Gênero e Restaurar a Verdade Biológica no Governo Federal*, estabelecendo por decreto que só existem dois sexos.¹⁴³ A linguagem adotada no título — “defender as mulheres do extremismo da ‘ideologia de gênero’” — vem diretamente do léxico dos feministas essencialistas e

142 O balanço sistemático dos primeiros 180 dias do desgoverno Trump elaborado pelo SPW está disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/boletim-da-politica-sexual/o-retorno-de-trump-180-dias-de-destruicao-sadismo-e-desordem-mundial/27249>

143 Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/biblioteca-spw/artigos/ordem-antigeno-de-donald-trump-2025-traducao-ao-portugues/26569>

transfóbicas.¹⁴⁴ Uma semana mais tarde, foi publicado, no site do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU, uma entrevista da Relatora Especial para Violência contra Mulheres e Meninas, na qual ela recepciona positivamente a segunda ordem executiva, declarando que: *“Essa Ordem Executiva traz uma mensagem clara de que os direitos de mulheres e meninas em espaços femininos exclusivos importam”*.¹⁴⁵

Não há muito mais a dizer, não é mesmo?

144 Ver <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/02/keeping-men-out-of-womens-sports/>

145 Ver <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2025/02/united-states-un-special-rapporteur-welcomes-executive-action-protect-female>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adrião, K. G., Toneli, M. J. F., & Maluf, S. W. (2011). O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Revista Estudos Feministas*, 19, 661-682.

Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. (2021). *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social*. <https://sxpolitics.org/ptbr/2021/10/21/relatorio-ofensivas-antigenero-no-brasil-politicas-de-estado-legislacao-mobilizacao-social/>

Butler, J. (2025). Trump está extravasando sadismo sobre o mundo. Mas não podemos nos deixar abater. *Sexuality Policy Watch*. <https://sxpolitics.org/ptbr/2025/02/06/trump-esta-extravasando-sadismo-sobre-o-mundo-mas-nao-podemos-nos-deixar-abater/>

Cabral, M., Eloit, I., Paternotte, D., & Verloo, M. (2023). Varieties of TERFness. *DiGeSt - Journal of Diversity and Gender Studies* 2(10). <https://www.digest.ugent.be/issue/25700/info/>

Callison, W., & Slobodian, Q. (2021). Coronapolítica do Reichstag ao Capitólio. *Boston Review*, 12. <https://bostonreview.net/politics/william-callison-quinn-slobodian-coronapolitics-reichstag-capitol>

Corrêa, S., & Kalil, I. (2021). Brasil. In: S. Corrêa et al, *Políticas antigênero na América Latina* (pp. 70-89). Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA. <https://sxpolitics.org/spwprojects/gpal/uploads/resumos-pt/E-book-Resumos-PT-02082021.pdf>

Corrêa, S., Nieto Olivar, J. M., Lopes, N., & Novaes, D. (2021). A política da prostituição no Brasil: entre a "neutralidade do Estado" e os "problemas feministas". *ILUMINURAS*, 22(59). <https://doi.org/10.22456/1984-1191.122006>

Dickey, B. (2023). Transphobic Truth Markets: Comparing Trans-hostile Discourses in British Trans-exclusionary Radical Feminist and US Right-wing Movements. *DiGeSt - Journal of*

Diversity and Gender Studies 10(2), 33-47. <https://doi.org/10.21825/digest.85311>

Escudero, A., Aguilar, L., & Cruz, J. (2008). La lógica del síndrome de la alienación parental de Gardner (SAP): "terapia de la amenaza". *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria*, 102(28), 263-526.

Fassin, É. (2023). An Epidemic of Transphobia on French Turf. *DiGeSt - Journal of Diversity and Gender Studies* 10(2), 131-144. <https://doi.org/10.21825/digest.90002>

Fondo Lunaria. (2023). *BIENVENIDA LA LIBERTAD: REFUTANDO POSICIONES ESENCIALISTAS - Una aproximación al feminismo transexcluyente en Colombia*. Fondo Lunaria. https://fondolunaria.org/wp-content/uploads/2023/10/Bienvenida-la-Libertad_Version-web.pdf

Global Action for Trans Equality. (2022). *Mapping Anti-Gender Movements in the UK Report document*. GATE | Global Action for Trans Equality. <https://gate.ngo/knowledge-portal/publication/mapping-anti-gender-movements-in-the-uk-report-document/>

Gomes, C. C. (2017). Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 25, 231-255. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.12.a>

Gomes, C. C. (2020). Propagação dos termos "ideologia de gênero" e "aborto" nas mídias religiosas digitais brasileiras. *Observatório de Sexualidade e Política*. <https://sxpolitics.org/ptbr/2021/08/26/propagacao-de-discursos-sobre-ideologia-de-genero-no-brasil/>

House, C. C. (2023). "I'm Real, Not You": Roles and Discourses of Trans Exclusionary Women's and Feminist Movements in Anti-gender and Right-wing Populist Politics. *DiGeSt - Journal of Diversity and Gender Studies* 10(2), 14-32. <https://doi.org/10.21825/digest.85755>

Leveille, L. (2023). *Rights For Me, Not For Thee: How Anti-Trans Feminists Took Their Advocacy to the United Nations*. All or None. <https://allornone.world/2023/05/26/rights-for-me-not-for-thee-how-anti-trans-feminists-took-their-advocacy-to-the-united-nations/>

Nobre, M. (2013). *Choque de democracia: razões da revolta*. Companhia das Letras.

Nobre, M. (2022). *Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. Todavia.

Poell, T.; Nieborg, D.; Van Dijck, J. (2020). Plataformização. *Fronteiras – Estudos midiáticos*, 22(01), 1-10.

Prado, M.. A. M., & Corrêa, S. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 444-448. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Prearo, M. (2023). The Anti-gender and Gender-critical Roots of the Italian Anti-trans Parent Activism. *DiGeSt - Journal of Diversity and Gender Studies* 10(2), 115-117. <https://doi.org/10.21825/digest.89996>

Sousa, A. M., & Brito, L. M. T. (2011). Síndrome de alienação parental: da teoria norte-americana à nova lei brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 268-283. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000200006>

Metodologia

O estudo no qual este relatório se baseia utilizou uma abordagem de métodos mistos, incluindo revisão da literatura, entrevistas semiestruturadas, análise de redes sociais e observação e imersão de longo prazo em ambientes relevantes (principalmente, mas não exclusivamente, em espaços online). O projeto também incluiu uma série de elementos de pesquisa participativa. Por exemplo, a inclusão de ativistas/pesquisadores feministas e trans (e LGBTQIA+ em geral) envolvidos na contestação de campanhas antigênero como parte da equipe de pesquisa, e o uso de resultados de pesquisas emergentes para apoiar suas campanhas “em tempo real” e respostas de incidência e advocacy em diversos contextos. Por sua vez, alguns resultados e orientações da pesquisa também foram informados por esses compromissos. Um recurso importante para a equipe também foi a criação de um espaço de mídia social online extremamente ativo, no qual compartilhamos coletivamente uma variedade estonteante de desenvolvimentos relevantes do dia a dia, durante um período de mais de 18 meses. Durante esse período, a equipe analisou uma vasta variedade de informações, incluindo centenas (potencialmente milhares) de páginas da Web e inúmeras outras fontes de informação, principalmente online, sobre os principais atores e campanhas antigênero, especialmente grupos feministas e/ou de mulheres, mas não se limitando a eles. Para os fins deste relatório, fornecemos mais detalhes sobre os dois elementos dessa pesquisa que aparecem com mais destaque no documento: análise de redes sociais e entrevistas com informantes-chave.

Análise de redes sociais

A análise de redes sociais focou as seguintes questões:

- Quem são os principais grupos e atrizes do universo feminista e de defesa dos direitos das mulheres que no Brasil expressam abertamente posições antigênero e avessas aos direitos trans? Quais são as conexões e relacionamentos entre esse campo e outros territórios da política?

- Como esses grupos e atrizes interagem com a constelação mais ampla das forças antigênero que existem e atuam no Brasil?
- Quais são as principais características ou padrões do mapa que resultam dessa análise?
- Que lugares ocupam e que papéis têm nele os principais atrizes/atores, coletivos e instituições que foi possível identificar?

A análise de redes se apoiou na metodologia usada em estudos realizados no Reino Unido e no Canadá que foram conduzidos por uma das pessoas da equipe de pesquisa. O primeiro passo desse tipo de exercício é identificar atores “de entrada”, a partir dos quais são buscados outros atores e suas conexões. No caso do Brasil, já sabíamos que a Women’s Declaration International (WDI) era uma peça-chave da política feminista que contesta os direitos ou a inclusão das pessoas trans. Revisando as campanhas e atividades em que a WDI esteve envolvida (com base em materiais disponíveis online), conseguimos identificar muitas outras peças ou atrizes de potencial relevância.

Foi realizado, por duas pessoas pesquisadoras da equipe, um acompanhamento exaustivo de perfis, especialmente localizados na plataforma Instagram. Aqui, vale uma breve contextualização do trabalho de pesquisa desenvolvido em plataformas online, visto que o conceito de plataformização pode ser compreendido como uma “‘infraestrutura de dados’ que hospeda um conjunto variado e em constante evolução de ‘instâncias de plataformas’, por exemplo, aplicativos como o Facebook Messenger e o Instagram” (Poell, Nieborg & van Dijck, 2020, p. 4). Ou seja, ainda que o foco principal do mapeamento fossem perfis no Instagram, a própria plataforma possibilitava o trânsito para outras plataformas digitais, como o YouTube, além de páginas de blogs e sites, por exemplo.

Além de identificar “pontos de entrada” por meio de atores-chave, também consideramos as principais campanhas existentes e emergentes. Por exemplo, elegemos como “porta de entrada” os ataques ao perfil no Instagram do Ministério das Mulheres, ocorrido em 26 de janeiro de 2023, detalhado no Estudo de Caso 1 do presente estudo. Nesse episódio, observamos e elencamos perfis relevantes (em quantidade de seguidores e número e conteúdo de postagens) para serem acompanhados cotidianamente. Vale ressaltar que tais perfis eram bastante heterogêneos: grupos, coletivos, organizações e indivíduos estabelecidos há mais tempo na plataforma, e outros mais recentes, com um

número de seguidores entre 500 e 130 mil, mas com um elemento em comum à maioria deles: administrados por mulher cis.

Por meio de uma combinação de buscas online usando termos-chave e o método da “bola de neve” (que vai ampliando a rede a partir de cada novo ator identificado), o número de perfis mapeados foi se expandindo também à medida que as conexões eram identificadas na própria plataforma, a partir da observação de conteúdos postados no *feed*¹⁴⁶ e nos *stories*¹⁴⁷ dessas contas, no compartilhamento de postagens de outros perfis, além dos comentários expostos nas publicações. Com isso, chegamos ao número de 139 perfis (entre contas de grupos, organizações, coletivos e individuais). Destes, alguns perfis passaram por uma análise prévia, e foram descartados do ecossistema quando não demonstravam relevância para o campo mapeado (por exemplo, sem relações estabelecidas com grupos, atores e atrizes do ecossistema — se o perfil seguia ou era seguido por outros perfis do mapeamento, se havia compartilhamento de postagens realizadas por estes outros perfis etc.).

O monitoramento sistemático desses perfis ocorreu ao longo do ano de 2023, e alguns eventos permitiram a identificação de novos nomes para o mapeamento, como o encontro da ministra Cida Gonçalves com feministas essencialistas, realizado em 29 de maio daquele ano, também detalhado no Estudo de Caso 1. Por fim, chegamos a uma lista expandida de 126 agentes (atores, atrizes, grupos, coletivos e organizações) considerados relevantes para delimitar o campo feminista e de movimentos pelos direitos das mulheres no Brasil que se alinham com a visão antigênero e transexcludente.

Uma terceira pessoa pesquisadora, por sua vez, verificou e transpôs os atores e as conexões documentadas para uma planilha. Essa pessoa também mapeou campanhas antigênero e antitrans mais amplas e significativas que ocorreram em anos recentes e identificou e qualificou relacionamentos entre esses atores. Os conjuntos de dados resultantes foram então visualizados e analisados com o Gephi, um software de análise

146 Tipo de publicação em formato de imagem (estática, como fotos e textos, ou em movimento, como vídeos e animações), que pode conter legenda (ou descrição), localização, marcação de outros perfis e hashtags (#).

147 Tipo de publicação em que os usuários do Instagram podem compartilhar fotos, vídeos e publicações próprias ou de outros perfis, cuja visualização desaparece após 24 horas de exibição. Conta também com recursos de edição, texto, emojis, desenho à mão livre, enquetes, check-in, caixa de perguntas e localização atual.

de redes sociais de código aberto que usa filtros, estatísticas e algoritmos para tabular, visualizar e interpretar os dados fornecidos.

O conjunto de dados aqui coletados comporta 353 atores e 921 relacionamentos, mas está em constante expansão. A análise ainda não atingiu a saturação de dados no campo do mapa que corresponde à ultradireita. Por essa razão, continuaremos a mapear os atores e relacionamentos dentro da constelação antigênero mais ampla e ultraconservadora que desde muito atua no Brasil.

Entrevistas

A análise das entrevistas focou as seguintes questões:

- Quem são os principais atores dos movimentos feministas/de mulheres antigênero no Brasil? Quais têm sido suas principais campanhas e táticas?
- Quais são seus efeitos para os movimentos feminista, LGBTQIA+, e efeitos mais amplos?
- Como os movimentos feministas mais amplos tem se posicionado em relação ao crescimento e maior visibilidade dessas vozes?
- Como as mobilizações de mulheres e de feministas antigênero se valem da infraestrutura e das molduras teóricas de movimentos sociais preexistentes?
- Quem são as vozes que têm respondido aos ataques feitos pelo feminismo antigênero no Brasil?

As entrevistas foram realizadas virtualmente entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024, com 15 pessoas relevantes da academia, do ativismo feminista (não essencialista) e do âmbito político institucional, e seguiram o modelo semiestruturado. Eram oito os tópicos de conversa básicos e comuns a todos os entrevistados, a saber: Estratégias e táticas; Efeitos; Trajetórias históricas; Interseccionalidade; Relação com esquerda/direita/desdemocratização; Postura na atual conjuntura política; Respostas (enfrentamentos e resistências). Esse conteúdo permitiu analisar melhor as relações entre os dois campos (não essencialista e essencialista), assim como a percepção do primeiro sobre o segundo.

A equipe e o grupo consultivo tinham uma lista inicial de entrevistades, que também se expandiu a partir da lógica “bola de neve”. Todas as pessoas entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que está armazenado pela equipe em pasta segura, assim como as gravações.

As entrevistas foram transcritas e posteriormente categorizadas e analisadas com a ajuda do software NVivo. As transcrições foram enviadas, em arquivo PDF e com os metadados apagados, aos entrevistados que as solicitaram.

As entrevistas permitiram à equipe aprofundar sua compreensão sobre ação dos grupos feminista antigênero, pois trouxeram à luz dados e episódios não publicizados nas redes sociais. Também foram cruciais para entender melhor os focos de ação, as estratégias utilizadas e o impacto crescente dessas formações em termos institucionais e sociais, mas também pessoais. Esses relatos permitiram identificar peças relevantes do ecossistema e seus alinhamentos políticos, bem como trouxeram dados valiosos sobre as genealogias dessas formações. Ou seja, os resultados finais emergiram de um diálogo constante entre o material coletado nas entrevistas e o trabalho de análise de redes sociais.